

A força sem força do melhor
argumento: ensaio sobre
“nouas epistemologias virtuais”

Pedro Demo



ibict

Instituto Brasileiro de Informação
em Ciência e Tecnologia

**A força sem força
do melhor argumento:
ensaio sobre “novas
epistemologias virtuais”**

Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (Ibict)

Diretor

Emir José Suaiden

Coordenação Geral de Pesquisa e Manutenção de Produtos Consolidados

Marisa Bräscher

Coordenação Editorial

Regina Coeli Silva Fernandes

Os autores são responsáveis pela escolha e apresentação dos fatos contidos nesta obra, bem como pelas opiniões neles expressas.

**A força sem força
do melhor argumento:
ensaio sobre “novas
epistemologias virtuais”**

Pedro Demo

Brasília, DF
Outubro
2010

© 2010 Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (Ibict)

Apoio: Financiadora de Estudos e Projetos (Finep)

Revisão gramatical e ortográfica (Ibict)

Margaret de Palermo Silva

Capa

Flávia Rubênia Barros

Assistentes de edição (Ibict)

Davilene Ramos Chaves e Isabel Aguiar dos Reis

Ficha catalográfica e classificação

Francelle Natally da Silva Cavalcante

D383a

Demo, Pedro.

A força sem força do melhor argumento: ensaio sobre “novas epistemologias virtuais” / Pedro Demo. – Brasília : Ibict, 2010.

139p.

Número de classificação atribuído à obra conforme a Classificação Decimal Universal, 2ª edição Padrão Internacional em Língua Portuguesa.

ISBN: 978-85-7013-069-3

1. Novas epistemologias virtuais. 2. Força sem força do melhor argumento. 3. Internet. 4. Internet na esfera pública. 5. Internet e conhecimento. 6. Autoria na internet. 7. Wikipédia. I. Título.

CDU 165:004.738

Ibict

SAUS, Quadra 5, Lote 6, Bloco H

70070-914 – Brasília, DF

www.ibict.br

Para: Luana & Pedrinho;
Gisela & Lúcia

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	7
PREFÁCIO	9
1 ESFERAS PÚBLICAS NA INTERNET.....	13
2 COOPERAÇÃO E RIVALIDADE	21
3 FORÇA SEM FORÇA.....	27
3.1 Qualidade formal.....	32
3.2 Qualidade política.....	36
4 INTERNET: “LIBERDADES” E “AUTORIDADES”.....	44
4.1 Ambiguidade na internet.....	46
4.2 Autoridade na internet.....	53
5 INTERNET E CONHECIMENTO.....	62
5.1 Wikipédia, uma surpresa.....	65
5.2 Origens	68
5.3 Wikipédia funciona.....	74
5.4 Institucionalização e contendas	83
5.5 Virtudes e crises da comunidade	91
5.6 O fenômeno Wikipédia.....	96
6 NOVAS EPISTEMOLOGIAS VIRTUAIS.....	99
6.1 Utopias e ufopismos.....	102
6.2 Neutralidade mais que engajada.....	109
6.3 Futuros da autoria	119
7 CONCLUSÃO.....	125
REFERÊNCIAS.....	127

APRESENTAÇÃO

Esta obra indica novos rumos no Ibict, cada vez mais comprometido com desafios tecnológicos voltados para a educação, para além do apoio tradicional e bem comprovado a pesquisadores e procedimentos sofisticados de investigação científico-tecnológica. Indica também reforço considerável ao compromisso com educação científica, não só como referência fundamental da competitividade globalizada, mas principalmente como preparação mais adequada e continuada para a vida no século XXI. O tema é a “*força sem força do melhor argumento*”, parafraseando Habermas, assumido como ícone reconhecido das assim chamadas “*novas epistemologias*”, cujo exemplo mais contundente é a Wikipédia. Não que a Wikipédia não tenha problemas. Tem-nos inúmeros, como vandalismo, guerra de edições, burocratização crescente, poder indiscutível de Wales (apesar do discurso libertário), textos frívolos, e assim por diante. Mas representa conquista memorável, não só porque sequer tem 10 anos de existência e já produziu uma enciclopédia alternativa respeitável, como também porque restaurou o sentido original de conhecimento vinculado à modernidade. Por esta razão, Habermas costuma acentuar que o projeto emancipatório da modernidade não se completou, porque foi corroído pelo “modernismo” (cujo formato mais conhecido é o “positivismo” e seu enredamento na sociedade industrial liberal). De certa forma, as novas epistemologias resgatam esta expectativa à medida que repõem conhecimento como dinâmica disruptiva, rebelde, sempre inacabada e inacabável, tal qual se observa com os textos da Wikipédia. Não vale o argumento de autoridade. Entra em cena a autoridade do argumento. Um texto só consegue manter-se, se permanecer sempre editável, ou seja, submetido à discussão aberta entre pares que promovem como critério mais decisivo a autoridade do argumento.

Unem-se aí dois desafios importantes: de um lado, espraia-se a possibilidade de todos produzirem conhecimento; de outro, produzindo conhecimento os participantes se formam melhor. Conjugam-se, então, qualidade formal e qualidade política. Acresce ainda o efeito coletivo deste tipo de autoria, ainda que se pague um preço: onde todos podem editar, nem se edita o que tem ou deveria ter fundamento mais acurado. Bastaria dizer que, no Google, a Wikipédia – feita em

grande parte por amadores – sempre aparece, nos procedimentos de busca, logo nos primeiros lugares, enquanto a *Enciclopédia Britânica*, feita por especialistas por vezes muito renomados, fica astronomicamente atrás. Muita gente aprende na Wikipédia a confrontar-se com método científico, a elaborar texto minimamente adequado em forma e conteúdo, a discutir assuntos mantendo-os discutíveis, a ter de escutar pontos diferentes de vista e a conviver com consensos negociados, e assim por diante.

O Ibict também gostaria de introduzir em suas atividades um ar fresco de democratização do acesso ao conhecimento através do bom uso das novas tecnologias, em especial voltado para o campo da educação. Ambientes virtuais de aprendizagem significam oportunidades fundamentais para novas gerações, sendo tarefa importante qualificar a aprendizagem que aí pode ocorrer. O papel dos professores é fundamental, porque aprender virtualmente só pode se disseminar entre os alunos, se, antes, os professores se convencerem que precisam trabalhar sua autoria virtual. Na prática, os alunos são desafio menor. As novas gerações mostram-se bem mais versadas em novas tecnologias do que os adultos. O risco talvez seja de os alunos partirem por conta própria, deixando os professores falando sozinhos. Assim, necessitamos cuidar dos professores, oferecendo-lhes oportunidades de atualização, em nome dos direitos das novas gerações de aprender bem virtualmente.

Esta obra do professor Pedro Demo indica rumos possíveis para podermos construir caminhos promissores, com devida qualidade teórica e prática, dentro da convicção de que, na sociedade intensiva de conhecimento, fator decisivo é saber produzir conhecimento com autonomia e autoria. Oportunidades são geradas por habilidades de construção própria – individual e coletiva – de conhecimento. Tais oportunidades não poderiam ser apenas troféu da elite acadêmica. Carecem ser democratizadas, abrindo chances infindas para todos. Na prática, tal discussão está se iniciando entre nós. Não tem traços definitivos, nem é o caso esperar isso. Esta obra pretende abrir espaço para deliberação em torno do desafio de nos colocarmos no século XXI por meio da reconstrução constante da autoria docente e discente.

Emir Suaiden
Diretor do Ibict

PREFÁCIO

Este texto é uma homenagem a Jürgen Habermas, remanescente da Escola de Frankfurt e de quem aprendi a apreciar a “autoridade do argumento” (HABERMAS, 1982; 1989; 2005). Por sorte ou ironia do destino, o advento da internet redundou em corroboração sem precedentes de sua tese sobre a importância do conhecimento em nossa sociedade e, em especial, sobre “esfera pública” como instância de fermentação contínua de procedimentos democráticos. Entre seus ditos mais celebrados está o da “força sem força do melhor argumento”, para indicar que o melhor argumento nunca se sustenta por autoridade, mas por “força” própria, ainda que esta força detenha apenas validade relativa. Outro dito pomposo é sobre verdade como “pretensão de validade”, noção que até hoje escandaliza muita gente apegada a cânones rígidos, em particular a teorias mantidas como ideias fixas.

Tenho-me inspirado em Habermas em inúmeros textos (DEMO, 1994; 2005; 2008; 2009), na verdade, desde meu doutorado na Alemanha (tese defendida no início de 1971)¹, que versou sobre a hipótese de uma história sem dominação à luz da obra de Marcuse (e Freyer) (DEMO, 1973); mas a influência maior sempre se manifestou em meus escritos “metodológicos”, nos quais a demarcação científica é reconstruída com a proposta da “teoria crítica” fundada na “discutibilidade” formal e política do conhecimento científico (DEMO, 1995; 2000; 2000a). Um dos debates mais marcantes foi contra o positivismo (ADORNO, 1975), do qual Habermas já participava intensamente, tendo como rivais emblemáticos Marcuse e Popper (1971). Sendo a Escola de Frankfurt um “instituto de pesquisa” (WIGGERSHAUS, 2002; FREITAG, 1986), a pesquisa empírica era mais que normal e comum. Combatia-se apenas o “empirismo” (GIROUX, 2009; DARDER *et alii*, 2009) de teor positivista que tomava a realidade empírica como a realidade toda, ignorando que qualquer pesquisa não retrata, mas reconstrói a realidade

¹ Veja site (currículo e livros): [HTTP://pedrodemo.sites.uol.com.br](http://pedrodemo.sites.uol.com.br)

(DEMO, 2002). Não existe “evidência empírica” (nem mesmo para Popper) (DEMO, 1995; 2000), mas interpretação calcada em reconstruções empíricas hipotéticas, já que a ciência trabalha com um “objeto construído”.

Em termos mais práticos, Habermas encarnou, mais que outros autores, a capacidade de aprender com outras teorias, em especial de “adversários”, que, por sinal, sempre tratou com a maior elegância, a exemplo da polêmica mais que fraterna com Luhmann (HABERMAS & LUHMANN, 1971). Em seu *magnum opus* (Teoria do agir comunicativo) (HABERMAS, 1982a), sem falar em sua densidade e abrangência, dialogou com inúmeros autores, em especial com quem discordava, revelando, com rara sensibilidade, que sabia conviver com a crítica, por conta de sua fantástica autocrítica. Então aprendi que teoria não se “adota”, mas se “usa”, pois é algo da ordem da instrumentação para o saber pensar, não jaula incontornável. Mantendo-se teórico eminente e coerente – teorizar é crucial para dar conta de aproximações explicativas arrumadas e profundas – soube transitar por muitas teorias, aprendendo algo de todas, sem deixar de manter posições próprias. Insinuava um tipo bem diferente de autoria crítica e autocrítica: ao mesmo tempo em que exercitava autoria contundente, absorveu variações e revisões, mantendo abertas suas referências. Coerência não é linear, mas um estilo de identidade que permanece porque muda. Na prática, sempre foi “polêmico” no bom sentido, oferecendo aos interessados textos provocativos e inovadores, como a tese de que era cedo para falar de pós-modernidade, já que a promessa emancipatória da modernidade ainda não se concluíra, ou a tese do caráter não estratégico da comunicação (RIVERA, 1995). Sempre sofreu questionamentos, não como signo de fraqueza teórica, mas de sua relevância crescente, também porque considerava que só teorias importantes merecem críticas (SFEZ, 1994; MÉSZÁROS, 2004; FREITAG, 2005; ROCHLITZ, 2005; APEL *et alii*, 2004).

Em minha visão, a noção de ação comunicativa não estratégica parece difícil de engolir, ainda que minha percepção possa estar viciada por vícios sociológicos que realçam em demasia a questão do poder ou da politicidade em sociedade (DEMO, 2002a; 2002b), como poderia, por exemplo, ser o caso de Foucault (1971; 1979). Não me parece possível comunicar-se sem

influenciar e ser influenciado, já que entendo as relações sociais como “unidade de contrários” polarizada (MORIN, 2002). Ao mesmo tempo em que mundos virtuais de hoje confirmam estilos abertos de reconstrução do conhecimento, orientando-se pela autoridade do argumento, confirmam igualmente, a exemplo da trajetória da Wikipédia, a politicidade iniludível deste tipo de esfera pública. De todos os modos, também aprendi de Habermas que não cabe, jamais, ser discípulo, ventríloquo, porta-voz, mas “autor”, com todos os riscos. O objetivo é constituir “mestres”, com devida autonomia, por mais que esta seja sempre apenas relativa (DEMO, 2005a). De tudo, fica a mensagem imponente: quanto mais profunda e acurada é a fundamentação, tanto mais não admite fundo último (DEMO, 2008). Só o argumento de autoridade se imagina final, fatal. Ser autor discutível, que continua sempre pronto a aprender, aberto a, e promotor de inovações, capaz de conviver na pletora de teorias e interpretações rivais sem perder a coerência, formador de cabeças abertas e democráticas, críticas e autocríticas, parece ser a glória do professor. E assim pedem ambientes virtuais que promovem autorias individuais e coletivas (DEMO, 2009a).

Sendo este um texto sobre novas epistemologias virtuais, tem como foco discutir algumas novidades no campo da reconstrução do conhecimento, tomando como referência maior a trajetória da Wikipédia como marco mais evidente da assim dita web 2.0 (MASON & RENNIE, 2008; DEMO, 2009a). Pretendo burilar a hipótese de que, em que pese o êxito estrondoso da Wikipédia (e das plataformas da web 2.0, em especial de *blogs*), ela chega ao final de sua primeira década de vida (começou em 2001) engasgada em problemas próprios da “politicidade” do conhecimento. Por ser filhote norte-americano, carrega consigo expectativas positivistas inspiradas em procedimentos que pretendiam ser “neutros” e, por isso, capazes de agregar a todos em torno de uma só “verdade” (HAACK, 2003).

O consenso possível na Wikipédia possui, claramente, validade relativa, em ambiente no qual todo o mundo pode editar e participar, o que também abre a porteira para vandalismos de toda ordem. A proposta, que iniciou com promessas de liberdade não cerceada de produção/edição de textos,

progrediu incluindo, passo a passo, regimentos cada vez mais severos, de certa forma traindo o lema dos *hackers* do “*software* livre”. Isto não descarta a Wikipédia, mas indicaria que toda esfera pública de discussão aberta é banhada em politicidade à flor da pele, tornando a empreitada de produzir textos consensuais e qualitativos tanto mais complexa e decisiva. O sentido da autoria não é a soberania, mas o serviço coletivo e o compromisso com aprendizagem permanente. Não tenho qualquer pretensão de “resolver” tamanho imbróglio, apenas gostaria de elucidar esta discussão de outro ponto de vista metodológico, calcado na discutibilidade formal e política do conhecimento.

Pedro Demo

1 ESFERAS PÚBLICAS NA INTERNET

Desde o início deste século, a internet ganhou novas expectativas com o anúncio do modismo da web 2.0 (HARRIS, 2008; Jones, 2008; FUNK, 2009; STAUFFER, 2008), logo corroborado com a Wikipédia e a proliferação de *blogs* e outras plataformas que admitem conteúdos produzidos pelos usuários. Ficava para trás aquela internet mais passiva, consumista, reprodutiva, marcada por *menus* fechados e copiados, e entrava em cena a ideia da interação colaborativa que supõe autoria individual/coletiva (DEMO, 2009a).

Web 1.0 – consumo alinhado

Web 2.0 – autorias

Na web 1.0, a regra era o consumo alinhado: a internet propõe conteúdos e os usuários apenas “os usam”, de modo alinhado. Na web 2.0, a internet monta plataformas que facultam autorias: para utilizá-las é indispensável criar textos próprios que são, ademais, provisórios e podem ser comentados/mudados. Na web 2.0, os textos obedecem à **regra da interatividade**: podem ser mudados pelos usuários, pelo menos comentados (caso dos *blogs*). Esta modificação pode parecer pontual, mas, na prática, introduz outro etos na produção de textos. Talvez a maior característica seja aceitar que textos são produtos provisórios, naturalmente discutíveis e mutáveis, esvaindo-se as pretensões de autoria soberana e proprietária. Postando-se um texto no *blog*, no mínimo ele pode ser comentado sem comando do autor, tornando-se peça discutível na comunidade virtual. A decorrência mais contundente é que este tipo de ambiente aberto – estilo “esfera pública” – estimula os participantes a preferirem a autoridade do argumento (argumento que se sustenta sem recurso à autoridade) (DEMO, 2008), ao argumento de autoridade. Este se torna ridículo, para dizer o mínimo. Não faria qualquer sentido montar um *blog* e exigir que se aceitem apenas elogios. O resultado seria completamente o contrário. A web 2.0 corresponde, assim, ao espírito do “*software* livre”, uma conquista notável do “espírito dos *hackers*”, marcado, segundo Lessig (2004), pela “cultura livre”.

Por trás está a pretensão memorável da “internet livre”, não comercializada, não apropriada no sentido capitalista, mas disponível para todos como bem comum. Um dos argumentos mais relevantes é o de Barthes (1968), dentro de sua tese da “morte do autor”. A linguagem, como produto cultural coletivo, está acima de todo autor, que, na verdade, é apenas uma continuação evolucionária natural. Como Barthes gostava de dizer, quem pensa não é a mente individual, mas a linguagem. A mente individual é apenas um ponto de uma cadeia sem fim, com precedentes e consequentes, o que desfaz a pretensão de autoria soberana, autoritária. Neste sentido, nenhuma ideia é propriamente original, porque nenhuma mente é, em si, original. Qualquer ideia nasce de outras prévias. Os internautas a chamam de “*remix*” (WEINBERGER, 2007), indicando com este termo que todo texto na internet provém de textos anteriores e de elaborações prévias. Este reconhecimento não desfaz a originalidade individual e subjetiva das ideias, porque, neste plano, a natureza não se repete. Cultivar a autoria continua sendo propósito eminente da aprendizagem e formação das pessoas. O que se questiona é a autoria soberana, autoritária, proprietária.

Em ambientes liberais, é tarefa complicada aderir a autorias colaborativas e que implicam entendimento bem diferente de autonomia (DEMO, 2005a). Na competitividade liberal, autonomia significa a tendência a eliminar referências alternativas em nome da apropriação privada. Trata-se de autonomia que não convive com outras (TOURAINÉ, 2009), porque pretende alinhá-las à própria, tornando-as subservientes. Autonomia é vista como capacidade de oprimir as rivais, porque se manipula um conceito linear, dicotômico, de poder, esquematizado por linhas retas. Como bem diz Kosko (1999), linha reta é coisa de ditador que busca impor obediência cega. Na natureza e na sociedade, nenhuma linha é reta, pois “cinza é a cor da verdade”. A visão dialética de autonomia entende-a como “unidade de contrários”, uma dinâmica não linear, complexa, na qual o desafio é compor autonomies diferenciadas e rivais, de tal forma que, em vez de se liquidarem, consigam compor algo que seja “bem comum”. É engenharia particularmente difícil compor autonomia e socialização (DEMO, 2002a), mas esta é a engenharia pedagógica mais sutil. O ser humano gosta de autonomia, mas corre o risco de

oprimir outras autonomias. Entretanto, precisa de limites, porque autonomia não pode ser a paranoia da dominação sem limites, mas da convivência possível compartilhada.

A web 2.0 assume este desafio e risco. Observando criticamente, a web 2.0 é, mui tipicamente, “modismo” – já se fala de web 3.0 e assim vai (HARRIS, 2008), denotando que, por trás, estão mais facilmente ventos do mercado do que do interesse coletivo. No mínimo, parece estranho que o mercado tanto deseje que o usuário participe como sujeito ativo. Na prática, quer sim, porque esta participação lhe é funcional: vendem-se mais videogames que incluam em seu *software* a chance de mudar regras de jogo e cenários em 3D, insinuando ao jogador que é “dono do pedaço”. Como diz Galloway (2004), esta liberdade é “sob medida”, porque, ao final, o videogame é pacote com proprietário. O que conta não é propriamente liberdade, mas a sensação de liberdade, e isto os *designers* inventam muito bem. Apesar deste questionamento, tais plataformas permitem, de fato, o cultivo de autorias, o que mostra certamente também a ambiguidade delas. A interatividade na internet não é apenas uma face social que se pode decantar, é igualmente um bom negócio.

Dentro desta ambiguidade, são possíveis “**autorias cooperativas**”: liberdade de colaborar com o outro e liberdade de o outro colaborar também. O que se posta na internet é sempre um texto aberto e discutível; o que se comenta ou agrega a este texto também é aberto e discutível. As autonomias se entrelaçam e formam unidades de contrários polarizadas que permitem, ao mesmo tempo, contribuir e emular. Por se tratar de dinâmicas complexas e não lineares, podem dar certo e errado, não havendo dispositivo automático que garanta colaboração ou evite apropriação indébita. O preço da liberdade é seu abuso. Os limites são, em parte, éticos, como propõe Habermas, inspirado em Kant: não impor aos outros o que não queremos que os outros nos imponham. Não assumimos, porém, o que Sfez (1994) chama de “mofo kantiano”, em especial pretensões universais modernistas, porque ingenuamente lineares no plano existencial. No plano formal, dos procedimentos e formas, estes parecem universais, mas nada dizem sobre a existência histórica e natural. Na prática, as validades são apenas relativas, bem como as éticas (DEMO, 2005a). Noutra parte, os limites são

formais, cabendo a regra da autoridade do argumento: o que sustenta um texto não é alguma autoridade, mas sua elaboração tão bem fundamentada, a ponto de merecer atenção dos outros e mesmo o convencimento. Os argumentos carecem valer por sua estruturação discursiva qualitativa, não por artimanhas autoritárias explícitas ou implícitas.



Uma fundamentação bem feita, nunca perfeita, “não tem fundo” (DEMO, 2008; SALOMON, 2000), porque se fosse conclusiva, inventaria um ponto final, quando não passa de ponto de partida e passagem. Argumento bem elaborado é aberto, discutível, dinâmico, flexível, para não virar autoridade e, aí, fechar-se tola ou matreiramente. Busca-se superar o estilo tradicional de autoria soberana e autoritária, perante a qual caberia a subserviência. Por mais que algumas “autoridades” científicas mereçam nosso preito e veneração, sua importância não passa pelo argumento de autoridade, mas pela obra metodologicamente adequada que construíram. Merecem o respeito. Não o impõem, como pode ser comum em “professores” que se têm por donos do conhecimento e, em consequência, indiscutíveis. Em muitos casos, sequer são autores, embora dêem aula, e tipicamente se apresentam como figuras intangíveis, não passando, então, de argumento de autoridade. Este, por ser improdutivo, é plágio, invariavelmente.

Autoria cooperativa pode ver as outras como rivais, mas também como necessariamente complementares, em sentido dialético. Não cabe o argumento feito apenas para si mesmo. É feito em função do outro, desde que mereça sua atenção. O argumento do outro, então, é constitutivo de qualquer argumento, o que implica a referência cooperativa, quer no sentido positivo da concordância, quer no sentido negativo da discordância. Tomando em conta que o sentido primeiro do conhecimento é questionamento (DEMO, 2009), sua dinâmica é propulsionada pelo *modus tollens* (antes da reconstrução vem sempre a desconstrução

do conhecimento), unindo na mesma unidade de contrários argumentar e contra-argumentar (DEMO, 2005). Todo argumento se efetiva muito mais pelo contra-argumento do que pela aceitação, já que esta tende a menosprezar a necessidade de desconstrução. Propriamente, não “se efetiva”, dinamiza-se, mantendo-se aberto. Por isso, a leitura mais genuína é a “contraleitura” (DEMO, 1994): lemos um autor para nos tornarmos autores, jamais ventríloquos, porta-vozes.

Trata-se, em parte, de coerência lógica, evitando-se a contradição performativa (desfazer no próprio discurso sua condição de validade): não cabe questionar e não aceitar ser questionado, tendo em vista que a coerência da crítica está na autocrítica. Quem profere um argumento bem elaborado e por isso mesmo questionador, no mesmo ato, concede ao outro a oportunidade de contra-argumentar, já que se trata da outra face da mesma moeda. Em parte, trata-se de coerência política e ética: quem é questionado tem o direito de contraquestionar. Questionar, impedindo ser questionado, é golpe sujo. Este ambiente dialógico desvela uma das marcas mais apreciadas do conhecimento: só pode ser bem feito em liberdade de expressão. A autoridade do argumento não medra na censura, porque esta o tornaria, de imediato, argumento de autoridade. No entanto, a liberdade de expressão implica a mesma liberdade para o outro, do que segue não ser compatível a expectativa comum nos meios de comunicação de liberdade *absoluta*: esta, por si só, extingue a liberdade dos outros. Na prática, os meios de comunicação pleiteiam uma liberdade unilateral, só para eles. O comunicador precisa poder dizer o que quiser, desde que formalmente adequado (autoridade do argumento) e eticamente compatível (não fazer do outro objeto de manipulação). Pretensões absolutas são sempre ditatoriais. É fundamental defender a liberdade de expressão, mas com responsabilidade e fundamento.

A internet, em suas estruturas mais recentes, acabou assumindo traços da esfera pública habermasiana (SUNSTEIN, 2006), à medida que, para além de ser também um “lixão”, fomenta ambientes de autorias instigantes. Não surgiu isso agora. Há longa história, que começa, em geral, com os *hackers* (LESSIG, 2004), gente sabida que sempre defendeu a internet como patrimônio comum. Sabendo lidar com a máquina, em especial dominando

a formulação e uso dos códigos digitais, os *hackers* têm como diversão frequente quebrar códigos alheios, em particular aqueles mais tipicamente mercadológicos. É deles a ideia do “*software* livre”, elevado a proposta exuberante com Linus Torvalds (2009), inventor do *Linux*, um *software* construído, em grande parte, pela colaboração voluntária de interessados desinteressados. Um dos resultados é a prática do *copyleft*, contrária ao *copyright*: todos podem mudar o texto, desde que a mudança também possa ser mudada. Este conjunto de referências, em si oposto à lógica do mercado, acabou encontrando lugar dentro da internet, à revelia do contexto liberal submetido às artimanhas do advertising.

Como sugere a análise de Benkler (2006) sobre o *poder das redes*, as pessoas cultivam uma variedade de interesses e desejos, não apenas egoístas. Milhares de pessoas se dedicam, por exemplo, à Wikipédia, desinteressadamente, por vezes com contundente desprendimento. Quando se anunciou como ideia a ser discutida a possibilidade de incluir na Wikipédia *advertising* como forma de arrecadar recursos, a versão espanhola se separou em nome do “espírito dos *hackers*” (retornou posteriormente) (LIH, 2009). O apreço ao trabalho solidário e voluntário parece ser componente fundamental desta esfera pública, formando, na voz de Benkler, outra estruturação econômica oposta à liberal, ainda que com esta conviva. Sequer se imagina que a economia solidária venha a substituir a liberal. Mas parece fato inarredável que o mercado liberal terá de aturar modos crescentes de produção voluntária/solidária.

Esta esfera pública, mesmo premida por todos os lados pelo mercado liberal, guarda características próprias que, entre outras coisas, servem para questionar/temperar excessos liberais. Tais características poderiam ser as seguintes:

- cultivo do bem comum, acima ou pelo menos a par da apropriação privada;
- negociação de interesses com base em consensos conduzidos pela autoridade do argumento e sempre abertos;
- controle democrático dos mandantes, definidos como eleitos para servir, não para se locupletar e manipular;

- cultivo de padrões éticos da cooperação, por mais que sua validade seja apenas relativa;
- capacidade de todos de liberdade de expressão, desde que compartilhada com a mesma liberdade dos outros;
- participação acima de qualquer privatização em nome da “coisa pública”;
- cidadania individual e coletiva, tomando a todos como sujeitos históricos.



Para Habermas, uma das qualidades mais proeminentes desta cidadania é “saber pensar”, que se apresenta sob a roupagem da autoridade do argumento. Esta proposição foi tão radical, que excluiu do agir comunicativo sua face “estratégica”. Não me parece realista esta visão, embora não comprometa a contundência participativa fundada na habilidade de bem argumentar. A cidadania que sabe pensar não precisa de artifícios, artimanhas, segundas intenções, manobras. Precisa só de argumento. Podemos fazer disso o signo da ingenuidade, até porque ingenuidade também nos constitui (DEMO, 2005b). Podemos, porém, fazer disso uma das dimensões mais dignas da aprendizagem permanente (DEMO, 2008a). Em grande parte, muda-se o sentido do “confronto”, componente central da emancipação e da politicidade (DEMO, 2002b), não mais calcado em violência, agressão, mas na habilidade de superar a opressão sem vitimizar o opressor ou substituí-lo. É o que, no fundo, propõe, ainda que ingenuamente, Holloway com a tese de “mudar o mundo sem tomar o poder” (2003). Talvez mais realista fosse mudar o mundo, mudando a postura perante o poder. Nem todo poder é execrável, tanto porque, sendo inevitável em sociedade, há que com ele conviver, quanto porque, sendo dinâmica dialética, sua fragilidade lhe é inerente (DEMO, 2002a).

O ambiente virtual da internet tem sido reconhecido como espaço de cidadania, em particular das novas gerações, à medida que, pelo menos recentemente, vêm participando de iniciativas cruciais de democracias, a exemplo da participação na eleição de Obama a presidente dos Estados Unidos (WINOGRAD & HAIS, 2008). Tapscott (2009; 1998), mais que outros autores que estudam a “geração digital” desde a década passada, tem investido tenaz esforço para desvelar as virtudes desta gente, em especial a capacidade participativa e interativa, em que pese a onda de críticas não menos eloquente. Entre estas citam-se frequentemente o “culto do amador” (KEEN, 2007), o *homo zappiens* (VEEN & VRAKKING, 2006), a falta de cultura acadêmica (*the dumbest generation*) (BAUERLEIN, 2008), “o efeito Lolita” (consumismo de meninas) (DURHAN, 2008), déficit de atenção (em geral por conta do *multi-tasking* – fazer muitas coisas ao mesmo tempo) (HALLOWELL, 2006), geração ensimesmada (*Generation Me*) (TWENGE, 2006), por exemplo. Deste modo, a esfera pública virtual não escapa de manifestar suas frivolidades, por conta de sua natural ambiguidade. Bastaria lembrar, ao lado do plágio, a produção constante de “vírus” e similares, e que não deixa de ser o lado sombrio dos *hackers*.

Cidadania não se reduz à interatividade, também porque é bem possível estar sozinho na multidão, em particular em dimensões virtuais. Marcada pela liberdade de expressão, a esfera pública pode ser vítima fácil de toda sorte de vandalismo. Como bem anota Sunstein em sua *Infotopia* (2006), a autoria grupal não é, automaticamente, democrática e aberta, porque não há grupo sem alinhamentos, exercidos por lideranças que se destacam. A própria noção de “grupo” implica autonomia diante de outros grupos, seguindo-se muito facilmente a tradição bíblica do “povo eleito” colonizador. Aparece sempre duplo problema: i) *para dentro* – nem todos possuem a mesma voz, algumas vozes são facilmente censuradas, outras se impõem e formam padrões que já não se discutem, divisões internas podem se formar, e assim por diante; ii) *para fora* – a possível democracia interna nem sempre se estende para fora, para outros grupos considerados igualitários e parceiros; facilmente se instala a rivalidade, desaparecendo a autoridade do argumento em nome do argumento de autoridade (O’NEIL, 2009).

Mesmo assim, pode-se afirmar que a tese de Habermas encontrou eco insólito e alvissareiro em ambientes virtuais que passaram a fazer parte definitiva de nossas vidas atuais. Temos agora a esfera pública virtual, que para as novas gerações equivale à real, na qual é viável organizar movimentos sociais efetivos, construir novos paradigmas de relacionamentos, fomentar autorias alternativas e construir conhecimento cooperativamente. Destaca-se nela a arquitetura de consensos negociados de modo livre e fundamentado, inspirados na autoridade do argumento.

2 COOPERAÇÃO E RIVALIDADE

Reconstruo aqui uma “filosofada” de sabor sociológico em torno de meu velho tema de doutorado (dominação e história) (DEMO, 1973), com o modesto objetivo de “ordenar ideias” no sentido de Foucault (2000). Como ele sugeria não sem algum sarcasmo, a ordem é das ideias, não da realidade, que é naturalmente complexa e não linear (DEMO, 2002). Entretanto, não se entende minimamente a realidade complexa sem lhe impor algum ordenamento mental, desde que se mantenha suficiente autoquestionamento acerca deste tipo de discurso como típica “metanarrativa” (DEMO, 1999). Facilmente ensacamos a realidade em procedimentos rigidamente ordenados, que Morin (1995; 1996) chama de “ditadura do método”. Ainda que sempre arriscado e temerário, “teorizar” é necessário, se quisermos ir além das descrições e exposições e atingir o nível das explicações. “Explicar”, por sua vez, também é termo exigente e, em geral, megalômano, porque nele a realidade que precisa ser “construída” (DEMO, 1995) pode também ser “inventada”. De todos os modos, assim como não “resolvi” esta questão intrincadíssima da vigência do poder como algo histórico-estrutural, não pretendo aqui também resolver. Apenas tento aclarar os termos e montar um quadro de referência sugestivo.

No texto *Solidariedade como efeito de poder* (DEMO, 2002c), busquei discutir a ambiguidade do conceito e da prática da solidariedade, em geral a serviço de intentos escusos, como é a “ajuda ao desenvolvimento” tendencialmente

colonizadora (UNITED NATIONS, 2005). Inspirei-me em uma obra de Popkewitz (2001) sobre pedagogia como efeito de poder, ao analisar que muitas políticas educacionais, à revelia do que pregam, marginalizam os pobres ainda mais. Diria que um caso típico é a alfabetização em até três anos constante no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb): à primeira vista, parece solidariedade para com os pobres – são tão desvalidos que necessitariam de três anos para ser alfabetizadas! Na prática, o aluno que demora três anos para se alfabetizar não mais se alfabetiza, emergindo aí não tanto a precariedade do pobre (enorme, por sinal), quanto a da escola que não sabe alfabetizar. Segundo Grossi (2004), a alfabetização pode dar-se em três meses (IRIZAGA, 2002)! Quem precisa de três anos não é o aluno (todo aluno, por mais pobre que seja, pode alfabetizar-se adequadamente em um ano, desde que tenha uma escola à altura) (DEMO, 2009b), mas o sistema perverso das políticas educacionais. Na mesma vala comum estão as teorias dos ciclos, forjadas para acobertar a inépcia das escolas que, não dando conta minimamente da alfabetização ano a ano, propõem o agrupamento dos anos em ciclos, apenas postergando a tarefa para o Dia de São Nunca (DEMO, 2009a; 2009c).

Seguindo esta trilha de Popkewitz, sugeri que solidariedade não é produto fácil e mecânico, mas dura conquista sempre frágil. Montei, assim, uma argumentação também “biológica”, para mostrar a ambiguidade natural da solidariedade entre os seres vivos, em parte propondo a tese do “igualitarismo”, não da igualdade, como indica Boehm (1999). A vida em sociedade pode ser igualitária, mas não propriamente igual, já que os indivíduos, as sociedades, as culturas são também tipicamente diferentes, diversas. As diversidades e diferenças não implicam *ipso facto* alinhamentos de poder, já que ser diferente não quer dizer ser desigual ou superior.

Como bem aponta Santos (2004), as culturas são, de si, apenas diferentes, não desiguais. Na vida em sociedade, porém, diferenças facilmente são vistas como rivalidades, a exemplo da percepção eurocêntrica de conhecimento: o conhecimento dito científico – um dos tipos vigentes de conhecimento, ainda que seja avassalador hoje – postula superioridade,

a ponto de considerar outros conhecimentos como inferiores, se não ineptos/inadequados (SANTOS & MENESES, 2009). Não se admite como multicultural, pleiteando validade universal incontestada (HARDING, 1998; 2006), à revelia de seu visível encaixe multicultural.

No plano das formas e procedimentos, em especial apelando para estruturações matemáticas e lógicas, o conhecimento científico detém pretensões de universalidade, mas jamais no plano existencial, como bem mostrou Kuhn (1975) com sua tese dos paradigmas: a ciência, realizando-se em sociedade, produz naturalmente escolas, em torno das quais se agrupam os cientistas e também a elas se alinham, com a tendência de se apreciar mais a fidelidade do que a competência; ao mesmo tempo, porém, este tipo de “socialização” comum da vida em sociedade produz seu antídoto dialeticamente falando: o paradigma vigente sufoca a crítica, em especial a autocrítica, caminhando para a mediocridade; o paradigma se esvai, advindo a necessidade inelutável de superação. Acontece isso com todas as escolas, também com a “teoria crítica” (DARDER *et alii*, 2009): em que pese sua importância extraordinária, também por conta de sua diversidade e riqueza interna, vai ficando no passado.

Sociedade igualitária é aquela que acomoda igualdade e diferença, considerando as formações históricas, ao mesmo tempo iguais e diferentes. Solidariedade pode existir, sim, porque é, na prática, condição de convivência, mesmo que seja para “aturar”. As sociedades são naturalmente solidárias e rivais, porque a trama das relações sociais é constituída dialeticamente, numa unidade de contrários (DEMO, 1995; 2002a). Colocando em termos mais explícitos: rivalidade é uma forma de solidariedade e vice-versa, em contextos complexos e não lineares.

Na biologia, esta discussão é candente. De um lado, postam-se os darwinianos clássicos, ao estilo de Dawkins (1998; 2003), frontalmente positivistas e lineares, postulando um tipo incremental aleatório de evolução reduzido a expressões materiais mensuráveis. De outro, apresentam-se os dialéticos, a exemplo de Gould (2002), que pretendem observar na natureza ambientes formativos bem mais complexos, como é o caso notório de Maturana (2001) (DEMO, 2002), com sua tese da “autopoiese” dos seres

vivos: estes não são resultado evolucionário apenas de pressões externas às quais se acomodam, mas também de dinâmicas de dentro para fora que os empurram para a autonomia (WRIGHT, 2000). A tese da “politicidade” da vida ganhou reforço com a proposta de Waal (2000), em torno da “política do chimpanzé”, para sugerir que esses grandes macacos formam naturalmente uma sociedade impregnada de dinâmicas de poder. Chamou também muita atenção a proposta surpreendente de Prigogine (e STENGERS, 1996; 1997) da “dialética da natureza”, insinuando que a própria natureza seria, ao final, um ente político, porque evolui não apenas aleatoriamente, mas em um ambiente de alternativas possíveis. De fato, politicidade (DEMO, 2002b) significa a habilidade de não se acomodar passivamente ao destino ou a histórias alheias, mas de construir proposta própria de vida, sabendo pensar e confrontar-se, tese que sustenta minha visão de “pobreza política” (DEMO, 2007): a pobreza mais dura é a política, porque destrói o sujeito capaz de se confrontar, ou seja, para além da miséria material, liquida a cidadania.

Rivalidade é um tipo de cooperação e vice-versa.

Não saberia defender a tese de que desigualdade é endêmica na sociedade, porque prefiro perceber que, mesmo tendo sido todas as sociedades até hoje conhecidas e estudadas desiguais, daí não segue que isto seja “destino” inflexível. Primeiro, porque, como sugeria Popper, a repetição empírica de fatos não induz regras peremptórias: nenhuma base empírica permite propriamente generalização, mesmo que estatisticamente bem estruturada. Embora esta regra popperiana seja ignorada solenemente nas pesquisas empíricas, tornando-as “empiristas” (DEMO, 2000), cumpre reconhecer que as generalizações são artefatos teóricos, não empíricos. Não existe nenhuma história “geral”, “universal”, apenas datadas e localizadas. Segundo, nossa história está marcada pela desigualdade, mas disto não segue que seria o único caminho possível. Haverá mil razões para este caminho até o momento percorrido e que se perde nas entranhas evolucionárias da natureza (incluída aí a sociedade como dinâmica natural), mas, como todo caminho, tem volta, ou seja, nossa sociedade poderia ser diferente, bem mais igualitária, ainda

que não me pareça realista falar de sociedades “iguais”. Sociedade igual tende a ser um achatamento das diferenças e possivelmente impor ainda maiores dissabores aos indivíduos. Estes, “normalmente”, apreciam ser tratados de modo igual e diferente, como bem atesta a história do feminismo (HARDING, 2004).

O liberalismo de mercado postula uma história inflexível, dominada pelos interesses privados, do que decorrem implacavelmente sociedades superiores (as capitalistas desenvolvidos) e a inferiores (que não se acomodam bem ao capitalismo) (Santos, 2009). Entre autores atuais que contestam tal inflexibilidade está Benkler (2006), em sua análise da economia solidária das redes sociais virtuais, sem falar em outros que, desde muito, defendem a cooperação como modo natural de estruturar sociedades (GODELIER, 2001; GODBOUT, 2009; MAUSS, 1989).

Dentro da visão de Prigogine da dialética da natureza, esta aparece como dinâmica complexa não linear, abrigando naturalmente ambiguidades evolutivas que acomodam rivalidades e cooperações. Não parece difícil verificar que somos, ao mesmo tempo, rivais e cooperativos, uns mais, outros menos, ainda que o ser humano descenda de predadores. Descender de predadores reforça nossas inclinações violentas, mas daí não decorre que não possamos arrumar sociedades menos agressivas. Em face da história conhecida, em especial a eurocêntrica, não se pode prometer solidariedade como condição fácil, para não virar “efeito de poder”.

**Somos naturalmente
rivais e cooperativos;
mais facilmente rivais;
não, porém, fatalmente.**

Talvez possamos observar aí uma das motivações mais fortes dos videogames: a busca de desafios, por vezes, lancinantes, o gosto pela aventura agressiva, pela luta, pela rivalidade, pela vontade de vencer. É verdade que o mundo virtual é simulacro: aí todos se matam, mas ninguém morre, como ocorre no faroeste. Mas como se diz nos estudos sobre

dependência de videogames, trata-se de “ilusão real” (CLARK & SCOTT, 2009), a ponto de os jogadores já não distinguirem entre real e virtual. É uma constatação corrente que “jogos pedagógicos” não atraem as crianças, porque, entendendo pedagogia de maneira piegas, pretende-se eliminar dos jogos suas atrações rivais. Um misto complexo de desafio e rivalidade traduz parte do fascínio pelo videogame, turbinado ademais pela possibilidade de mudar regras e cenários para potencializar a sensação de liberdade.

É possível, sim, brincar por brincar, pois brincar é atividade que se basta (as crianças o fazem naturalmente), mas o próprio lema olímpico – o importante não é vencer, mas competir – abraça esta ideia: sem rivalidade não haveria competição. Problema certamente é que a cultura eurocêntrica aguça a agressividade na própria organização do mercado, tocado, na prática, pela lei do mais forte ou da selva. Tanto é assim que suas religiões produzem divindades e práticas etnocêntricas, em torno de “povos eleitos”, redundando em motivações infundas de guerras e massacres, em nome de Deus (DEMO, 2008). Embora seja impraticável decidir se a história conhecida é movida pela violência, mais do que pela solidariedade, porque não haveria como mensurar isso minimamente, à primeira vista parecem predominar a tristeza, a guerra, a violência, sem falar na morte, uma das eternas razões das religiões. A própria arte parece triste, melancólica, decanta de preferência a tragédia, o drama. Também nos meios de comunicação, notícia é a tragédia. Alegria não se nota nem atrai a atenção. Nada como um escândalo para manter o interesse aceso do público.

Em ambientes de solidariedade, como é a produção coletiva livre da Wikipédia, a rivalidade não desaparece, como veremos a seguir. Esta é apenas contida em nome do interesse comum. De certa forma, a democracia pretende arrumar esta complexidade no fundo insolúvel: lidar com os conflitos enquadrados em regras de jogo, controlando o poder de baixo para cima. Não se ilude com o poder: sua tendência arraigada é privilegiar-se. Só não se privilegia, se os cidadãos exercerem vigilância diária e assídua, por vezes levantarem a voz e mesmo o braço. Isto não torna abjeto o poder, apenas se busca observá-lo dialeticamente. A esfera pública é, sim, um espaço estratégico, ao contrário

do que supõe Habermas, porque aí não se suspende a dialética das relações sociais contrárias, apenas se organiza sob outro enfoque, que é o do bem comum. Não adianta camuflar, esconder, liquidar o poder. Isto apenas o tornaria tanto mais violento, tal qual o reprimido na psicanálise. Poder menos abjeto é aquele que admite transparência, controle democrático, pressão das bases. Muitas vezes a população espera por um “bom príncipe”, que faça de sua vida principesca uma razão de serviço público apenas. Pode até ocorrer, mas, como regra, é idílio e falta de cidadania (DEMO, 2009).

3 FORÇA SEM FORÇA

Mantendo este referencial teórico no pano de fundo, pode-se, então, perguntar o que seria esta *força sem força* do melhor argumento, sugerida por Habermas. Tratando-se de uma metáfora – obra de interpretação –, cabe reinterpretá-la (DEMO, 2001). A autoridade do argumento possui “força”, mas é “sem força”, alegando-se aí: i) a autoridade do argumento se sustenta por si mesma, sem ser autoritária; provém da qualidade da própria fundamentação; ii) sua força é a do convencimento como resultado da qualidade da argumentação, não do alinhamento; iii) esta força sem força seria, no fundo, a única “força” que tem força, no sentido de que, indo pelo contrário, desaparece a força em tramoias forçadas; iv) a força mais efetiva é a que não força, convencendo sem vencer, tal qual a não violência: é o tipo de violência que não usa de violência; consegue impor-se sem violentar.

Tradicionalmente, uma das facetas mais interessantes desta “força” é a “retórica”, voltada para argumentar para convencer, sem vencer. Hoje, fala-se em persuasão, também no mundo virtual, em geral voltada para captar a atenção dos usuários “*captology*” (FOGG & ECKLES, 2007), tendo como objetivo “mudar o que se pensa e faz” (FOGG, 2003). Esta perspectiva alinha-se ao *advertising*, enquanto outras restauram a concepção clássica da retórica (OINAS-KUKKONE *et alii*, 2008; BOGOST, 2007), inicialmente destinada a fazer da argumentação uma arte do convencimento, sem manipulação (PERELMAN, 1997; PERELMAN & OLBRECHTS-TYTECA, 1996).

Com o tempo, os “políticos” se apropriaram da retórica que, hoje, tem sentido dúbio: não é arte de argumentar, mas de “enrolar”. Observando bem, esta visão, que subsiste desde a Grécia, reconhece a politicidade da argumentação, ou o caráter estratégico da comunicação. Argumentar nunca é apenas procedimento lógico, formal, mas confronto entre pessoas e culturas. As formalizações metodológicas podem “demonstrar”, mas convencer é outro departamento. Neste aparecem outras marcas psicológicas, culturais, políticas, relacionais, emocionais, eventuais, tipicamente não lineares, complexas. Em parte isto se deve à autoreferência da mente: não entendemos o outro a partir do outro, mas da imagem que construímos do outro. Esta condição deu origem, no feminismo, ao conceito de *standpoint epistemology* (HARDING, 2004), para reivindicar que as mulheres precisam ser contempladas pelos homens a partir delas, não de posturas patriarcais. Na prática, porém, se reconhece que isto é compromisso metodológico e ético, não condição natural. Ainda assim, é reivindicação justa, no sentido de pleitear que os homens “se esforcem” por considerar as mulheres a partir delas. Em parte, isto se deve à politicidade da argumentação: argumentar também é influir, ainda que se cuide de não manipular.

Em qualquer jogo argumentativo correm linhas de força, porque isto é parte dialética das relações sociais polarizadas. Não se trata, pois, de eliminar linhas de força, mas de qualificá-las, ao contrário, neste caso, da proposta de Habermas. Na politicidade da aprendizagem, *à la* Paulo Freire (1997), trata-se de influenciar o aluno de tal modo, que ele não se deixe influenciar. A relação pedagógica implica correlação de forças naturalmente. Não é o caso, pois, pretender extinguir a influência, mas qualificar de que influência se trata. Haveria dois tipos bem diferentes de influência: aquela que sufoca; e aquela que liberta. O educador deve saber distinguir e promover o tipo de influência necessário para mediar a emancipação do aluno. Falar de influência que liberta parece contradição nos termos, porque em geral temos de influência uma percepção linear, de cima para baixo, implicando como consequência a subserviência. Tomando, porém, influência como dinâmica dialética, o influenciado é componente essencial da unidade de contrários,

podendo, dependendo do caso e da condição história, virar a mesa. Para o oprimido se libertar da opressão, necessita confrontar-se com o opressor (FREIRE, 2006), efetivando uma contrainfluência, na qual consiga construir-se sujeito de história própria. Não pode esperar que o opressor seja o artífice de sua libertação, pois isto seria “pobreza política” em grau extremado (DEMO, 2007). Esta dinâmica faz parte do conceito de autopoiese: os seres vivos influenciam fortemente suas crias, em especial nos primeiros lapsos de vida, mas esta influência tem como resultado normal a construção de sua autonomia. Há, pois, um tipo de influência que favorece a autonomia. Em sociedade, as pessoas não podem deixar de se influenciarem, seja se atrapalhando, seja se desenvolvendo. Quando os pais procuram trabalhar limites ao comportamento dos filhos, podem fazê-lo desastrosamente, mas podem também fazê-lo construtivamente, no sentido de prepará-los para a vida (TIBA, 2007; 2007).

A trama das relações sociais nos insere em campos permanentes e diferenciados de força, de tal sorte que influenciemos e somos influenciados dialeticamente. O trabalho científico, por mais que se resguarde metodologicamente, implica esta dialética que se torna tanto mais visível na disputa por paradigmas dominantes. A assim dita “comunidade acadêmica” está repleta de rivalidades e mesmo deslealdades, porque composta de seres humanos dialeticamente polarizados (DUDERSTADT, 2003; TRINDADE, 2001). Isto transparece logo nas hierarquias em geral rígidas da carreira acadêmica, nas disputas por espaços de promoção e cargos de direção, nas classificações de títulos e certificados, na corrida por prestígio e destaque (DEMO, 2004).

Por se tratar de figuras dotadas, muitas vezes, de formação sofisticada, as relações podem parecer mais toleráveis, mas, no fundo, campeia a hipocrisia, também porque, tratando-se de luminares, cada qual se julga mais importante que o outro. A tudo avaliam, mas detestam ser avaliados. O que menos “vale” na universidade é lógica, matemática, forma. Vale sobretudo ocupar espaços e amealhar privilégios, por vezes minúsculos e mesmo ridículos, mas suficientes para sair da turba ignara. Observe-se a guerra atual em torno das publicações indispensáveis para galgar postos mais elevados da carreira. Embora havendo

acordo razoável em torno da necessidade de publicar pesquisa própria, instalou-se uma disputa acirrada e raivosa ao redor das várias modalidades de publicação. Antes, livro era a referência mais elevada. Como livro pode ser “qualquer coisa”, também porque, pagando, qualquer editora publica qualquer coisa, no momento empurra-se a academia para revistas de alto padrão que, a título de qualidade elevada, escondem seus “donos”. São poucas, com poucos donos, o que está tornando a ascensão acadêmica uma *via crucis*.

Certamente, antes, era muito devassa, como na proliferação de “pós-doutorado”: nunca foi título, muito menos indispensável, mas começou a alastrar-se, chegando-se ao ponto de professores defenderem seu doutorado e já engatarem um pós-doutorado de imediato, como “enfeite acadêmico”. Não havendo controle, compadrios são comuns. Há nisto um lado coerente: a busca por excelência acadêmica, dentro de rigores metodológicos cada vez mais elevados. Esconde-se, porém, que excelência não é termo unívoco, sem falar na diversidade das áreas científicas e na tendência à colonização das ciências humanas e sociais pelas assim ditas “ciências duras”. Quando se impõe que somente artigos publicados em certas revistas de acesso rigidamente restrito contam para a carreira, e quando a preferência é dada a publicações em língua inglesa, pode estar em jogo menos a qualificação do pesquisador, do que a construção de gargalos e filtros que não fazem mais que conservar no topo alguns proprietários da qualidade. Embora Kuhn (1975) a tenha desvendado com rara maestria, esta farsa é, hoje, corriqueira.

A academia é, como toda trama social, também uma trama. Embora a produção científica só possa medrar em liberdade de expressão, censura sempre está presente, pelo menos, como contraluz (SHATTUCK, 1996; RESCHER, 1987). Conhecimento científico é tão importante, que não pode ser deixado ao alcance de todos, nem pode ser objeto de interpretação livre (MANGUEL, 1996). Há que se seguir a interpretação oficial, como se fosse uma igreja (FEYERABEND, 1977; 1979). Censura aparece nas aulas instrucionistas de professores que nada produzem e, mesmo assim, dão aula nas orientações no espaço do mestrado e doutorado, nas quais a última palavra é sempre do orientador, nas oportunidades oferecidas/cerceadas

dentro de cada departamento para cada professor/pesquisador, nas lideranças que passam a decidir quem é quem, principalmente o valor acadêmico dos outros, nos processos de avaliação e concurso cujas regras nem sempre são transparentes, nos paradigmas que se instalam e pedem obséquio.

Quando Habermas fala de força sem força, primeiro, pretende afastar os tipos brutos de força, em especial movidos por artimanhas e violências, inspirados sempre no argumento de autoridade; segundo, pretende sugerir a vigência de modos de argumentação que poderiam convencer sem vencer, movidos pela qualidade aberta de sua fundamentação. Fundamentação bem feita tem “força”, como tem força a obra de Habermas. Pode-se discordar, mas dificilmente alguém diria que está mal posta, mal feita, apressada, precária. Sua força, porém, não é brutal, autoritária, mas “merecida” por conta da arte de bem argumentar.

**Argumento de autoridade não é argumento;
é autoridade; é monólogo.**

Argumentar é um diálogo tipicamente dialético e que, em sua complexidade não linear, exige predicados formais e políticos. Quando duas pessoas dialogam, não apenas se comunicam, falam, mas igualmente se confrontam, disputam espaços e propostas, rivalizam em suas formulações, estabelecendo-se entre ambas complexa correlação de forças. Não se trata de negar essa complexidade. Trata-se de qualifica-la, ou seja, de pleitear que predomine a autoridade do argumento, não o argumento de autoridade. Na expressão “argumento de autoridade”, desaparece o argumento, soterrado pela autoridade. Não vale como plataforma do diálogo, porque instaura o monólogo. Na expressão “autoridade do argumento”, ressuscita o argumento porque sua autoridade é de mérito, conquistada com a da qualidade da fundamentação. Por não ser autoritário, pode propor uma plataforma igualitária de diálogo, na qual, sendo recíproca a liberdade de expressão, a rivalidade não precisa humilhar, excluir. Naturalmente, quando alguém se põe a argumentar, alimenta a expectativa de poder persuadir, convencer, por conta da qualidade do discurso. No mundo acadêmico vige este tipo de “mercado”, não como o liberal que pretende

convencer para vencer, mas de estilo igualitário, no qual as oportunidades se decidem pela via de propostas qualitativas. Como se vê, paira no fundo sempre a questão da qualidade, que distingo entre formal e política. É sempre um desafio definir este termo, tendo em vista que admite infinitas interpretações, no contexto de disputas incontornáveis. Faço aqui apenas uma aproximação de estilo dialético.

**Autoridade do argumento é de mérito;
depende da qualidade da fundamentação aberta.**

3.1 Qualidade formal

Por **qualidade formal**, entendo a marca argumentativa da fundamentação acurada e persistente, e que, por isso mesmo, não reconhece fundo último (DEMO, 2008; 2008a). Não temos como oferecer fundamentações finais porque, sendo todas parte da linguagem, nem começam, nem acabam, apenas continuam, perecem e se refazem. Esta circularidade hermenêutica é constitutiva, porque toda análise postula componentes ainda não analisados, assim como toda definição usa termos ainda não definidos. No pano de fundo, há sempre a querela insolúvel em torno do que se imagina ser “conhecimento científico” (DEMO, 1995). Disputam-se paradigmas, por vezes com grande veemência. Na tradição modernista (positivista), conhecimento científico é resultado de procedimentos metodológicos estritamente formais, de teor lógico-experimental, mantendo-se a confiança analítica de poder desvendar a realidade até seu fim. Analisar significa decompor a realidade em partes sucessivas, descendo assim ao fundo dela, onde – espera-se – confluem ontologia e epistemologia: ao final, a realidade seria simples e teria explicação simples. A simplicidade da realidade é vista em seus códigos, como a tabela atômica, o genoma, a escala musical, o ordenamento digital, que admitem formalização matemática exata. O discurso modernista positivista aposta na descoberta da verdade, porque tem dela uma ideia linear, assim como o procedimento analítico seria linear.

Sob tal ótica, qualidade formal significa a aplicação rígida de procedimentos formais que redundam na descoberta de leis e regularidades invariantes,

passíveis de controle e mensuração, inclusive de reteste contínuo. Alimenta-se visão de realidade unidimensional, tipicamente materialista, lógica e experimental, que cabe com perfeição no método científico. Na verdade, este é que define o que é real, deixando de lado tudo que não caberia nele. Cultivam-se em grande estilo as “evidências empíricas”, como resultado de procedimentos de levantamento e regulação estatística, aceitando-se que, por obra da formalização, os dados “retratam” com fidedignidade a realidade pesquisada (DEMO, 2006). Esta expectativa é tão forte, que a tarefa da pesquisa acaba reduzida a procedimentos lógico-experimentais. Mesmo sendo muito reducionista tal visão, não cabe desconhecer seu êxito estrondoso na história eurocêntrica, eclodindo na “sociedade do conhecimento”, em especial com suas tecnologias inovadoras. Sua grande vantagem é pretender lidar com procedimentos seguros, testáveis, verificáveis, aparentemente capazes de estabelecer verdades definitivas. Este é o paradigma dominante na academia hoje, em especial nas ciências naturais. A elaboração teórica é vista como lide secundária ou como esquemas disponíveis conceituais que já não caberia discutir/refazer. A parte central está na produção de dados empíricos bem formalizados e, a partir deles, analisar avanços possíveis rumo a estágios mais aprofundados da realidade. Passo a passo, desvenda-se a realidade.

Tomando em conta uma dicção dialética, qualidade formal ganha outras dimensões, ainda que não seja o caso negligenciar a visão positivista, quando menos em respeito a seu êxito monumental. Em vez de contar com acertos crescentes e que um dia seriam finais – encontrar a verdade –, imagina-se que a realidade não é de todo devassável (DEMO, 2002), primeiro, porque não se reduz a entidade apenas lógico-experimental de teor linear; segundo, porque, trabalhando a ciência com objeto teoricamente construído à luz de hipóteses, toda pesquisa é uma interpretação entre outras possíveis, dependendo sumamente de seus pressupostos ou pontos de partida; terceiro, porque, não sendo nenhuma realidade propriamente evidente (é complexa e ambígua), todo discurso que se quer científico não consegue ser conclusivo; quarto, porque sendo toda teorização esforço de ordenamento formal, a ordem é da teoria, não da realidade. Um dos resultados é que estudamos as dinâmicas

através de seus códigos (ou de procedimentos invariantes, repetidos): não estudamos o que é dinâmico, mas o que se repete na dinâmica. Se invertêssemos esta perspectiva, como sugere Prigogine (1996), a dinâmica seria a constante, não estruturas fixas. A realidade decomposta em variáveis formalizáveis e manipuláveis é a realidade que cabe no método, não a realidade em sua dinâmica complexa não linear.

Qualidade formal não reflete, então, resultados indiscutíveis por conta do método taxativo. Antes, sinaliza processos dinâmicos, nunca conclusivos e definitivos, porque em constante formação, datados e localizados. Não se deixa de lado a face propriamente formal. Ao contrário, ela é fundamental para ordenar complexidades. Sendo, porém, a realidade dinâmica complexa não linear, ambivalente, todo esforço de formalização detém dimensões artificiais e nisto dissonantes, à medida que busca encaixar dinâmicas em códigos matemáticos, desfigurando as dinâmicas. Realidades instáveis são entendidas pela via da estabilização, como ocorre em experimentos de laboratório. No entanto, é redução grosseira tomar o que se repete como mais real. É apenas mais adaptado ao método de captação. Qualidade formal de processos precisa haver-se com dinâmicas que não podem ser completamente dominadas, contentando-se com aproximações sucessivas e rivais. Nenhuma teoria é conclusiva, não só porque nunca dá conta da realidade toda, mas igualmente porque não há como postular discurso final.

Diante deste desafio, qualidade formal é conquista frágil e aberta de processos de argumentação, mantidos sempre discutíveis. “Ser discutível” admite duas acepções. Para visões modernistas, discutível é o conhecimento sem base, destituído de formalização necessária, rejeitado em testes. Uma teoria, um experimento não podem ser discutíveis. No fundo, buscam-se resultados indiscutíveis. Para visões dialéticas, discutível é a virtude de argumentos e fundamentações que se mantêm abertos à discussão, irrestritamente, brandindo a autoridade do argumento. Não cabem discursos dogmáticos, porque já não abrigam chance de revisão, criação, questionamento. Não se aplicam a teorias e pesquisas validades que não sejam apenas relativas, condizendo isso com as dinâmicas naturais e histórias, todas com prazo de validade.

QUALIDADE FORMAL DO TEXTO

- **bem feito: bem elaborado, estruturado, organizado;**
- **bem fundamentado: autoridade do argumento, rigoroso e aberto, incisivo e discutível;**
- **bem referenciado: sistemático, aprofundado; dá conta do tema e da bibliografia;**
- **bem concebido: original, com autoria visível, hipóteses criativas e questionadoras;**
- **bem apresentado: elaboração adequada e gramatical; formato pertinente.**

Um discurso tem qualidade formal, primeiro, se for bem feito em seu ordenamento, concatenação, arrumação, sistematização, formulação, e, segundo, se for elaborado de forma a facilitar a discussão aberta e igualitária. Um texto bem feito é mais fácil e agradável de ser discutido. Cada argumento precisa manter-se de pé por si só, não por recurso autoritário ou artimanha. Uma das faces mais pertinentes é o cuidado com a **fundamentação**, que pode ser elaborada partindo de muitos horizontes: escudando-se em teorias existentes, em práticas recorrentes, em dados disponíveis ou construídos especialmente, definindo com esmero conceitos e categorias, em experimentos conduzidos com procedimentos acurados e transparentes, em proposições ao mesmo tempo bem redigidas e abertas. Fundamenta bem um discurso não só recurso à matemática, lógica, forma, mas igualmente a aproximação meticulosa de dinâmicas complexas e no fundo indevassáveis, por meio de elaborações mais flexíveis, sem incidir na ditadura do método. Fundamentar, porém, não é colocar concreto armado e indestrutível por baixo do discurso, mas elaborar formulações que se alimentam de validades relativas e, nem por isso, menos exigentes. Por ser relativa a validade, há que, tanto mais, cuidar-se dela.

Por ser discutível todo argumento, não conclui a discussão. Antes, a alimenta, mantendo o texto aberto a inovações sempre possíveis. Não existe o texto final, também porque não existe o inicial. Não é fixo. É nômade. Argumento discutível é aquele que continua aprendendo de outros argumentos, mesmo que se sinta seguro no que propõe.

Discutível aponta, então, tanto para a capacidade de discutir, quanto de ser discutido, questionar e ser questionado. Permite consensos, ainda que frágeis, porque só pode haver consenso em torno de ideias discutíveis. As indiscutíveis já liquidaram a possibilidade de consenso negociado. Por serem os consensos compostos de ideias discutíveis, não são monolíticos e definitivos. Todo texto pode, sempre, ser revisto. Aqui, convém fazer uma distinção: existe o texto discutível por ser precário; e existe o texto discutível por ser qualitativo (DEMO, 1999).

3.2 Qualidade política

Por **qualidade política** entendo o estilo de argumentação dinamizado por cooperações e rivalidades igualitárias, eticamente decentes e socialmente relevantes, com realce para a discutibilidade do discurso aberto entre os participantes. O texto não se impõe; apenas pode merecer respeito dos pares, por conta de sua argumentação e persuasão pertinente, seguindo a regra da *fundamentação tão bem feita que possa sempre ser refeita*. Aqui se reconhece a multiculturalidade do conhecimento científico, ou sua *politicidade*. A par de suas marcas formais absolutamente cruciais, o conhecimento é dinâmica social, uma das fontes mais proeminentes da gestação de oportunidades e da influência, desenhando um espaço de excitadas correlações de forças (BOURDIEU, 1987; 1989; 1996). A politicidade, ao contrário do que quer o positivismo, não é contrabandeada para dentro do conhecimento, pois lá mora desde sempre, como sempre alegou Foucault (1971; 1979). Dinâmicas dialéticas são políticas de nascença. Depois de Prigogine, muitos diriam que isto vale também para a natureza, à medida que não se reduz a evoluções cegas, aleatórias, tangida de fora sem reação. A natureza é um espaço polarizado, complexo e não linear, marcado por bifurcações, diversidade, oportunidades, histórias irreversíveis, ambiguidades e ambivalências (DEMO, 2002), de tal sorte que, se, por hipótese, começasse de novo, não haveria qualquer condição de perfazer o mesmo caminho evolucionário. Claramente, conhecimento não se reduz a diatribes políticas: seria incongruente negar a marca formalizante.

Argumentar não se basta com apenas discursar em tom formalmente adequado. Como todo discurso, é feito no espaço polarizado das relações sociais, confrontando-se com expectativas diversificadas, evoluções rivais, alinhamentos comportamentais, influências e contrainfluências de toda sorte (GEE *et alii*, 1996/2003). A retórica é um dos reconhecimentos mais antigos – desde os gregos – da politicidade do conhecimento, ao propor que não basta formalizar; é preciso convencer ou persuadir (BOGOST, 2007; FOGG, 2003). A validade do conhecimento não depende apenas de sua estruturação lógico-experimental, porque, em sociedade, para algo valer carece ainda de reconhecimento, e este não se orienta somente por formalizações metodológicas. É por isso que podemos ser convencidos daquilo que não tem base, nem mereceria tal atenção (SHERMER, 1997). Um caso típico: em geral a pesquisa acadêmica é muito reticente diante da “autoajuda” (DEMO, 2005b), tanto porque não possui fundamentação científica suficiente, quanto porque se tornou espaço de “espertos” sem formação mínima, mas que sabem aproveitar-se da ingenuidade das pessoas. Mesmo assim, é a literatura que mais vende, porque sua validação não passa apenas por critérios formais, mas igualmente pelo reconhecimento do público. Por enquanto pelo menos, o público aprecia autoajuda e, em geral, diz que lhe é útil.

Percebemos aqui o lado sombrio da politicidade: produção de conhecimento para fins de manipulação, ou seja, usar o saber pensar para impedir o saber pensar dos outros. O’Connor (2001), ao discutir o “conhecimento da pobreza”, mostra com grande verve que, enquanto cresce o financiamento da pesquisa da pobreza, multiplicam-se entidades e encontros internacionais, publicam-se obras e levantamentos, proliferam propostas de gestão e mensuração, a pobreza como tal não dá sinais de retrocesso, em especial em sua face “relativa” (pobres comparados com os mais ricos) (DEMO, 2007). A peso de muitos programas assistenciais (já nisto facilmente assistencialistas), tem diminuído a pobreza “absoluta” (pobres comparados consigo mesmos), contribuindo para isto também taxas expressivas de crescimento econômico (em particular na China e Índia) (THE WORLD BANK, 2005). O’Connor quer sugerir que a pesquisa da pobreza tende fortemente a ser bem mais interessante para

pesquisadores e gestores do que para os pobres, que continuam sendo apenas objeto de pesquisa. Certamente, não é o pobre que irá fazer pesquisa e teoria da pobreza, mas poderíamos esperar disso coisa bem melhor para os pobres.

No mundo virtual, em especial nos videogames, é frequente o reconhecimento de que são “ideológicos” (GEE, 2003; 2007) também. Suas narrativas implicam posicionamentos sociais, modos de interpretação e hipóteses de trabalho que jamais escapam de contextos políticos, sem falar em jogos de guerra ou que combinam violência e sexo. Neles, pois, disputam-se formatos de sociedade e convivência, sentidos da vida, preferências comportamentais, apreços culturais. Isto torna os videogames, para além da diversão e do entretenimento, plataformas de reconstrução da vida em sociedade real e virtual. Em geral se alega que os “bons” videogames não apenas exercitam fluência tecnológica, por vezes em grau muito elevado. Também preparam para a vida e se tornaram, para alguns teóricos, os ambientes mais promissores de aprendizagem (PRENSKY, 2001; 2006). Mesmo assim, correm o risco de produzir dependência (CLARK & SCOTT, 2009).

E aqui chegamos ao argumento de Paulo Freire: aprendizagem é dinâmica também política, porque neste processo se forjam cidadãos capazes de produzir alternativas históricas. Uma das dinâmicas mais importantes é a formação da autoria, por meio da qual se enaltece o sujeito, afastando-se a condição de objeto. Ao mesmo tempo, porém, a formação da autoria precisa ser conjugada com a autoria dos outros em condição igualitária, para que a autonomia frutifique em convivência, não em competitividade. Em parte, isto se fomenta nas discussões *on-line* que os jogadores sempre promovem, nas quais todos comparecem em condições igualitárias, procurando argumentar, compartilhar, aprender. Não faria sentido ver nos videogames apenas artefatos desarmados de diversão inconsequente, até porque também podem ser destrutivos e provocar dependência (STERNHEIMER, 2003; CLARK & SCOTT, 2009; SETZER, 2008; 2009).

A qualidade política dos textos pode ser apanhada, entre outras dimensões, em como se consegue validação e reconhecimento, em como se disputam espaços alternativos, em como as rivalidades se manifestam e são tramadas,

em meio a ambiguidades evidentes. Primeiro, qualidade política não se refere apenas ao lado “bom” da coisa. Uma proposta maquiavélica pode deter grande qualidade política, se a entendermos como habilidade de se impor efetivamente, destruindo os adversários. Segundo, qualidade política carece sempre ser atrelada à ética, para que seja viável acenar com alternativas decentes. Entre tantos desafios, podemos realçar os seguintes:

Ao questionar os outros, antepor o autoquestionamento, não só por questão lógica (a coerência da crítica está na autocrítica), mas mormente por questão ética igualitária: não poderia questionar bem quem não se autoquestiona, na mais lídima tradição socrática (maiêutica);

Antes, autoquestionar-se; depois, questionar.

Ao manejar a autoridade do argumento, inspirada na qualidade da fundamentação, manter sempre esta fundamentação aberta: precisa ser tão bem feita, que possa sempre ser refeita num contexto de diálogo aberto; continuar aprendendo pela vida afora é um modo de conviver com argumentos rivais, que não são estorvo e incômodo, mas alternativas possíveis;

Fundamentação tão bem feita, que possa sempre ser refeita.

Não adotar teorias como ideias fixas, unitárias e monolíticas; usá-las crítica e criativamente é a postura adequada, para fazer delas trampolins importantes da reconstrução própria, desde que esta também permaneça aberta; quem se alinha a teorias, enrijece-se; em vez de serem expedientes de abertura da mente, fecham-na;

**Quem tem ideia fixa, só tem uma. Não aprende mais.
Teorias se usam, não se adotam.**

Perceber que ideias críticas sempre são plurais; ideias monolíticas são imbecilizantes; não permitem discussão e compartilhamento;

Ideias críticas são plurais; ideias únicas são imbecilizantes.

Como toda verdade tem dono, é melhor ver nelas, como quer Habermas, apenas uma pretensão de validade; verdades mais verdadeiras são as plurais, aquelas que convivem com outras verdades, em um mundo de muitas verdades;

**Há muitas verdades; todas têm dono.
Não passam, porém, de pretensões de validade.**

Sendo as validades possíveis em sociedade e natureza apenas de teor “relativo”, valem, sim, porque não se vive em sociedade ao léu, de qualquer maneira, mas dentro de formatações socializadas e socializantes; todavia, não valem absolutamente, porque, no plano da existência, nada é absoluto; tudo tem prazo de validade, também nossas ideias e argumentos, inclusive nós mesmos;

Validades são relativas, não relativistas; valem, sim, mas relativamente.

Como convivência supõe consensos socializados e não consegue fugir de alinhamentos autoritários, é imprescindível manter os consensos em ambientes dinâmicos que facultem sua discussão e revisão permanente;

Consenso bem feitos tanto valem, quanto podem ser refeitos.

Como toda comunicação é estratégica, o intento de persuasão necessita de mão dupla para permitir que a habilidade de persuadir não exclua a de ser persuadido.

**Quem persuade, precisa poder ser persuadido;
toda comunicação é estratégica.**

Entretanto, leve-se em conta que as dinâmicas complexas políticas não podem ser “resolvidas”, como se, com manejo cada vez mais intenso de conhecimento científico, um dia pudéssemos a tudo simplificar e dominar, como sonhava o modernismo. Neste sentido, não existe consenso perfeito, comunidade plenamente satisfeita, realização pessoal e social consumada, texto final, discurso peremptório. A negociação, por mais brilhante que possa ser, permite acomodar rivalidades, mas não as extinguir. Aí vale principalmente

a percepção do bem comum, em prol do qual se podem admitir concessões e renúncias. Isto é particularmente importante em textos coletivos, cuja autoria é distribuída e dispersa, implicando naturalmente acomodações. Nesses textos, vale mais a obra coletiva do que o brilho individual. O conhecimento como obra coletiva é um dos horizontes mais decisivos da qualidade política, seja para lhe retirar a pretensão de soberania e superioridade comum na cultura eurocêntrica, seja para abrir seu acesso a todos, mesmo que nem todos possam produzir conhecimento de qualidade elevada, seja para rever tradições modernistas ensimesmadas, seja para direcionar a produção das novas tecnologias para fins sociais, não apenas de mercado.

Em contextos modernistas persiste a vã esperança de aplacar todas as polêmicas por obra de procedimentos metodológicos objetivos formais, de validade universal e que permitiriam produzir, algum dia, uma “teoria de tudo” (GRIBBIN, 1998). Ao fundo resiste uma crença em essência religiosa de encontrar a verdade. Estudos da mente humana, como regra, repelem tal expectativa, porque não vemos as coisas como são, mas como somos, dentro da percepção autopoietica (DEMO, 2009d). Ou seja, o conhecimento científico não trabalha com a realidade diretamente, mas com recortes dela, metodologicamente reconstruídos à luz de hipóteses de manipulação. Conhecimento é sempre, naturalmente, um procedimento interpretativo, mesmo quando embebido de matemática pesadamente (BESSON, 1995; LESH *et alii*, 2007). O que temos na mente não é cópia, retrato, reprodução da realidade, mas reconstrução mental autorreferente. Nenhuma teoria consegue ver tudo, também porque apanha suas faces ordenáveis, sendo ela mesma um discurso ordenado (FOUCAULT, 2000). Esta é a tese da multiculturalidade, combatida pelo positivismo, mas que tem recebido forte apoio de pesquisas neuronais (EDELMAN & TONONI, 2000). Faz parte de nossa visão ver parcialmente, seletivamente e de modo autorreferente. Ao lado desta condição natural, acresce a condição política: vemos melhor o que nos interessa ver. É impossível, assim, construir consensos que não admitam polêmica, até porque, se não admitissem, não seriam consensos, mas artimanhas.

QUALIDADE POLÍTICA DO TEXTO

- capaz de se manter discutível; de continuar aprendendo; de se refazer;
- questiona por saber autoquestionar-se; desconstrói para reconstruir; crítica e colabora;
- cultiva o bem comum acima dos interesses pessoais ou grupais;
- sabe ceder para construir consensos abertos; persuade e pode ser persuadido;
- respeita regras de jogo e age eticamente; acata autoridades de mérito, não autoritárias;
- convive criativamente com divergências e convergências, nem só umas, nem só outras.

É o mesmo problema da formação da autonomia. Precisamos de muita engenharia pedagógica para formar, ao mesmo tempo, gente autônoma e solidária. Precisamos das duas virtudes, mas nem sempre andam lado a lado. Uma autonomia que fosse perfeitamente solidária não seria propriamente autônoma. Uma solidariedade que fosse bem autônoma já não seria suficientemente solidária. Chamamos a este tipo de dinâmica complexa não linear de *unidade de contrários*: uma unidade formada de componentes que não são unos. Não existe aí “solução”, porque unidade de contrários não representa um problema, mas modo de ser e de vir a ser. Na visão modernista positivista as partes todas se encaixam e acabam perfazendo um todo uníssono. Na visão dialética a condição complexa não linear não permite este tipo de completude. Dinâmicas são dinâmicas porque são incompletas. Dinâmica completa é contradição nos termos. Assim como não é possível satisfazer plenamente a um ser humano, de sorte que já não tivesse outros desejos, não é viável ensaiar verdades, felicidades, consensos plenos. Como sugere Gödel, nem a matemática é completa (HOFSTADTER, 2001).

Politicidade implica correlações de força que compõem, mal e precariamente, cooperações e rivalidades. Um ser humano totalmente coerente deixaria de ser humano. Mesmo assim, esperamos alguma coerência. Alguma. Assim são os textos também. Sua qualidade política não está na assepsia artificial de peças perfeitas, mas na complexidade de seu tecido, na qual latejam dinâmicas incompletas e contrárias. É defeito? Em parte pode ser. Em parte, é modo de ser, permitindo que sejam revistos, aperfeiçoados, também descartados,

como nós mesmos. A beleza de um consenso é a capacidade de agregar vozes para compor um bem comum, desde que este bem comum não apague as vozes. Onde há muitas vozes, porém, há igualmente gritaria. É imprescindível ter objetivo comum, para que se possa fazer história, entretanto, não é menos fundamental poder reconstruir o objetivo comum, mantê-lo discutível, para que a história não se torne reprodutiva ou uma jaula. Sempre é fundamental recomeçar.

A discussão em torno dos paradigmas de vigência científica (KUHN, 1975; COLLINS, 1998) representa, na prática, um dos maiores reconhecimentos da politicidade e multiculturalidade do conhecimento. Por ser feito em sociedade, não escapa de se encaixar em procedimentos institucionais, dos quais o mais comum é a “escola” (por exemplo, a Escola de Frankfurt). Falando-se de “escola”, admite-se que o processo de produção do conhecimento acaba penetrado de alinhamentos estabilizadores, formando uma referência que, advinda da mudança, agora resiste à mudança. Na escola, procura-se menos inovar do que salvaguardar o patrimônio, em geral sob fortes lideranças. O que um dia foi, talvez, autoridade do argumento, agora se torna argumento de autoridade: fidelidade é mais importante que confronto. Aparecem lideranças e contralideranças, submissões e alinhamentos, porta-vozes e ventríloquos, que, a título de preservar as conquistas, no fundo as arrastam tanto mais rápido para o abismo. Não se brandem apenas argumentos, mas igualmente estratégias de ocupação de espaço, de caça a prestígio, de conquista de destaque, não sendo incomuns golpes baixos. Mas pode haver também o lado mais alvissareiro, quando uma escola se põe a consolidar conquistas importantes, agora institucionalizadas e disponíveis. A qualidade política de uma escola mantém-se, assim, sempre dúbia: ao guardar conquistas, torna-se, proprietária e já não pode mais ser inovada. A escola acaba, naturalmente, se esvaindo e pode mesmo desaparecer.

A ambiguidade das dinâmicas políticas pode ser bem visualizada nos sindicatos de professores, hoje considerados nos Estados Unidos a maior resistência a mudanças (MOE & CHUBB, 2009). Em termos de cidadania organizada, possivelmente a mais expressiva sempre foi o sindicato, em particular na formação do que se chamou de *welfare state*. Colaborou decisivamente para

questionar o mercado, impondo-lhe compromissos sociais fundamentais, como as leis trabalhistas e previdenciárias. Com o tempo, porém, como toda organização política, começaram a aparecer vícios, desde os privilégios dos chefes, até resistência a toda mudança.

Nos Estados Unidos, os sindicatos docentes são o quinto maior doador de campanhas políticas, o que já bastaria para perceber o poder que têm. Todas as avaliações apontam para precariedades clamorosas nas escolas e no sistema educacional, tendo como resultado aprendizagem mesquinha dos alunos. Seriam necessárias mudanças profundas, em especial nos docentes, implicando formação mais acurada, atualização permanente em serviço, responsabilidade pela aprendizagem dos alunos, acompanhamento das novas tecnologias, a par de melhores salários. Em geral os sindicatos defendem apenas as remunerações e condições de trabalho, no sentido de manter o *status quo* favorável aos docentes. Apreciam somente mudanças que redundem na estabilidade dos docentes, valendo isto também para as novas tecnologias. Neste sentido, os sindicatos acabaram propondo um tipo segregador de cidadania, voltada para o próprio umbigo, sem, por exemplo, levar em conta o direito do aluno de aprender bem. Por certo, os sindicatos possuem sua razão: são comuns remunerações aviltadas, condições laborais indignas, pressões oficiais nem sempre razoáveis, avaliações que os transformam em “culpados”, etc. Ademais, é função deles defender os docentes. No entanto, não levam em conta o bem comum mais amplo. Será o caso condenar os sindicatos? Em absoluto. São uma das conquistas mais memoráveis da história recente. A ambiguidade de sua atuação é, em parte, apenas natural. Seria, porém, o caso de discutir novas perspectivas, porque não é salutar deixar de aprender por conta de posições tidas como indiscutíveis.

4 INTERNET: “LIBERDADES” E “AUTORIDADES”

Discuto aqui a “politicidade” da internet, de um ângulo sociológico que busca desvendar por baixo de discursos contra a autoridade artimanhas autoritárias. É notória a sensação de liberdade na internet, dando a impressão de que não há chefes, censores. Esta sensação é mais aguda em crianças que facilmente

desenvolvem a fantasia de que “pilotam” o computador à vontade. Esta imagem se adensou muito com o advento da web 2.0. Tornando-se o usuário desenvolvedor de seus conteúdos, a condição de autor eleva ainda mais a pretensão de produção livre e desimpedida, sem falar em tradições já consagradas e muito exitosas, como as do *software* livre e do Linux. A Wikipédia consagrou em grande medida esta expectativa com a ideia da “*enciclopédia livre*”, feita a infinitas mãos e mesmo assim, ou – segundo outros – por isso mesmo (RHEINGOLD, 2002), dotada de qualidade reconhecida. Trata-se de tipo de trabalho voluntário, não recompensado monetariamente, feito em nome do bem comum, coletivamente.

A internet trouxe à baila o que Benkler chama de “a riqueza das redes” (2006), expressando uma economia alternativa solidária não orientada pelo/para o mercado. Ainda que tudo seja muito polêmico, há certa verdade nisso: milhares de pessoas doam seu tempo de trabalho para um projeto coletivo e apreciam esta contribuição generosa. Em contrapartida, é bisonho ver na internet uma arena da liberdade, não só porque sua infraestrutura digital é rígida, formalmente falando, mas igualmente por conta dos protocolos e procedimentos formatados e guardados por algumas linhas de comando (GALLOWAY, 2004). Mas não é somente isso. A internet, mesmo tendo sido obra de *hackers* que combatiam a subserviência ao Estado e ao mercado, cada vez mais se aproxima do formato mercadológico, em especial pela invasão do *advertising*. Em certa medida, a liberdade na internet é apenas consentida (FABOS, 2008).

A discussão que faço aqui não se dirige a questões infraestruturais digitais, mas às disputas candentes que projetos virtuais desencadeiam entre os participantes, mesmo recitando a toda hora uma bíblia da cooperação desinteressada e da autonomia sem chefes. Combatendo a autoridade, por vezes de modo extremado, facilmente se escondem dinâmicas autoritárias subjacentes. Não se pode contribuir para projetos abrangentes e complexos sem organização, liderança, controle de qualidade, coordenação de esforços, gestão dos dissensos e consensos, sem falar que, em grupos que se querem “epistêmicos”, a autoridade da *expertise* é praticamente inevitável, evoluindo facilmente para alinhamentos carismáticos, ao lado da estruturação burocrática da entidade (AYERS *et alii*, 2008). É comum que participantes alvoroçados com sua liberdade de expressão venerem os

mantenedores carismáticos como se fossem figuras sagradas. Isto não empana a beleza de projetos coletivos como a Wikipédia, apenas recomenda-se lidar com cautela extrema refrões monótonos de autonomia excitada. Neutralidade é o que não existe.

É um risco ignorar as artimanhas do poder. Os poderosos apreciam fantasiar-se de figura desinteressada, com o intuito de inculcar que tanto seu poder quanto a obediência não passam de condições naturais. A dimensão mais própria da ideologia é formatar discursos a serviço do poder, tornando o poder algo natural e mesmo desejável (THOMPSON, 1995). A ideologia da internet é de liberdade declamada, mas, na prática, participando de projetos coletivos, os contribuintes percebem imediatamente que o espaço não é nivelado. Trato agora deste tipo de ambiguidade na internet, utilizando em especial o texto de O’Neil sobre *Cyber Chiefs* (2009), no qual apresenta um estudo multifacetado de tom sociológico sobre promessas alegres de liberdade no meio de alinhamentos fortes de poder.

4.1 Ambiguidade na internet

É marcante a conversa positiva em torno dos ambientes criativos e livres virtuais, permitindo às pessoas engajar-se livremente em permutas sociais e políticas com parcerias que compartilham interesses similares. Ainda que reconhecendo persistentes desigualdades de acesso, a internet ter-se-ia tornado rota de expressão e organização espontâneas. A socialidade *on-line* rejeita hierarquia em favor de uma zona autônoma sempre aberta de comunicação e produção igualitária. Exclui também estruturas piramidais e práticas proprietárias em nome do bem comum. Concretamente, porém, a situação é bem outra. Autoridade aparece em cada canto, por várias razões: a auto-organização e autoexpressão *on-line* precisam de controle de qualidade de suas atividades e produtos; os participantes, de alguma forma, controlam os membros do grupo e decidem quem é confiável; determina-se que contribuições são relevantes; define-se quem é incluído ou excluído.

O’Neil aplica a participantes auto-organizados o termo “tribo”, *lato sensu*, primeiro, indicando que se trata de algo pré-estado (era do nomadismo) (BOEHM, 1999), segundo, apontando para o discurso antiautoritário e

antiproprietário. Ao contrário das antigas tribos, as virtuais agrupam-se em torno de carismas fortes, algumas tendem a apreciar *expertise* técnica (domínio do código, por exemplo), outras muitas vezes combatem a *expertise*, tornando todo participante um experto, sendo que todas detêm estruturas burocráticas marcadas por alinhamentos autoritários claros. Possuem como marca formatos sociais que favorecem democracia direta e movimentos de base, contribuição em geral prazerosa de dons livres, além do sentimento de proximidade de interesses (comunidades de prática). Ao contrário de Weber, as tribos costumam questionar toda e qualquer autoridade, aparentemente negando que poderia haver alguma legítima, em nome da autonomia.

Essas alegações mostram-se logo ambíguas: a invenção do *software* livre requer a participação de *hackers* que manejam código virtuosamente, o que já basta para lhes conferir autoridade ampla e, mais ou menos, exclusiva; conhecimento especializado, porém, ainda que facilmente usado para concentrar privilégios, pode também criar bens comuns, como a internet; os *hackers* só aceitam ser julgados por *hackers*: rechaçando autoridade externa, erigem uma própria ainda menos discutível. Sendo os *hackers*, em maioria, homens, “formas arcaicas” de poder retornam facilmente. No entanto, poder arcaico também pode ser contestado, e as pessoas comuns são capazes, sem ser especialistas virtuosos, de fazer julgamentos sobre o que está em jogo em conflitos, interesses, disputas e sobre suas lideranças, na busca de decisões mais justas.

É típico que entidades voluntárias e movidas por forte igualitarismo acabem necessitando de estruturas hierárquicas de poder, porque não é possível colocar um movimento em marcha sem rumo e lideranças. Ademais, dentro do movimento é perene a fermentação de estratégias e disputas de poder, em especial nos momentos de troca/crise de chefia. Consola que a soberania democrática (liderança formada com a anuência do grupo, em geral pelo voto) e a meritocracia possam preponderar, mas isto, longe de extinguir a autoridade, a estrutura de outra forma. O mérito, entretanto, por tratar-se quase sempre de contextos epistêmicos (produção de conhecimento ou de produtos que exigem investimento do conhecimento), evolui facilmente para lideranças carismáticas, geralmente favoráveis aos virtuosos do código. Sugere O’Neil que é preciso

reconstruir esquemas analíticos da autoridade *on-line*, porque, sendo *objetivo primário da dominação não ser reconhecida* (para dominar melhor sub-repticiamente), é crucial desmascarar a conversa sobre espaços não hierárquicos. Isto, porém, não deve impedir de observar experiências criativas e inovadoras no campo da *on-line tribal bureaucracy* (burocracia tribal *on-line*) (2009, p. 5).

Refrão fundamental é o da “*autonomia*”, em geral combatendo autoritarismos. Segundo O’Neil, “autonomia refere-se à capacidade das pessoas de serem autores de suas próprias vidas, de exercer autodeterminação e autogoverno” (2009, p. 9). Esta percepção, em geral de tendência individualista em nossa sociedade capitalista, tem como um de seus campos de batalha mais visualizados um exercício alternativo/interativo de política e comunicação. Reage-se ao domínio da mídia porque, como alega Castells, “fora da esfera da mídia só existe marginalidade” (2004, p. 370).

É por isso que os políticos procuram apoderar-se da mídia, em especial de canais de televisão (como estes são em geral “concessão pública”, eles mesmos se outorgam), e os meios de comunicação buscam defender liberdade total de expressão, erigindo-se em veredicto incontornável para esconder artimanhas ideológicas de toda ordem. Tentam impor esta completa liberdade de expressão como fundamento da ordem democrática para monopolizar a informação, ignorando que “liberdade total” é uma proposta ditatorial que elimina qualquer direito de resposta. Liberdade de expressão, sim, é fundamento da democracia e supõe ser exercida em sociedade, não como direito unilateral. De todos os modos, a globalização reforçou a perda de confiança no processo político tradicional, aliada a novas maneiras de expressão individual e coletiva na internet. Nesta os interessados constroem suas expectativas fora da trama dominante e muitas vezes buscam contrapor-se aos meios de comunicação, instituindo outras fontes e interpretações da informação. A política em rede facilmente anima a aspiração de viver autonomamente, com pitadas anarquistas, e de recuperar tradições da auto-organização inspirada na construção de ordem pública vinda de dentro e de baixo.

Esta tradição, porém, foi minada pela globalização, pela “*deslocalização*” do trabalho, pela mobilização instantânea do capital e pela pressão da desregulação

do mercado. Em consequência, os sindicatos sofreram recuo expressivo e estão cedendo ao abate crescente dos direitos trabalhistas (ROSSO & FORTES, 2008; ROSSO, 2008). Emerge, então, a esperança nos mundos virtuais, tendo como um dos exemplos o movimento Zapatista (HOLLOWAY, 2003), e, mais recentemente, o processo eleitoral de Obama (WINOGRAD & HAIS, 2008). Multiplicam-se as resistências e iniciativas por conta de um movimento de movimentos em rede, no qual, ademais, não haveria centro absoluto.

Segundo Castells, as redes são ambiente apropriado para expressões autônomas: as próprias contradições internas se tornam uma força, porque permitem a variação natural de matizes identitários, sem decorrer daí subordinação dos discordantes. A orquestra nunca é bem afinada, mas congrega inúmeras forças que, dependendo sobretudo do envolvimento com determinado objetivo, podem ser somadas. Como toda reação radical, corre o risco de pretender ser exclusiva, passando de um extremo a outro, esquecendo que o oprimido, ao libertar-se do opressor, pode tornar-se o novo opressor. A história está repleta desta hipocrisia, o que levou Holloway (2003) a postular a pretensão surpreendente de “mudar o mundo sem tomar o poder”. É tentação comum almejar autonomia “plena”, sem perceber que dinâmicas “plenas”, além de não serem dialéticas (não são unidades de contrários, mas farsantemente unitárias), não resolvem a questão da necessária convivência com outras autonomias. Ademais, a possibilidade da expressão diversificada na web 2.0 facilmente não vai além de dinâmicas expressivas, ao estilo de espaços de autorrealização, identificação, interação.

Interatividade virtual é ambígua para o bem e para o mal.

Hackers, blogueiros, wikipedianos, em geral, não são ativistas, concentrando-se na construção de sistemas autônomos de mídia independente, enciclopédias, desenvolvimento de *software* livre etc., nos quais a luta por justiça e transformações mais profundas da sociedade permanece como referência apenas de fundo. Isto não retira a importância da construção da autonomia virtual. Bastaria lembrar o débito que temos com os *hackers* e sua “ética” do compartilhamento (a eles devemos a internet, o *software* livre, a

pressão constante contra a apropriação do mercado, a revolta permanente contra a autoridade). A cultura da autonomia espalhou-se para a produção de padrões técnicos abertos, também muitas vezes adornada com um tipo prazeroso de trabalho, feito em nome do e para o grupo de interessados. A produção de pares (*peer production*), de fato, sugere alternativa vigorosa aos modelos dominantes de produção orientados pela apropriação individual.

Como dizem alguns analistas (BENKLER, 2006), os bens digitais não são rivais (todos podem usar, sem que se desgastem ou devam ser apropriados), o que recolocou, com veemência visível, uma expectativa de alternativa produtiva orientada pelo “dom” e pelo “bem comum”, sem que se tenha, pelo menos até o momento, a pretensão de substituir o mercado capitalista. Com o recuo das esperanças utópicas *off-line* (em especial com o fracasso do socialismo real), o mundo *on-line* apresenta-se como nova chance, no qual todos poderiam ter voz. Isto deu azo à “ideologia da internet, cujo refrão é: as redes on-line são sítios privilegiados para o florescimento da liberdade” (O’NEIL, 2009:18). Proliferam na rede tais promessas, falando-se de “empoderamento” e resistência ao poder constituído (CASTELLS, 1997), de “mundo plano” (FRIEDMAN, 2005), de eclosão do princípio da “multidão” e sua tendência à ruptura radical (HARDT & NEGRI, 2005), de “pós-modernismo” próprio da web 2.0 (RYAN, 2009), sem falar em “cibercomunismo” ou “declaração de independência do ciberespaço” (BARLOW, 1996), e mesmo de “subversão do capitalismo” (O’NEIL, 2009:19).

Este entusiasmo, porém, ignora que o surgimento da internet expressa tremenda ironia: foi uma resposta ao regime soviético, na busca de defesa organizada em rede; foi desenvolvida dentro do sistema americano militar e que sempre se compatibilizou com o mercado liberal. Advindo o “capitalismo informacional” (CASTELLS, 1997), tornou-se comum que as grandes empresas adotassem princípios “libertários” da internet para seus negócios e organização empresarial. Embora fortemente inspirada na “economia do dom”, a convivência inevitável com a economia de mercado parece persistir. Esquece-se facilmente que o *hardware*, em geral, é produzido na periferia capitalista em condições ignóbeis de trabalho. No mínimo, teríamos de reconhecer que, se a produção livre na internet é composta de gente muito

inteligente e sabida, o mercado não o é menos, incorporando com naturalidade, tranquilidade e ironia, princípios similares usados para a apropriação privada. Cooperação é usada para reforçar a acumulação de capital, sem falar que os produtores livres também se organizam hierarquicamente: na produção por pares, sempre há quem não seja propriamente par, liderando o grupo. “Tudo isso indica que mudanças importantes estão ocorrendo em como as pessoas trabalham e consomem na economia digital. Mas a noção que a internet é um sítio privilegiado da liberdade também auxilia a *justificar* a existência do capitalismo” (O’NEIL, 2009:21).

Como indicam Boltanski & Chiappello (2004), este é o novo “espírito do capitalismo”, que, longe de se sentir ameaçado significativamente pela produção livre na internet, a incorpora elegantemente, cooptando a crítica²:

As práticas de trabalho preconizadas pelos *hackers*, tais como alta produtividade, persistência, reconfigurações idiossincráticas de espaços de trabalho e padrões não convencionais de tempo, são aquelas idealizadas pelo novo espírito do capitalismo... Mas a preocupação tradicional libertária com a privacidade tem seus limites: quando contradiz o motivo do lucro. Porquanto, os perfis exaustivos listando a maioria do material íntimo, espiritual das pessoas ou preferências do consumidor – que eles mesmos criaram prestativamente – legalmente pertencem aos proprietários do *Facebook*, e aos propagandistas a quem vendem esta informação. No capitalismo informacional, usuários individuais livremente copiam e distribuem conteúdo digitalizado corporativo, e as corporações podem livremente copiar e distribuir conteúdo digitalizado gerado pelo usuário” (O’NEIL, 2009:23).

² “In this sense the internet ideology can be understood as a component of a globalized social discourse deployed to motivate capitalism’s workers and managers and to ensure its survival. Boltanski and Chiappello have named this process a change in the ‘spirit of capitalism’. *Capitalism needs to co-opt critique in order to reinvent itself* (emphasis added). It is because the ‘new spirit of capitalism’ has integrated elements of the ‘artistic critique’ of the New Left, the countercultural desire for autonomy and creativity, that it has been able to justify its amoral purpose – the unlimited accumulation of profit by peaceful means – and motivate managers to embrace it. In the process, it has disqualified the quest for equality and security which proponents of capitalism’s ‘social critique’ (trade unions, for example) had always pursued; autonomy was exchanged for security. The ‘new spirit of capitalism’ promotes new, liberated and even libertarian ways of making money as well as the realization of the individual’s most personal aspirations. Successful individuals are always busy, always active, drawing no difference between work and play. In a networked universe, where success depends on making connections with interesting others thanks to one’s agreeable personality, the ‘great man’ is autonomous, a nomad, effortlessly shifting from project to project” (O’NEIL, 2009, p. 22-23).

Na rede, mesclam-se desejos individualistas (autonomia como expressão individual) e coletivos (autonomia grupal), como é o caso da Wikipédia, refletindo a natural ambiguidade das relações sociais. O próprio uso do termo “comunidade”, como sempre, obscurece tal ambiguidade: de tanto, as pessoas se comunicam, interagem, fomentam pertencas voluntárias, compartilham interesses, quanto não propendem a assumir responsabilidades efetivas, além de se alinharem facilmente a lideranças. Não se gasta o tempo apenas conversando, porém, porque também se promovem “projetos” coletivos de grande envergadura. Tem-se usado o conceito de “comunidade de prática”: agrega colaborações de pares em vista de um projeto comum. A motivação maior não é recompensa monetária, mas o aprimoramento de habilidades (caso dos *hackers*, por exemplo), a participação num grupo considerado pertinente como exercício de identidade e de trabalho, a chance de autorrealização em certas dimensões.

Tem recebido destaque a noção de “comunidade epistêmica”, naturalmente não sem ambiguidades: ela aponta para grupos de expertos capazes de produção marcada por qualidade sofisticada e crescente (produção de *software* livre, por exemplo), mas também, para a produção coletiva de conhecimento (tipo Wikipédia), na qual *expertise* não seria crucial. De todos os modos, o termo assinala propriedade fundamental desta era: sociedade do conhecimento que encontra na rede ambiente dos mais interessantes.

Tomando em conta que tais conceituações são incompletas/ambíguas, O’Neil assume o conceito de “tribo”, também, claro, ambíguo. Aproveita dele a noção pré-estado, ao tempo em que os grupos humanos, em geral nômades (BOEHM, 1999), não se organizavam em estruturas estatais. Evita fantasiar os grupos primitivos como se tivessem sido exemplo de convivência democrática, já que este mito não subsiste. O que importa é a energia despendida para o grupo, com a possibilidade de permuta aberta com outros grupos, tornando a identidade mais flexível e dispersa. Dentro de uma tribo virtual, há sempre membros que participam de inúmeras outras. Alguns preferem, por isso, o termo “neotribo”, tentando não perder de vista as ambiguidades, inserção de classe, e mormente dimensões econômicas e políticas da coletividade autônoma.

“Tribalismo *on-line*” assinala, então, para formações sociais que reagem ao domínio do mercado e do Estado, em nome de ideologias ao estilo do “comunismo primitivo” (celebrado por Marx, ainda que inspirado na obra hoje questionada de Morgan), considerado ingênuo a estas alturas. Acentua-se a reação contra a dominação hierárquica.

Tribos favorecem formas diretas de democracia e a provisão prazerosa de dons livres, no contexto de um projeto epistêmico compartilhado. Em termos econômicos, tribos preconizam a produção de bens públicos, bem como o modelo... da economia do dom não monetária, com ênfase na mutualidade e cooperação. Aportando contribuição de coração aberto para algo em comum, missão ou camaradagem da qual o doador é parte, os contribuintes estão reforçando a concepção do *self* como parte do coletivo e do esforço de cada qual como parte do esforço coletivo. Tendo em vista que todos os membros são contribuintes, acordo interpessoal é essencial para a coesão social (O’NEIL, 2009:28).

4.2 Autoridade na internet

A internet, em vez de acabar com a hierarquia, recompôs uma combinação *sui generis* de carisma e burocracia, em parte confirmando algumas promessas, em parte contradizendo-as, como é comum em tais disputas. O próprio alarde dos *hackers* – só *hackers* podem julgar *hackers* – aponta para esta ambiguidade, tanto reivindicando sua autoridade suprema, quanto indicando que, entre eles, hierarquias se estabelecem inspiradas na própria lógica da *expertise*: entre os expertos, há sempre os mais eXpertos e que facilmente se tornam eSpertos. Foucault alegou isso, talvez com exagero, frequentemente. Ao fundo, lateja a pergunta angustiante: poderia haver sociedade sem dominação? (DEMO, 1973).

Weber esforçou-se por mostrar que existe poder justificável, que chamou de autoridade. Na internet, porém, é comum o pleito desabrido de que toda autoridade contém usurpação. Enquanto os acadêmicos digladiam a respeito e sem resposta à vista, a natureza oferece “solução” a seu modo dialético: todo contexto de poder é instável estruturalmente, porque feito

de partes dissonantes, o que torna a situação reversível, pelo menos em tese. Por exemplo, retomando a sugestão de Freire (1997), educar pode ser visto como um tipo de influência que pode provocar no educando a resistência a ser influenciado. Nesta acepção, poderia haver estilo de influência que liberta e que seria aquela “pedagógica”: embora a criança se submeta aos pais, também por insuficiência física, além da mental, este tipo de influência é modulado de tal modo, que promove a constituição da autonomia. Todos os seres vivos nascem muito dependentes, mas, com o tempo, “influenciados”, entre outras coisas, pelos pais, tornam-se autônomos. Autonomia parece inscrita no *hardware* dos seres vivos. Defender um estilo de autoridade libertadora é um risco enorme, já que não faltam exemplos contrários na vida real.

Talvez Weber tenha cometido o deslize de “justificar” a autoridade a partir de quem a exerce: é da lógica do poder pretender não ser percebido como dominação, mas como proteção ou coisa parecida. Por isso se diz que os autoritários sempre sabem o que é bom para os outros (inclusive crianças). Poderíamos propor que o modo de justificar autoridade seria a partir da “vítima”, se não se sentir vítima. O’Neil alega que a subordinação das crianças é justificável por ser “um estado temporário” (2009, p. 29), mas isto não resolve a questão, também porque todo poder poderia matreiramente alegar que é só temporário. Os libertários têm sua razão: não se pode deixar brecha para o poder. Em termos práticos, democráticos, é fundamental sempre rechaçar a autoridade, mesmo as ditas legítimas, para que não se tornem logo ilegítimas. Só não se pode esquecer que, na unidade de contrários, não há solução.

Por esses motivos, tenho proposto que o conceito de ideologia fica mais bem posto como discurso de justificação do poder (DEMO, 1988), precisamente para “naturalizar” o poder como comprometido com o bem dos dominados. Podemos, assim, entender a “ideologia da internet” como discurso que camufla alinhamentos de poder em ambientes que apregoam a todos os ventos que não detêm nenhuma autoridade. Assim, em vez de prometer o fim do poder, seria mais

prudente discutir que formações poderiam ser mais bem toleradas e mesmo aproveitadas. Embora desobedecer à autoridade possa ser um ato extremamente saudável, dialeticamente falando desobedecer sinaliza um “contrapoder”: para acabar com o poder é preciso ter poder. Entre nós isto apareceu claramente na proposta da “desburocratização” (DEMO, 1986), que manteve a ingenuidade flagrante de, através da burocracia, acabar com ela!

Na discussão em torno dos meios de comunicação, a tese radical da Escola de Frankfurt, de que toda autoridade é patológica, já não se sustenta (KELLNER, 1995), porque é possível o manejo dos meios para fins emancipatórios, como querem próceres da web 2.0 (DEMO, 2009a). Formas mais comuns de autoridade na internet são da *expertise*, que passa por exigências metodológicas, e da burocracia, indispensável para gerir projetos coletivos e nisto “justificável”. Alegar que na internet não há nenhuma autoridade, só pode ser percepção típica da criança que, navegando na rede aparentemente sem peias, acredita ser esse espaço totalmente livre. Mal imagina que é espaço estruturalmente formatado por protocolos técnicos e pela base digital (GALLOWAY, 2004; LESSIG, 2004), bem como por projetos alinhados a figuras carismáticas. Os projetos podem ser “menos hierárquicos”, quando se estabelece um tipo de soberania consentida (em geral por meio do voto), mas não escapam de injunções burocráticas. Por ironia, autoridade é postulada pela própria noção e prática de autonomia: seres totalmente autônomos não conseguem construir projeto coletivo. Este só se viabiliza com alguma forma mínima de organização de esforços e negociação das contendas.

Longe de serem entidades antiautoritárias, numa rede descentralizada, tribos autônomas requerem autoridade para desempenhar funções básicas: definir o que se quer e o que se rejeita; que informação é relevante ou irrelevante; que pronunciamento é digno de ser confiado ou desconfiado; quem é incluído ou excluído (O’NEIL, 2009, p.33).

Pela porta dos fundos (e mesmo pela da frente), também projetos coletivos da internet ressuscitam facilmente o “mito da superioridade natural dos

mandantes” (O’NEIL, 2009, p. 34). Isto aparece principalmente na autoridade carismática, uma das formas mais suspeitas de autoridade, porque, ao fundo, lateja sempre uma veneração ingênua, já de tom religioso³, sem base “racional-legal”.

Autoridade carismática deriva do dom da graça: de um poder maior ou de inspiração. Repousa nas qualidades de uma personalidade individual, por virtude da qual se tem a pessoa como extraordinária e tratada como dotada de poderes e qualidades sobrenaturais, super-humanas ou pelo menos especialmente excepcionais. Ainda, carisma nunca permanece longo tempo em sua forma não adulterada, antes de ser ‘rotinizada’ numa forma mais estável, usualmente incorporando características da burocracia e patrimonialismo (O’NEIL, 2009, p. 34).

Olhando bem, autoridade carismática é o avesso do poder gerado de baixo para cima, inspirado na igualdade de todos. Recupera a expectativa anticidadã de contar com um “bom príncipe”, capaz de conduzir o povo. No entanto, nos grupos coletivistas facilmente aparecem líderes fortes que, passando a falar em nome do povo, logo o substituem. É sempre enorme a tentação de aceitar que mudanças mais radicais só poderiam ser geradas em cabeças superiores e arrebatadoras, o que relembra a reação notória de Luxemburg contra Lenin (DEMO, 1995): a “ditadura do proletariado” sempre foi do “partido”.

Autoridade não precisa ser autoritária; mas corre sempre o risco de ser.

Não adianta, porém, banalizar a questão, pois o que não falta na história humana são tais lideranças. Em geral, os líderes carismáticos amealham e efetivam autoridade com seus feitos em vida, o que os obriga a fazer alguma coisa em prol do grupo. É problemático ver em certos vultos “qualidades sagradas”, mas é face interessante, dependendo do projeto, o senso de missão e dever que amalgama a relação entre líderes e seguidores. Na internet, o

³ Não desqualifico aqui a obediência religiosa, que tem sua razão de ser em outro lugar. Na comunidade que se quer “epistêmica”, alinhamento carismático sempre detém subordinação bem mais difícil de justificar.

carisma tornou-se mais secularizado, mediatizado e institucionalizado, apontando, contudo, para fonte fundamental da energia e coesão do grupo. Diferente, quase sempre, do carisma “político” – frequentemente este é apenas pseudocarisma, quando francamente inventado e usurpado – o carisma no mundo virtual tende a deter alguma dimensão meritocrática, principalmente uma *expertise* extraordinária, como é o caso dos *hackers*, que não só sabem produzir código com maestria, como igualmente querem um estilo de produção livre não apropriada pelo estado e mercado. Tratando-se de comunidades “epistêmicas”, carisma apenas não basta: precisa comprovar-se indefinidamente ante os desafios do mérito da *expertise*. Os *hackers* agregados na Internet Engineering Task Force (IETF) (voltada para gerir a base digital técnica) diziam: “Rejeitamos reis, presidentes e voto. Cremos em consenso aproximado e código em funcionamento” (O’NEIL, 2009, p. 39). Os feitos, no entanto, foram e são tão notáveis, que facilmente se lhes atribuem termos quase míticos. Percebe-se logo, todavia, que a mera *expertise* não decide tudo, porque qualidades pessoais, passados, heranças, eventualidades também contam.

No discurso, apregoam-se qualidades como integridade impecável de caráter, sensibilidade pela missão e neutralidade de comportamento, em contexto de chefes sem autoridade. Mal se percebe que este tipo de linguagem facilmente encobre uma petição de veneração, à medida que torna o comando natural/sagrado e, no fundo, indiscutível. Um projeto se torna uma tribo e alguém (ou pequeno grupo) se torna chefe, quando aparecem discursos salvacionistas e oposições binárias que demarcam claramente a fronteira entre o bem e o mal. “Não há caminho mais fácil para reforçar as fronteiras e laços do que ter um inimigo” (O’NEIL, 2009:40). Como os projetos são descentralizados – pelo menos na proposta –, e não havendo recompensas monetárias, os participantes precisam de motivação participativa, como, por exemplo, o senso de missão, coesão de grupo, confiança na liderança, autorrealização, com destaque para a expectativa de que os líderes não sejam autoritários. Por conta disso, os chefes procuram usar um discurso no qual se esforçam para mostrar-se antiautoritários, em tom autoirônico

ou autodepreciativo. Em geral se alega que estar no comando é apenas serviço, nunca privilégio⁴.

Na prática, a autoridade na internet encontra limites, seja por conta da preocupação em não prejudicar a liberdade do grupo, seja porque os líderes precisam gerir a produção cooperativa e a própria instituição. Como se trata de produção descentralizada, os desafios são diferentes, contando-se com alguns benefícios, tais como: i) os produtos podem ser constantemente atualizados, melhorando sua qualidade⁵; ii) envolvimento dos contribuintes na obra comum evita cismas ou sequestros; iii) sendo aberta a participação, fomenta-se o recrutamento e a renovação do plantel. Os contribuintes sentem-se atraídos por várias motivações: i) demonstrar competência própria, rivalizando com os parceiros; ii) preferir trabalhar no coletivo, ao contrário do modo isolacionista das empresas; iii) criar *software* e produtos coletivamente úteis; iii) contribuir para um empreendimento comunitário que vale a pena. Ao fundo, porém, sempre comparece a expectativa de galgar posições de autoridade, tanto por mérito, quanto para gerenciar.

A descentralização cessa, quando entra em campo a “resolução autocrática”, em geral proferida por um “ditador benevolente”. Ele se apresenta como integrador, orientador, facilitador, mas, na prática, pode até mesmo decidir soberanamente, reaparecendo a subordinação ao carisma. Dizia-se de Torvalds (inventor do Linux): “*Linus is god until *He* says otherwise*” (Linus é deus enquanto *Ele* não disser outra coisa). A autoridade indiscutível do mantenedor do projeto serve para evitar a deliberação sem fim, cercar

⁴ Há casos de liderança carismática muito surpreendentes, por exemplo, a de Stallman da Unix, que costuma aparecer nos seminários com toga e um disco na cabeça, como se fosse – na “gozação” uma igreja (*Saint IGNUcius of the Church of Emacs*). Para aderir a este “credo”, basta uma confissão de fé, dizendo três vezes: não há outro sistema que não seja o GNU e Linus é uma de seus cernes. Ridiculariza-se com muito humor os direitos de propriedade (*copyright*), procurando ainda transmitir um senso de humildade da liderança. Moody (2001, p.29), no entanto, sugere que muitos têm uma imagem muito diferente de Stallman: não tanto como uma “gozação” jocosa de um santo, como de um profeta implacável do Antigo Testamento, uma espécie de Moisés metido a besta, carregando os mandamentos do GNU/GPL e buscando levar sua tribo de *hackers* para a terra da liberdade, quer queiram ou não; cabelos longos caindo pelos ombros, barba cerrada e olhar intenso contribuem para provocar tais efeitos.

⁵ Tornou-se “provérbio”: *given enough eyeballs, all bugs are shallow* (havendo muitos globos oculares, todos os defeitos são rasos).

comportamentos considerados aberrantes, excluir e banir em casos extremos, manter a direção e sentido do projeto, espantar discussões impertinentes ou indesejáveis. Há casos em que se tem elenco rotativo de ditadores benevolentes (comunidade Perl, por exemplo), mas isto não elimina a posição do “*patch pumkin*” (autoridade exclusiva): autoridade para mudar fonte de código.

Mais recentemente, entram em cena projetos nos quais a maioria já não programa, como é a Wikipédia, nos quais a *expertise* já não é vista como autoridade necessária. A web 2.0 depende de *softwares* amigáveis, que permitam a boa convivência entre *hackers* e usuários não técnicos. Rechaça-se aí o respeito excessivo aos deuses e feiticeiros digitais. Com o aumento exponencial da rede, deparamo-nos com o excesso de informação, o que tem levado a estratégias de buscas cada vez mais sofisticadas (*web* semântica) (MIKA, 2007; BRUIJN *et alii*, 2008; DAVIES *et alii*, 2006; KILIAN, 2007; TANJAR & RAHAYU, 2006), tendo-se destacado o sistema Google. Um dos resultados é o surgimento de nova “autoridade” na internet, a do “índice” de popularidade ou reputação, em geral calculado pelo número de acessos aos *sites*. É interessante também o procedimento da Amazon.com, que solicita de usuários comuns uma resenha do livro comprado/lido, servindo a estratégia de ranqueamento sugestivo para outros leitores. Frequentemente, os novos leitores se interessam mais por este tipo de “indexação”, do que pelas recensões de especialistas. Estaria, então, ocorrendo emergente “sabedoria da multidão” ou mente de enxame (*hive mind*), sob a hipótese de que o concurso interativo de muitas cabeças tenderia a construir produtos de qualidade. Ainda, esta expectativa encontraria eco, possivelmente, na esfera pública de Habermas, na qual funcionaria a autoridade do melhor argumento...

A questão do poder na internet ganha outros contornos, quando se leva em conta a estrutura digital eivada de classificações. Embora a rede, em sua condição digital, seja expressão formal, seus participantes são entidades políticas. Análises estatísticas facilmente detectam o que se tem chamado de “*power laws*”: uma maioria expressiva de nós periféricos, junto com uma minoria

rala de nós superconectados centrais. Embora pareça algo surpreendente, tendo em vista que a própria noção de rede indicaria estilo de relações mais bem distribuído, a internet também favorece a velha história da desigualdade: os ricos tendem a se tornar mais ricos. Entre os *sites* na internet as chances, nem de longe, são paritariamente distribuídas.

Sem entrar aqui em questões técnicas da estatística, o resultado é que as redes não são neutras, sem falar que os motores de busca acabam impondo padrões de reputação: “*To exist is to be indexed by a search engine*” (existir é estar indexado por um motor de busca – dito atribuído a Wales, da Wikipédia). Sendo igualdade impossível, O’Neil questiona: haveria “desigualdade honesta”? (2009, p. 59) Outros autores evitam falar de igualdade (esta não leva em conta as diferenças), para falar de “igualitarismo”, resguardando a textura dialética das relações sociais, composta de campos de força. Em vez de desigualdade honesta, falamos de convivência honesta, aquela em que os participantes têm igualdade de oportunidades, embora com inícios e términos diferentes (DEMO, 2002c). Persistem ainda “forças arcaicas”, como o patriarcalismo, sem falar no impacto de crenças e valores, heranças de vantagem, ou transferência. “Tais quais as esferas públicas, redes não são espaços neutros de comunicação ou campos nivelados de jogo” (O’NEIL, 2009, p.60).

Na internet predominam oligarquias bem educadas, de especialistas e profissionais liberais, orientados pela “comunidade epistêmica” fortemente dependente de processos de educação/formação, ambientes culturais em casa, desenvolvimento de habilidades intelectuais.

Uma análise da Lista A do topo de blogueiros revela não só que são brancos, homens e de classe média: são também altamente educados, alocando-os efetivamente mais alto na escala social do que a ‘elite’ do jornalismo dominante, cujo poder se supõe estarem contestando. Mais da metade de todo o tráfego de *blog* recai em blogueiros com doutorado. Nenhuma outra parte da mídia é tão enviesada rumo à elite, rumo a pessoas que escrevem profissionalmente. Como na ágora ateniense, muitas vozes ficam de fora deste ‘debate democrático’ (O’NEIL, 2009, p. 61).

Reaparece aqui princípio crucial da dominação social: “*Fazer com que o socialmente construído pareça natural*; toda ordem estabelecida tende a produzir a naturalização de sua arbitrariedade” (O’NEIL, 2009, p. 61). Por baixo da rede (também da esfera pública) persistem formas de poder não democráticas, o que levou Fraser a questionar a cidadania postulada por Habermas como eurocêntrica e patriarcal. Vale isto também para a internet. Dentro da dinâmica do poder, é inteligente que os interesses dominantes sejam apreendidos pela população como desinteresse. Em certo sentido, a internet é um enclave exclusivo.

Na trama social, as pessoas, sociedades e culturas, quando se comunicam, também rivalizam, e acabam transformando simples diferenças em desigualdades. Esta dinâmica pode ser questionada, criticada, reconstruída, mas não eliminada, porque, neste caso, seria apenas reprimida. Uma tentativa de salvar utopias democráticas é apostar na capacidade das pessoas, também as mais simples, de questionar os ambientes em que vivem, comparando situações, analisando processos de êxito e fracasso, tomando em conta experiências consideradas pertinentes e impertinentes. Não só peritos podem ser críticos, muito menos apenas sociólogos ou filósofos – a exemplo de Foucault – (SPARIOSU, 2006).

Argumentar não é prerrogativa da sofisticação acadêmica, pois a autoridade do argumento pode emergir em qualquer mente, contra o argumento de autoridade. Não é preciso ter formação rebuscada para duvidar de quem propala não existir nem pretender ser autoridade. Ainda, pode-se engolir que normas são indispensáveis para a vida comum igualitária. Diz Lessig, com realismo reconhecido, que na internet as pessoas se orientam *on-line* combinando lei, mercados, normas sociais e arquitetura (código), mas, em última instância, domina o código (O’NEIL, 2009, p. 76). Poderes soberanos se curvam, em última instância, ao *software*, porque este é que, usando formalizações precisas digitais, desenha o espaço possível de liberdade. Liberdade não é espaço qualquer, mas dentro de um campo dado.

5 INTERNET E CONHECIMENTO

Neste capítulo tento debater disputas metodológicas no mundo virtual em torno de expectativas epistêmicas desencontradas. Pelo fato de os Estados Unidos serem a Meca da internet e da ciência modernista, não é de estranhar que a expectativa sempre lançada sobre a produção de conhecimento corresponda a modelos positivistas clássicos. Segundo O’Neil, a internet tem a cara do pós-modernismo, por conter ambientes flexíveis, fragmentados, passageiros, disputando inúmeras concepções de verdade e validade, sem falar na torre de babel que no fundo é (2009, p.19). Muitos autores tenderiam a concordar com isso (MASSUMI, 2002; BOGOST, 2006, 2007; WARK, 2007; HAYLES, 2005, 2008; TAPSCOTT, 2009; HEIDER, 2009), ainda que isto não signifique endosso de todas as alegações pós-modernistas.

O que estaria em jogo, principalmente, seriam outros padrões de validade e verdade, seja porque produzidos coletivamente por meio da “sabedoria da multidão” (*wisdom of the crowd*) com virtudes e defeitos, seja porque tudo que aparece na tela é texto discutível e descartável, seja porque não se usam apenas expertos e acadêmicos. Para o modernismo, porém, isto parece *nonsense* clamoroso, já que conhecimento científico não se faz por amadores que ignoram/dispensam rigor metodológico (KEEN, 2007; BAUERLEIN, 2008). Mesmo assim, aparecem novas epistemologias na internet. O intento aqui é qualificar este pano de fundo modernista e suas limitações. Meu ponto de partida é “dialético” (DEMO, 1995; 2000), embora não postule nenhuma superioridade automática deste posicionamento. É um entre outros e poderia ter a vantagem eventual de compatibilizar-se melhor com novas pretensões de validade e verdade, sem resvalar em relativismo e ecletecismo.

Não se nega que os discursos tenham validade. Apenas se lhes atribui *validade relativa*, que é a validade própria de dinâmicas históricas e naturais. Mantemos de verdade a perspectiva “utópica” no sentido de algo que sempre estamos buscando, mas cada cultura a encontra a seu modo. Utopia é pretensão irrealizável e que, exatamente assim, faz parte da realidade (DEMO 1973), como fonte da crítica e da alternativa. Como diria Kosko

(1999), “cinza é a cor da verdade”. Os modernistas e mentes fechadas em geral se apressam logo em assacar que, desse jeito, só resta o “vale-tudo”. Primeiro, a verdade tem cor, só não tem cor definitiva nem estanque. Ocorre que os fundamentalistas, por serem donos da verdade, a querem estanque e apenas de seu lado. Segundo, sendo a natureza e a história diversas, marcadas por diferenciações matizadas ao infinito, verdade peremptória é ideia fixa, de quem tem apenas uma ideia na cabeça, tornando-se incapaz de apreciar outras ideias, sobretudo provenientes de outras pessoas, culturas, histórias. Terceiro, o relativismo não cabe, porque jamais se pode, na teoria e sobretudo na prática, imaginar história e natureza que não tenham nenhuma validade. Só o fato de existirem garante validade, ainda que natural e historicamente relativa. Quarto, as visões são compostas de muitos retalhos, porque é assim que a mente humana procede: não produz ideias únicas, completamente originais e intocáveis; produz ideias feitas de outras. Somos, pois, naturalmente ecléticos, ainda que não necessariamente ecleticistas. O ecleticista apenas copia e justapõe ideias alheias, plagia. O eclético as reconstrói a seu modo, e continua desconstruindo e reconstruindo. Exemplo estupendo: Habermas (1982a) em seu “agir comunicativo”: cortejou inúmeros autores, não adotou nenhum, usou todos e a todos desconstruiu e reconstruiu, em nome da autoria própria.

O modernismo positivista aposta em realidade linear, analiticamente devassável, a ponto de podermos reduzi-la a poucas leis e regularidades, formalizáveis por completo. Por isso, sempre, flerta com “a verdade”, suspirando por uma posição universalmente válida (GRIBBIN, 1998; HORGAN, 1997). Ignora a politicidade do conhecimento, que se tornou flagrante, ostensiva, abusada na internet. Os participantes não só produzem conhecimento, também “pintam e bordam”, vandalizam, sacaneiam, mentem, deturpam e se fazem de santos. O anonimato ajuda, claro. Quanto mais a internet se diz livre, mais encobre o quanto protege autoridades de toda sorte, em especial escusas. Esta é a tese do texto de O’Neil (2009), sobre *Cyber Chiefs* (chefes cibernéticos), mostrando vivamente que autoridade não desaparece, apenas foi transformada em outro contexto. No modernismo positivista, postula-se atitude neutra, objetiva, seguindo o modelo das ciências duras, que,

adotando o método matemático rigidamente, imagina poder proceder *sine ira et studio* (sem tomar partido), de tal sorte que a análise capta a realidade assim como ela é, sem interferência subjetiva.

Por mais que esta expectativa seja contraditada pela pesquisa biológico-neuronal (EDELMAN & TONONI, 2000) e pela autopoiese (MATURANA, 2001), este tipo de positivismo persiste, embalado pela promessa de a tudo explicar finalmente. Esta promessa, por mais que seja fátua, apresenta sua “razão de ser”: revela-se a proposta metodológica mais exitosa, responsável pela criação das tecnologias em penca (BURKE, 2003; COLLINS, 1998). Tem sido criticada com veemência, seja pela teoria crítica (DARDER *et alii*, 2009), seja pela pesquisa participante (DEMO, 2004a), seja por próceres do positivismo como Popper (DEMO, 1995). A versão weberiana da objetividade/neutralidade é, quase sempre, mal utilizada, porque não se toma em conta o contexto desta proposta: Weber sugeria um posicionamento neutro/objetivo como compromisso metodológico, jamais como isenção de compromisso (1978). Lembra que, portando-se de maneira neutra/objetiva, o pesquisador poderia analisar o objeto de maneira mais adequada, à medida que o mantinha à distância de envolvimento pessoais. Não se pode esquecer que Weber é o mentor da “sociologia compreensiva” (*verstehende Soziologie*), de estilo hermenêutico, por considerar que o sociólogo, diferentemente do cientista natural, estuda a sociedade como parte dela. Postura neutra/objetiva era “tática metodológica”, não condição social e histórica concretamente possível. Os positivistas tradicionais, entretanto, acreditam em neutralidade/objetividade por conta do método: este, desde que estritamente formal, não permite imissão ideológica, facultando tratamento da realidade assim como ela é.

Questionar este tipo de positivismo é sempre algo inglório, por conta de seu êxito estrondoso. A pesquisa científica é, hoje, quase que exclusivamente exercida neste paradigma, com base em “evidências empíricas”, rigorosamente mensuradas. Por mais que tenha como postulado algo questionado *ad nauseam* pela teoria crítica (ADORNO, 1975; DEMO, 2006) e pesquisa participante (DEMO, 2004a), e também pela visão popperiana (DEMO, 1995), tal gênero

de proposta persiste impávido como paradigma dominante. A crítica dita “multicultural”, a exemplo dos textos de Harding (1998; 2004; 2006), causou extrema irritação aos cientistas “duros”: eles continuam considerando seu método universal e seus achados também. Praticam desbragada “ditadura do método”: só pesquisam o que cabe no método, porque entendem que só é “real” o que o método mensura.

Torna-se desafio complicado argumentar em favor da politicidade do conhecimento. Este desafio, entretanto, ganhou novos contornos com as plataformas da assim dita web 2.0 vinculadas a produção de conteúdos pelo usuário, dando azo a novos contextos epistemológicos nos quais conhecimento é discutido, desconstruído e reconstruído, em geral de modo tumultuado, ambíguo e contraditório. Consagrada como símbolo da liberdade de criação individual e coletiva, a *web* 2.0 camufla incríveis batalhas virtuais, à sombra de autoridades por vezes tacanhas. Reconstruo aqui principalmente o texto de Lih (2009) sobre a “revolução da Wikipédia”, no qual faz relato bastante minucioso da sua trajetória, desde 2001 até 2008. Acrescento a este texto descritivo um esforço analítico, usando a teorização anteriormente exposta. Existe já alguma bibliografia a respeito e que também levo em conta⁶.

5.1 Wikipédia, uma surpresa

Lih descreve a Wikipédia como “a comunidade de base colaborativa mais interessante na internet”, ainda que envolvida em “guerras curiosas de edição” (2009, p. XI). O próprio Wales (mentor maior e muito carismático da Wikipédia) ofereceu um prefácio bem animado, no qual afirma que a Wikipédia condensa a “soma de todo conhecimento humano” na “enciclopédia livre” (LIH, 2009, p. XV). Toma-se o termo “livre”, segundo Wales, como no discurso, não como na cerveja, e este conceito tem quatro extensões: i) liberdade de copiar; ii) liberdade de modificar; iii) liberdade de redistribuir; iv) liberdade de redistribuir versões modificadas.

⁶ Veja AYERS *et alii*, 2008; BARRETT, 2008; RICHARDSON, 2006; TAPSCOTT & WILLIAMS, 2007; BROUGHTON, 2009; WOODS & THOENY, 2007; MADER, 2007; CHOATE, 2007. NICOTEXT, 2009.

Ademais, pode-se fazer tudo isso comercial e não comercialmente. Já existiriam 10 milhões de artigos em mais de 200 línguas. Haveria mais de 70 línguas que apresentam mais de 10 mil artigos, e mais de 150 línguas que possuem pelo menos mil artigos (mil artigos ainda não é enciclopédia, apenas um começo). Wikipédia aparece sempre nos 10 *sites* mais visitados. “Todos podem editar” (embora esta promessa tão altissonante se encontre hoje um tanto restringida, como veremos à frente) (LIH, 2009, p. XV). Mais que uma novidade tecnológica, é uma “inovação social”, dinamizada pela “licença livre” (*copyleft*, ao contrário da *copyright* - não há apropriação privada dos conteúdos). Wales assegura, então, que “isto é realmente algo que empodera todas as pessoas que trabalham no *site*” (LIH, 2009, p.XVI). Como o *software* mantém gravadas as colaborações e modificações, é sempre possível recuperar a trajetória de cada texto, contribuindo para a qualidade de uma “comunidade reflexiva” (*thoughtful community*).

Todos podem editar... Todo texto é aberto e discutível.

Os comentários de Wales correspondem, naturalmente, ao olhar do mentor e, do ponto de vista metodológico, podem merecer vários reparos, tais como: i) é apressada, para dizer o mínimo, a noção de que na Wikipédia estaria “a soma do conhecimento humano”, seja porque conhecimento não se soma, a menos que tenhamos dele a percepção de informação digitalizada, seja porque o conhecimento produzido na Wikipédia provavelmente não substitui outros tipos de conhecimento (das enciclopédias tradicionais, por exemplo); ii) como as edições são abertas, não se trata propriamente de soma, mas de renovação permanente dos textos, uma qualidade que poderia ser mais bem apreciada; iii) mesmo podendo todos, em princípio, editar, o acesso tem se tornado crescentemente monitorado, por várias razões que analisaremos depois; iv) a edição livre pode significar um empoderamento dos contribuintes, mas isto não elide alinhamentos e burocratizações dos participantes.

Lih define “o fenômeno wiki” como “a ideia radical de permitir a todos editar abertamente qualquer página num site da web” (LIH, 2009, p. 2), tendo como resultado revolucionar completamente o que seria uma enciclopédia e

como deveria ser criada. Trata-se de uma promessa fantástica, mas em parte metafórica, sem falar na pretensão despropositada de considerar a Wikipédia não como uma versão enciclopédica a mais, porém como o modelo e, com o tempo, modelo único. Lih também acredita que é possível reunir a “soma de todo conhecimento humano”, à base do esforço colaborativo de muita gente orientado pela “neutralidade” das edições. Segundo Wales, temos aí uma coluna mestra do projeto, “não negociável”, com o objetivo “apresentar ideias e fatos de tal modo que apoiadores e oponentes possam concordar” (LIH, 2009, p.6).

“*Neutral point of view*” (NPOV) (ponto de vista neutro), por mais sagrado que se queira, é expressão clara do modernismo positivista que penetrou a Wikipédia. Ironicamente, Lih atesta que Wales reconhece a impossibilidade de ser neutro ou objetivo. Todavia, mantém-se este princípio como um “termo da arte”, em torno do qual a comunidade vai se arranjando (LIH, 2009, p.7): “Embora possa ser impossível efetivar verdadeira neutralidade, a política funcionou marcantemente bem. A comunidade se ajuntou em torno da visão idealista de se apresentar com um tratamento único unificado de cada tópico dado”. De certa forma, esta proposta é weberiana: neutralidade como compromisso metodológico, não como condição dada. Entretanto, veremos que esta perspectiva tem causado inúmeras contendas, a começar do fato de que nada é menos neutro do que definir neutralidade.

Impressiona que tanta gente trabalhe de graça. Para muitos, a motivação é contribuir com algo que milhões irão ler, ou auxiliar na montagem de um repositório do conhecimento humano. Entretanto, a face mais atraente é social: “Nunca se sabe a quem estamos encontrando, com quem vamos conversar e, em consequência, de quem vamos aprender” (LIH, 2009). A Wikipédia é, sim, um “fenômeno”: em oito anos de existência apresenta resultados inacreditáveis, ainda que também discutíveis. Sua história breve é coalhada de percalços e sustos, como o caso Seigenthaler (jornalista que teve sua biografia manchada com a acusação indevida de haver participado no assassinato do Kennedy) – Lih reconhece que este episódio “acabou com a lua de mel da Wikipédia” em 2005; ou os problemas com a China, que impõe formas de censura acolhidas pelo *site*.

Hoje, porém, a Wikipédia é fonte comum de consulta e pesquisa, para “desalento de muitos educadores”. O modelo radical da Wikipédia e sua qualidade desnivelada têm levado a que seja banida da escola e da universidade, persistindo o debate sobre seu “valor” acadêmico, em especial por conta da participação massiva de amadores não credenciados. Dentro do lixo que é a internet, a Wikipédia é, porém, um “porto seguro”: todos podem colaborar em um projeto intelectual comum, desde que a contribuição se acomode às regras de edição (neutralidade, por exemplo); é algo que, por *design*, é empoderador e não manchado pelo comércio” (LIH, 2009, p.11).

No entanto, aceita Lih, mesmo os maiores fãs reconhecem seus problemas. Está (ainda) livre de propagandas, mas sempre aparece gente que pretende exercer influência e vender suas mercadorias. Muitas empresas criaram grupos para acompanhar e policiar a Wikipédia (IBM, por exemplo), para reagir a textos sobre elas. Mesmo assim, sugere Lih, “a história da Wikipédia inspirou negócios, governos e acadêmicos a reavaliarem verdades aceitas sobre como produzir trabalhos de conhecimento. Credenciais e controle central, uma vez considerados os parâmetros mais importantes para gerar conteúdo de qualidade, agora se arrumam em torno de novos termos: fonte na população (*crowdsourcing*), produção por pares (*peer production*) e inteligência de fonte aberta (*open source intelligence*). O que era uma vez feito só de cima para baixo, agora é de baixo para cima” (LIH, 2009, p.12).

5.2 Origens

Enciclopédia sempre constituiu interesse para a humanidade, seja porque desde muito se reconheceu conhecimento como referência crucial da inovação e progresso, ou porque seria mais prático ter tudo em um só lugar e acessível a todos, seja porque significa uma concentração de poder manejada pelos expertos. É comum que famílias tenham em casa alguma enciclopédia, em especial para os filhos em idade escolar. A enciclopédia tradicional, entretanto, além de ser um objeto caro, não se atualiza com rapidez, sem falar da dificuldade de gerenciar uma penca de expertos e suas vaidades. Uma enciclopédia virtual teria inúmeras vantagens, a começar pelo acesso gratuito, desde que feita no

contexto do *copyleft*. Seria também sempre atualizada, desde que a edição fosse livre. Em março de 1985, Stallman abraçou essas ideias em um legendário manifesto GNU⁷, no qual afirmava fazer parte do espírito do *hacker* a partilha pública⁸. A experiência de Torvalds com o Linux (um *software* aprimorado pela participação de interessados gratuitamente e deixado com acesso livre) também foi marcante, sugerindo um estilo de condução de programas colaborativos denominado desde então “ditador benevolente”.

A experiência da Nupedia também ofereceu alternativas, com participação importante de Sanger, e que viria, logo a seguir, a ser figura fundamental da Wikipédia (com Wales). Sanger fizera doutorado sobre “a circularidade epistêmica”, um problema epistemológico-hermenêutico que afeta todo discurso, inclusive o esforço de fundamentação. Sempre que se descreve algum termo, usamos termos ainda não definidos, indefinidamente, provocando um regresso ao infinito⁹. Entretanto, esta percepção hermenêutica da interpretação – toda interpretação já é reinterpretação que, por sua vez, será reinterpretada (DEMO, 2001) – acabou frutificando no que Sanger e Wales qualificavam como “instância objetivista”: existe uma realidade de objetos e fatos independentes da mente individual. Por conta desta visão, assume-se que um corpo de conhecimento pode ser reunido como “representativo” desta realidade simples. Na expressão de Lih,

a objetividade se relaciona com o que é verdadeiro, não com um discurso que pretende regular se algo é verdadeiro ou falso; e sua enciclopédia poderia detalhar o que é verdadeiro no mundo sem julgamento. Sanger colocaria desse modo: ‘Neutralidade – conforme concordamos – requeria que os artigos deveriam não representar qualquer ponto de vista em temas controversos, mas, ao invés, representar honestamente todos os lados’ (2009:37).

⁷ Sistema operacional de Stallman, totalmente livre. O termo GNU foi adotado para sinalizar que **G**nu is **N**ot **U**nix (este é um sistema privado). GNU é inspirado no GPL (General Public License) que gerou o *copyleft*.

⁸ ‘I consider that the golden rule requires that if I like a program I must share it with other people who like it. Software sellers want to divide the users and conquer them, making each user agree not to share with others. I refuse to break solidarity with other users in this way’ (citado em LIH, 2009, p.26).

⁹ Nas palavras de Sanger: “Every body thinks they know stuff, but how do we show that we know that we know, without going around forever in circles? Or, suppose we wanted to show that what we see, hear, touch, etc., was real. How could we do it without using those same senses” (citado em Lih, 2009, p.36).

Tais formulações refletem postura metodológica comum no modernismo e que, em geral, não é questionada, pois a pesquisa dominante a adota integralmente. Pode-se, todavia, questionar profundamente tais pressupostos:

a) de fato, existe a realidade fora da mente, e esta realidade não precisa da mente para existir, o que já coloca um freio importante em teorias “construtivistas” excessivas (LESH & DOERR, 2003); esta crítica é também endereçada a Maturana, porque formula o “ponto de vista do observador” como referência soberana, quase acima da realidade (DEMO, 2002; MATURANA, 2001);

b) o próprio Maturana, todavia, mostra, em sua proposta da autopoiese e apoiando-se na autorreferência da mente, que a realidade que está na mente é construída pela mente, não “representando” uma cópia da realidade externa; é próprio da mente humana não reproduzir, representar a realidade, mas montar, de maneira autorreferente, uma imagem construída, e, nisto, sempre “interpretada”, “reconstruída”;

c) verdade como correspondência direta entre mente e realidade é postulado irreal e que, em geral, tem como função ideológica pretender tornar asserções naturalmente discutíveis em indiscutíveis; como sugere Habermas (1989), verdade é pretensão de validade, ou seja, é impraticável definir verdade sem julgamento, pelo próprio contorno naturalmente indefinido dela; em geral, quem maneja o conceito de verdade como representação neutra da realidade esconde que é dono dela (DEMO, 2009; 2005);

d) a mente humana não é objetiva/neutra, mas construtiva, interpretativa, mesmo quando lida com matemática, como sugeriu, para espanto geral, Gödel, em seu teorema da incompletude (HOFSTADTER, 2001; HILLIS, 1998. CARVALHO & MENDONÇA, 2003; COVENEY & HIGHFIELD, 1995; ALESSO, 2009); pode, porém, esforçar-se para construir a realidade de maneira, digamos, *objetivante*, no sentido de evitar, consciente e metodologicamente, a deturpação da realidade; como se diz em metodologia científica, a ciência trabalha com um “objeto construído” mentalmente, em geral armando modelo simplificado e formalizado teoricamente da realidade que se imagina analisar/captar (DEMO, 1995);

e) Sanger se contradiz candidamente quando assinala que uma posição neutra deve representar honestamente todos os lados; ora, se um assunto possui vários lados, significa que, embora possa ser algo real e objetivo, sua captação e análise sempre se submetem à interpretação; se a mente fosse neutra, não teria o problema de interpretação, nem de honestidade; como dizia sarcasticamente Russell: “Ordem, unidade e continuidade são invenções humanas, tanto quanto catálogos e enciclopédias” (citado em LIH, 2009, p.13); Foucault falava de “ordem do discurso” (2000), para aludir que a ordem é do discurso, não necessariamente da realidade;

f) na prática, a postulação de neutralidade apenas encobre a expectativa modernista de que se possam fazer textos não controversos, o que os deixa tanto mais controvertidos; o respeito por textos reconhecidos como qualitativos não advém de truques neutros/objetivos, mas da fundamentação acurada e, por isso mesmo, aberta e discutível.

Sanger e Wales viram na Nupedia exemplo positivo desta postura modernista, em especial importante para garantir confiabilidade dos textos. No entanto, a Nupedia avançava muito devagar, do que resultou um *insight* decisivo: a plataforma *wiki*, permitindo edição livre, poderia acoplar um processo sistemático de produção de textos com a participação ilimitada de contribuintes, fazendo a enciclopédia avançar rapidamente. Faltava na Nupedia massa crítica indispensável para uma produção qualitativa e abundante. Teorias da emergência sugeriam que o conhecimento humano é o pensamento e a experiência compostos de inúmeras mentes, contrariamente à crença dominante na enciclopédia tradicional, elaborada de forma individualizada.

Pensou-se, então, em oferecer uma plataforma sem cão de guarda à porta, sem editor central, e que Ward apresentou à época, sob o pretexto otimista de que as pessoas são geralmente boas, ou seja, a possibilidade de vandalismo e outros maus usos de plataforma não iriam comprometer o lado bom. Esta expectativa foi logo conturbada, como seria de se esperar, porque, mesmo sendo o vandalismo ainda menos virulento, sempre incomoda muito mais que as boas vontades. Introduziu-se o programa *Recent Changes* para controlar

o movimento de edição, tornando-se, aos poucos, uma preocupação fundamental e muito exigente, também por conta do vandalismo.

Isto não impediu que a Wikipédia se tornasse popular, não tanto pela plataforma tecnológica e acumulação de textos, mas sobretudo pela comunidade entusiasmada que se formou aceleradamente. Lih transcreve o interesse de S. Shah (*designer* famoso que formulou o *MeatballWiki*¹⁰) e imaginava, ao descobrir a Wikipédia, poder “mudar o mundo” (2009, p.59). Shah, porém, percebeu também que a comunidade continha inúmeras guerras de edição, sem falar que, aumentando os contribuintes, facilmente a qualidade caía¹¹... Embora todo artista tenha sido, antes, um amador e todo especialista possa se tornar um idiota especializado, Shah já se preocupava com a promessa ousada de qualificar o conhecimento pela via da aglomeração de vozes disparatadas. Sanger ainda não percebia desta maneira, mas, como veremos adiante, acabou se curvando ao “experto”, ao contrário de Wales.

Desenhava-se, ao fundo, uma *culture clash* (choque de cultura): de um lado, como se fazia na Nupedia, mantinha-se a expectativa acadêmica tradicional do rigor metodológico credenciado, mas sem condição de acumular textos rapidamente; de outro, emergia no horizonte a possibilidade de agregação exponencial de edições com base na participação livre e na edição livre, sem necessidade de *expertise* credenciada. Ao mesmo tempo, feria os ouvidos acadêmicos que os textos permanecessem indefinidamente abertos, sempre

¹⁰ Meatball is a community of active practitioners striving to teach each other how to organize people using on-line tools. Members here are either community managers or are building supporting tools; MeatballOutreach lists some of our affiliated projects. We gather here in a spirit of BarnRaising, exchanging help when needed, mostly by teaching each other (MEATBALLWIKI, 2009).

¹¹ ‘While searching for information on Design Patterns, I stumbled onto WikiWikiWeb. At first I dismissed it, but it was only a matter of time before I found the next on-line community to suck me in wholesale. It was an amazing conception: the web with write permissions, just like Tim Berners-Lee always wanted. It was stable. It was high signal. It was great’. People interested in the ‘wiki culture’ came to observe what was going on but found that Ward’s Wiki wanted to keep its focus on pattern programming and that there was tension among users. Shah proposed a separate endeavor altogether: ‘As readership/contributors went up, quality went down. Flame wars ensued. Meta-wiki discussions about the nature of Wiki itself consumed the community. I did what I thought as natural: with the help of Clifford Adams, I precipitated the formation of a separate wiki, MeatballWiki, precisely to talk about meta issues of on-line community... I’m going to build a community. Not only that, a community that builds communities. And damn us if we don’t change the world’ (LIH, 2009, p.59).

sujeitos a novas edições, porque a prática iria contra a universalidade do conhecimento moderno (DEMO, 1999) e contaminaria o campo da ciência com noções multiculturais e relativizadas (HARDING, 1998). Exatamente isto queria Ward, quando desenhou o *software* wiki: deveria ser uma lousa de rascunhos, não de textos finais. Pode-se começar com qualquer texto; em seguida, outros editores introduzem mudanças e melhorias e, com o tempo, pode tornar-se um texto respeitável, ainda que nunca final.

Considero que esta foi a descoberta mais criativa: conhecimento é uma dinâmica disruptiva aberta, em constante processo de desconstrução e reconstrução, intrinsecamente político e discutível. No entanto, os mentores mantiveram a expectativa de produção “neutra”, em nome de consensos que pudessem evitar debates acalorados e insolúveis. Inventaram-se páginas especiais para tais discussões, nas quais os oponentes poderiam digladiar à vontade sem contaminar toda a rede. Estas precauções começaram a proliferar, em nome da gestão do projeto e de sua credibilidade, à medida também que se aprendia de outras experiências e *hackers*. C. Adams, em nome do etos do *hacker*, criou o UseModWiki para facilitar as edições em uma nova sintaxe (*free linking*, entre dois parênteses), o que permitiu acelerar a produção. Tomou-se do Slashdotting.org (um *site* para informação atualizada e de qualidade dos aficionados), também em formato de produção livre, mas já dotado de certas cautelas para distinguir entre pérola e excremento: propôs-se uma comunidade capaz de se autopolicar mediante estratégias de moderação dos textos e contribuições. Alguns leitores são selecionados para tarefas de controle de qualidade das produções, bem como se atribui a usuários a capacidade de “policar os policiais” (*watch the watchers*), ou seja, avaliar as avaliações. Na prática, a participação dos usuários eclodia naturalmente num sistema de autovigilância, aprimorando a qualidade. A Wikipédia aprendeu do Slashdot a ser uma comunidade zelosa de leitores e editores familiarizados com a possibilidade de avaliar e ser avaliados. Todos trabalham juntos para limpar o joio do trigo.

Conhecimento é uma dinâmica disruptiva aberta, em constante processo de desconstrução e reconstrução, intrinsecamente político e discutível.

Por se tratar de *software* aberto a todos, a contribuição de todos foi solicitada. Não era procedimento novo. Consta que *Oxford English Dictionary*, em 1857, pediu a participação de voluntários, com o objetivo de tornar a cobertura mais abrangente. A Wikipédia se baseia no GFDL (*Gnu Free Documentation License*) para arregimentar o poder de voluntários distribuídos. Assegura-se a todos liberdade efetiva de copiar e redistribuir, modificando ou não, comercial ou não comercialmente. É um tipo de *copyleft*, significando que o texto e mudanças introduzidas permanecem abertos subsequentemente. Surgiu logo o desafio ingente de controlar as mudanças introduzidas, comparando-as (programa *diff*). O espaço virtual se tornou ilimitado, não sendo mais problema armazenar tudo que entra. À medida que as regras proliferavam, Sanger mantinha o discurso da autonomia e da produção livre: “Se as regras o tornam nervoso e deprimido, e não desejoso de participar na wiki, ignore-as e trate de fazer seu texto” (LIH, 2009:76).

Parece claro que o desenvolvimento da Wikipédia manteve a ambiguidade flagrante entre promessas de produção livre e necessidade de gestão, sem falar na urgência de monitorar o vandalismo e outros comportamentos disruptivos. Ao fundo, ainda reluzia a esperança de que, através de metodologias neutras, consensos seriam possíveis, redundando numa pletera de textos tranquilos e reconhecidos. Enquanto se armava um cenário brilhante em torno da discussão aberta e da produção de conhecimento que primaria pela qualidade da argumentação, enredava-se em questões de controle e gestão que tinham como efeito, entre outros, reduzir a liberdade de expressão. Por certo, a simples liberdade de expressão não garante sua qualidade, porque pode ser usada para o contrário. A agregação de vozes pode resultar em gritaria, não em mensagem uníssona qualitativa. Apesar de tudo, a Wikipédia deslanchou de maneira extraordinária, mostrando que se tratava de projeto extremamente promissor.

5.3 Wikipédia funciona

Diz-se que a Wikipédia funciona sob o “efeito-piranha”, aludindo-se a algo que Russell assim formulava: “A única coisa que há de redimir a humanidade é

a cooperação” (LIH, 2009, p.81). O desafio era operar num “modo distribuído e descentralizado”, com qualidade reconhecida e confiabilidade dos usuários. Alguns autores utilizam o termo ‘*stigmergy*’¹², da pesquisa biológica, para descrever o comportamento de vespas e cupins, quando constroem coletivamente estruturas complexas; o produto do trabalho prévio, em vez de comunicação direta entre os construtores, induz e direciona como tais insetos realizam trabalho adicional e sem comando central de cima para baixo. Ocorreria algo similar na Wikipédia: cada editor retoma o trabalho anterior e assume aí um direcionamento para continuar, redundando, ao final, em texto aprimorado. O “efeito-piranha” refere-se ao cardume deste peixe carnívoro trabalhando em equipe, cada um atraído pela atividade do outro. Sendo predadores, atacam tudo à volta, mas são igualmente carneiros que ficam nadando ao largo e devoram o que encontram por aí. A isto se agrega um traço da *NetNews*, um *site* de notícias que não exigia autenticação central. Cada qual podia postar o que quisesse e a comunidade assumia que o participante tinha em mente comportar-se bem. Havia uma “*netiquetê*” (etiqueta na net), a ser respeitada por todos.

Na prática, aprendeu-se igualmente que, crescendo o trânsito no projeto, aparece gente menos confiável e, assim, foi-se formando um jargão de expressões e iniciativas que indicava também confrontos constantes, como acontecia na *Usenet*. Escrever em letra maiúscula significava gritar, mandar *emails* ferinos considerava-se *flaming* (mensagem raivosa, crítica, depreciativa na internet). Duelos excitados e agressivos acarretavam crises por vezes profundas. Uma saída simples: *kill file* (delete o arquivo). Mas entravam em cena também os *spams* (desde os anos 1990: mensagens não solicitadas, quase sempre comerciais, enviadas indiscriminadamente; lixo virtual), como resultado da falta de autoridade central, permitindo que marqueteiros e malandros se aproveitassem do ambiente. Contra os *spams* inventaram-se logo os *cancelbots* – programas capazes de destruir mensagens definidas como indesejáveis. Criados pela própria comunidade, tornaram-se exemplo de como ela podia usar artilharia pesada, se fosse o

¹² Do grego: *stigma* (sinal) e *ergon* (ação).

caso. No entanto, essas iniciativas determinaram o fim da era da inocência na *Usenet*. Tornava-se claro que a comunidade precisa saber cuidar do projeto contra malfeitores, implicando expedientes de cerceamento da liberdade.

O poder do modelo da Wikipédia é a “forma livre” de edição. Todos os participantes podem interferir nos textos, além de propor textos próprios, mas sempre expostos à interferência dos outros. A comunidade espera que todos se comportem responsabilmente. Tomando em conta a experiência da *Usenet*, a Wikipédia incorporou várias iniciativas contra vândalos, desordeiros e barulhentos, tais como bloquear a edição de usuários impertinentes, ou proteger um artigo de sofrer mudança. Mesmo assim, a Wikipédia (em especial Wales) sempre apostou no bom comportamento, porque, em vista dos distúrbios, predominaria, de longe, o contribuinte bem intencionado. Em janeiro de 2002, um ano após o lançamento, a Wikipédia cresceu do nada para 20 mil artigos, muito além do que se poderia imaginar. Este crescimento era visto como um “enigma”, alegando Sanger como motivação em geral a política de neutralidade¹³. Em fevereiro de 2002, Sanger incitava os interessados a serem audaciosos, em vez de se preocuparem tanto com perfeição; não custaria tentar mexer em tudo, até porque de tudo fica uma cópia e, assim, tudo pode ser recuperado.

Aparecem, então, “administradores”, escolhidos entre “membros comprovados” da comunidade e que tinham a permissão de apagar e recuperar artigos. Foram chamados de *sysops* (*system operators*), tendo-se tornado proverbial a definição humilde e autodepreciativa de Wales:

¹³ Constou de um release da Bomis (empresa que sustentava a Wikipédia): “At present, nearly 200 people are working on the project daily, from all around the world; organizers estimate that the project has had well over a thousand contributors. The success of such an open project, staffed by such a large and diverse body of writers, is a puzzle: how can so many people with so many different backgrounds collaborate with such little oversight? Project organizers say that it is partly because the participants can edit each other’s contributions easily, and partly because the project has a strong ‘nonbias’ policy; this keeps interaction relatively polite and productive. Sanger explains: ‘If contributors took controversial stands, it would be virtually impossible for people of many different viewpoints to collaborate. Because of the neutrality policy, we have partisans working together on the same articles. It’s quite remarkable” (Lih, 2009:89).

Gostaria de dizer que tornar-se um *ysop* não é ‘grande coisa!’ (*a big deal*). Penso que, mesmo de maneira semivacilante (*semi-willy-nilly*), vou propor um grupo de pessoas que estão trabalhando há algum tempo, como *ysop*. Quero desfazer a aura de ‘autoridade’ em torno da posição. É apenas uma questão técnica que os poderes dados aos *ysops* não sejam dados a todos. Não gosto que surja o sentimento aparente aqui de que, garantindo-se status de *ysop*, se trate de algo especial’ (LIH, 2009, p. 94).

Na prática, porém, era outra iniciativa imposta pela circunstância gerencial do projeto: para ocorrer produção de pares como era esperado, tornava-se cogente gerenciar o trabalho e cuidar de sua qualidade. Lih recorre, então, a análises de Benkler (2006; 2002, BENKLER & NISSENBAUM, 2006) sobre este tipo de economia do dom, que, embora polêmicas, tentam argumentar em favor de outras motivações humanas, que não sejam apenas as interesseiras do mercado capitalista.

De fato, a Wikipédia tornou-se o caso mais exemplar da web 2.0, suscitando movimento de escala mundial. Inverte a autoridade de cima para baixo, empodera os indivíduos e arregimenta o trabalho de pessoas que passam a produzir coletivamente. Para muitos wikipedianos, participar é ato de aprendizagem permanente, porque editar requer pesquisa, pensamento crítico e avaliação de fatos. Ao mesmo tempo, aprende-se a preferir a autoridade do argumento, porque é a maneira mais expedita para merecer a atenção dos outros. Como dizem os internautas, todo texto na internet é um *remix* (WEINBERGER, 2007, LATTERELL, 2006), pode ser feito e refeito por todos, sem exigência de *expertise*.

Entretanto, apesar do discurso (sobretudo de Sanger) de menosprezo por regras (*LAR – ignore all rules*), já que a Wikipédia precisava mais de participantes do que de regras, estas aparecem como inevitáveis, ainda que inspiradas em consensos razoáveis. Primeiro, condensam-se três linhas de desenvolvimento para direcionar o processo de produção coletiva sustentado por decisões racionais: i) ensaios vistos como escritos não autoritários, contendo *insights* e exortações; ii) orientações como normas dinâmicas aprovadas por consenso geral; iii) políticas com aceitação ampla

entre editores e consideradas como padrões a serem seguidos por todos. Segundo, três políticas foram consagradas rapidamente:

Ponto de vista neutro (*neutral point of view* – NPOV): único item não negociável, porque seria a razão maior para as pessoas trabalharem juntas, convergindo enquanto editam/escrevem/produzem;

Verificabilidade (V): verificar se o material editado já foi publicado por fonte confiável, usar citações de modo adequado, recorrer a autores reconhecidos, em especial quando se escreve sobre pessoas vivas (evitando calúnia, por exemplo);

Pesquisa não original (*no original research* - NOR): enciclopédia refere-se a material já existente e circulante, não se envolvendo com pensamento original; todo material precisa ser atribuível a alguma fonte confiável e publicada, facilitando seu controle.

Depois de quatro anos e muitas páginas de política, tais regras foram resumidas em “cinco pilares”: i) a Wikipédia é uma enciclopédia; ii) a Wikipédia mantém um ponto de vista neutro; iii) a Wikipédia é um conteúdo livre; iv) a Wikipédia possui um código de conduta; v) a Wikipédia não mantém regras firmes (LIH, 2009, p.113). Para motivar o efeito-piranha, fomenta-se o mote *to be bold* (ser ousado), solicita-se que ninguém se aborreça com mudanças nos textos (ao contrário, fazer o quanto se quiser, desde que com sentido), sugere-se assumir boa fé (*assume good faith* – AGF). Ademais, em vez ficar reclamando de coisas erradas ou mal feitas, consertar por si mesmo – *fix it yourself* (SOFIXIT)¹⁴.

Tudo isso, entretanto, não encobria que a Wikipédia também desenhava um “campo de batalha”, em particular quando se tratava de decidir que artigos deveriam ou não deveriam ficar. De um lado, os *inclusionistas* buscavam mostrar-se mais concessivos, em nome dos princípios de liberdade e ousadia,

¹⁴ Texto criado em abril de 2004: “Hello, welcome to Wikipédia! We welcome your contributions. Wikipédia is a wiki, and anyone – including you! – can edit nearly any article, at any time, by clicking the Edit This Page link at the bottom of the article. You don’t even need go login, although there are several reasons why you might want to. So, feel free to make this correction yourself! If you are unsure about how to edit a page, try out the Sandbox to test your editing skills” (citado em Lih, 2009, p. 115).

procurando agregar contribuintes; de outro, os *delecionistas* defendiam parâmetros mais rígidos em nome da qualidade e respeitabilidade dos textos. Cabe perguntar: o que deve fazer parte do “panteão do conhecimento humano”? Em certa medida, o que é “notável”? Mas, como definir o que seria notável? A Wikipédia arrisca uma definição: “Presume-se que um tópico é notável se recebeu cobertura significativa em fontes confiáveis que são independentes do assunto” (LIH, 2009, p.116).

A própria pergunta e também a resposta são um grande embaraço para a Wikipédia, porque é impraticável aplicar aí um ponto de vista neutro. O ringue mais excitado, onde se cruzam *inclusionistas* e *delecionistas*, é o programa “*Votes for Deletion – Vfd*” (votos para deletar), considerado como “juízo final”. Mas, como a edição é livre, aparecem na Wikipédia muitos temas que não seriam aceitos nas enciclopédias tradicionais, apenas porque fazem parte da “notabilidade” entre os contribuintes¹⁵. Wales sempre defendeu postura mais concessiva, chegando ao ponto de aceitar artigos menos qualitativos, sob a justificativa de que seria, no fundo, o charme do projeto¹⁶: é importante respeitar o interesse dos contribuintes (e não seguir pretensões acadêmicas rígidas e tradicionais); como textos iniciais não aparecem na página frontal, só são buscados por interesse específico, não prejudicando o andamento geral; é mais cômodo, em vez de investir esforço infundável em deletar, ignorar tais textos ou tomá-los como ensaios preliminares.

O preço da liberdade é seu abuso. Boa fé e má fé andam sempre juntas.

¹⁵ Para dar alguns exemplos mais bizarros: i) paradoxo do gato amanteigado (se um gato sempre cai sobre suas patas e a fatia de pão sempre cai sobre o lado com manteiga, não seria possível que um gato amanteigado simplesmente levitasse sobre o chão?); ii) regra dos cinco segundos (a crença de que a comida caída no assoalho é aproveitável para se comer, somente se for apanhada dentro de cinco segundos); iii) teorema infinito do macaco (um número infinito de macacos digitando num número infinito de máquinas de escrever produziria todos os textos escritos possíveis) (LIH, 2009, p. 117).

¹⁶ “The benefits are easily identifiable – these are topics that are of ongoing interest to people, they have historical relevance in the long run, wiki is not paper so they don’t hurt anything, and so on. But the costs are harder for me to identify. These aren’t appearing on the front page. They will only be seen by people who are looking for them. Given the mechanics of Vfd, it’s a lot more work to delete them than to just ignore them or (better) throw in a couple more lines to improve them” (citado em LIH, 2009, p. 120).

Esta iniciativa de Wales acarretou consequências com relação à diferença ideológica cada vez mais nítida entre pretensões acadêmicas (*edit then write*) e da wiki (*write then edit*). “Edite, depois escreva” sugere postura metodológica acurada, que só coloca a público o que já possui formato editado. “Escreva, depois edite” vai pela via contrária: começa-se escrevendo qualquer coisa, esperando que a turma, depois, vá editando e melhorando. A postura de Wales foi chamada de *eventualismno*, porque abrigava a expectativa de que um artigo pode não ser grandioso no momento, mas, no projeto em andamento, poderia, passando por edições sucessivas, melhorar tanto, até tornar-se um primor. Confia-se no efeito-piranha, eventualmente. “O problema é que o efeito-piranha requer massa crítica de pessoas e atenção” (LIH, 2009, p.120). Wales, assim parece, preocupa-se bem mais com a adesão participativa do que com a qualidade dos textos, em parte agradando a “galera”, em parte confrontando-se com as enciclopédias tradicionais e com a academia. Chamavam, particularmente, a atenção as “guerras de edição” (*edit wars*), marcadas por duelos lancinantes de inclusão e reversão, ocasionando, ademais, a criação da regra 3RR (*three revert rule*), impedindo que o mesmo editor revertesse por três vezes o mesmo texto.

Enquanto críticos lamentavam a “cultura na qual todos podem editar”, Wales via nela o grande trunfo da Wikipédia. Lih cita crítica do historiador da internet J. Scott¹⁷, questionando esta guerra fratricida entre editores membros da mesma comunidade, exumando uma das faces mais sombrias da humanidade (2009, p.131). Aparece aí “um lado oculto do processo da Wikipédia” (Ib.), no qual a comunidade comparece como beligerante ao extremo. Ainda que os artigos sejam, em geral, úteis, embora nem sempre confiáveis, é fato que o processo de edição deles implica confronto e desafio como componente necessário da produção de consensos. Lih fala, então, do desafio de “convergir para a verdade”, revelando sua expectativa modernista. Se “a” verdade existisse, não haveria razão para tanta sanha.

¹⁷ “Jimbo (Wales) holds this up as the great aspect of Wikipédia, is that every body gets to get their hands in and that we’re all working together, but they don’t realize, we kill each other! We kill each other every day! Over Nintendo games, over shit! Over the fact that someone parked in the wrong space. Wikipédia holds up the dark mirror of what humanity is, to itself” (citado em Lih, 2009, p.131).

De um ponto de vista sociológico, pode-se, primeiro, valorizar o fato estrondoso de que a Wikipédia funciona, contra todas as expectativas à época. Firmou-se rapidamente e cresceu exponencialmente. Segundo, seu funcionamento confirma, ostensivamente, a análise de O’Neil da autoridade na internet, com grande picardia. *O exercício da liberdade acarreta seu cerceamento, porque o preço da liberdade é seu abuso.* Em sociedade, exercer liberdade implica conviver com a dos outros e isto leva, inapelavelmente, a regras restritivas de conduta individual no coletivo. De um lado, está o mote “todos podem editar à vontade”; de outro, as guerras de edição e as infundáveis regras para as evitar/contornar. Se não há chefes explícitos, formais, os há informais, a começar por Wales e Sanger, cujos carismas (em especial do primeiro) pairam incontestados e talvez incontestáveis. Ao mesmo tempo, o projeto oscila entre sugestões pós-modernas (ser audacioso, editar à vontade, dispensa de *expertise*) e modernas. Aquelas assumem o lado ideológico da propaganda e atração do projeto; estas acabam valendo ao final, também para não se afastar demais dos ritos acadêmicos.

Já comentei que o “ponto de vista neutro” pode ser questionado, porque no máximo poderia ser “neutralizado”, em sentido weberiano. A regra da *verificabilidade* foi contestada no seio positivista por Popper, substituída pela *falsificabilidade* (DEMO, 1995): teorias, por conta da fragilidade da indução (implica regressão ao infinito e se origina dedutivamente como princípio metodológico), não podem ser verificadas empiricamente: a acumulação de dados, sempre parcial, não faculta generalização. Podem, porém, ser falsificadas, se encontrarem casos empíricos negativos, ou, pelo menos precisam ser reelaboradas. A noção de falsificabilidade significa, então, que as teorias precisam manter-se *falsificáveis*, no sentido de serem discursos hipotéticos sempre abertos, disputando com outras em condições igualitárias. Se forem “falsificadas”, deixam esta arena da disputa. Em vista disso, não se pode falar de “evidência empírica”, porque dados empíricos não produzem evidências, apenas “corroboração”, sem falar que todo dado é resultado de construções teóricas hipotéticas (DEMO, 2000).

Como é uso no positivismo, este questionamento de Popper é ignorado. Na Wikipédia, a verificabilidade volta-se para o esforço de construir textos que possam ser controlados em fontes disponíveis e confiáveis, ademais de serem editados em formato metodológico adequado. E isto se combina com a terceira regra, da “pesquisa não original”, formulada para evitar pretensões descabidas de originalidade, em especial numa comunidade feita, em grande parte, de não expertos. O lado mais prático dela é o rechaço de invencionices, filosofadas, tiradas, sem qualquer respaldo metodológico, teórico e factual. Faz parte, ainda, da história das enciclopédias: elas recolhem o conhecimento disponível, não inventam novo conhecimento. Como já aleguei, a Wikipédia retoma, aí, conceito duvidoso de conhecimento, na prática igualado à informação, perdendo de vista a dinâmica disruptiva, desconstrutiva e reconstrutiva. Neste sentido, pode-se formular uma crítica aos procedimentos da Wikipédia, para além da que já fiz com respeito ao “ponto de vista neutro”:

a) ficaria, possivelmente, melhor o termo falsificabilidade, em vez de verificabilidade, em ambiente modernista positivista; para Popper, as teorias permanecem provisoriamente, comparadas às outras rivais, tendo como qualidade maior sua estruturação lógica¹⁸;

b) quanto a fontes reconhecidas e confiáveis, retorna uma discussão interminável, como é o critério de “notabilidade”, extremamente frágil; talvez fosse mais aproveitável o critério de “relevância”, ainda que ambíguo também; um tema pode ser muito notório, por exemplo, uma estrela da televisão, mas não relevante, como seria um tema de significado maior acadêmico (digamos, Sócrates); facilmente aceitam-se, então, fontes quaisquer, bastando citação qualquer;

c) o afastamento da pesquisa original é apressado, embora compreensível; o argumento mais visível é da tradição enciclopédica: compilar o que existe

¹⁸ Note-se que Popper continuou defendendo a “objetividade” do conhecimento, postando-se frontalmente contra a dialética (Demo, 1995), razão pela qual, embora muito *sui generis*, sua obra faz parte do positivismo.

em termos de produção do conhecimento; esta preocupação, no entanto, esconde visão estereotipada de pesquisa, reduzida, em parte, a procedimentos de cotejo de fontes secundárias, em parte, a ritos empíricos que produziriam evidências; os textos, em grande medida, por serem editados por não expertos, guardam a cara de ensaios preliminares, sem falar que permanecem abertos indefinidamente; poder-se-ia aceitar “pesquisa original”, desde que se produzisse algum acordo sobre modos de produção e teste;

d) a insistência em conceitos como “verdade” revela a expectativa tradicional de que os textos devem “representar” a realidade, quando isso é algo impróprio para a mente humana, tipicamente reconstrutiva, interpretativa e autorreferente, ademais, é no mínimo irônico esperar que o processo de produção da Wikipédia, com base em que todos podem editar à vontade, seria capaz de achar “a verdade”; na prática, o que ocorre é um jogo – por sinal interessantíssimo – de interpretações rivais e sempre abertas; o concurso de tanta gente pode ter efeito mais bem “cumulativo”, não qualitativo, algo que os acadêmicos, ainda que facilmente rançosos, rejeitam;

e) este tipo de conhecimento está banhado, por todos os lados, de politicidade, razão pela qual, em vez de critérios positivistas de sua construção, seriam mais palatáveis – ainda que naturalmente discutíveis – critérios que mesclam virtudes formais e políticas, como tenho proposto em outros textos (DEMO, 1995; 2000).

5.4 Institucionalização e contendas

O crescimento institucional da Wikipédia pode ser observado em sua internacionalização, através da qual também ganhou tons multiculturais, já que “uma língua diferente é uma visão diferente de vida” (LIH, 2009, p.133). Em certo modo, reverteu a torre de Babel, no sentido de que as línguas se tonaram ainda mais comunicáveis. Em muitas línguas, a Wikipédia é única enciclopédia em vernáculo, tornando-se, ademais, signo da identidade nacional e da globalização que respeita a tradição local. Em fevereiro de 2002, todavia, eclodia o cisma espanhol, por conta de um texto postado por Sanger em que aludia à possibilidade em estudo de

aceitar *advertising* na Wikipédia, para fins de autossustentação financeira, incluída aí também a manutenção de seu emprego¹⁹. Foi muito mal interpretado por Edgar Enyedy, da Wikipédia espanhola, rebelando-se contra a intrusão comercial sobre produtos gratuitos de tanta gente²⁰. Nascia, a 26 de fevereiro de 2002, a Wikipédia espanhola, em separado, mesmo à revelia do pedido veemente de Sanger de reconsideração. Apesar deste contratempo – e que acabou reforçando o ambiente da economia do dom – a Wikipédia tornava-se poliglota, com a vantagem de aparecerem traços culturais marcantes em cada versão.

A versão japonesa prefere o anonimato dos contribuintes e é muito mais bem comportada, correspondendo a um traço cultural próprio. Sendo a discussão anônima, pode favorecer modos mais adequados de argumentar, já que não há endereços individualizados para atacar. Ademais, os contribuintes são bem menos ousados, tendendo a sugerir mudanças em páginas alternativas, em vez de logo interferir no texto em si. No entanto, tem perdido terreno: era a terceira maior Wikipédia, agora é a quinta. Na versão alemã, parece desempenhar papel forte a noção de *verein* (associação), em meio à forte cultura do *hacker*. A Wikipédia alemã é bem mais exigente em termos metodológicos – não se promovem textos incipientes – e postos gerenciais são valorizados. Talvez por isso, houve também algum recuo, enquanto cresce a tendência para aceitar artigos distinguidos por editores reconhecidos (*sighted version*). Na versão chinesa, o fato mais surpreendente foi a construção de *softwares* de tradução para abrigar inúmeros dialetos, tornando a Wikipédia uma espécie de patrimônio chinês comum. Pela metade de 2008, a Wikipédia tinha mais

¹⁹ “Bomis might well start selling ads on Wikipédia sometime within the next few months, and revenue from those ads might make it possible for me to come back to my old job. That would be great. I’ve liked this job very much, and I’m willing to do some work to help make it pay of itself” (Citado em Lin, 2009:133).

²⁰ “I’ve read the above and I’m still astonished. Nobody is going to make even a simple buck placing ads on my work, which is clearly intended for community, moreover, I release my work in terms of free, both word senses, and I want to remain that way. Nobody is going to use my efforts to pay wages or maintain server. And I’m not the only one who feels this way. I’ve left the project. You can see the Spanish Wikipédia development in the last two days and then you may think it over. Good luck with your wikiPAIDia” (Citado em Lin, 2009:137).

de 10 milhões de artigos em mais de 250 línguas, ainda que isto deva ser tomado com cautela: enquanto as 100 línguas mais usadas desfrutaram de um empoderamento visível, as outras 100 próximas experimentam quedas em seu ritmo produtivo²¹.

Enquanto a Wikipédia se firmava, as contendas proliferavam. Três manifestações conturbadoras fazem parte da cena: *trolls*²², vândalos e ventríloquos (*sock puppets*)²³. Infelizmente, lutar em prol da liberdade humana implica quase sempre gastar a maior parte do tempo defendendo salafrários (LIH, 2009, p.170). Quando a Wikipédia funciona, é uma maravilha, ao contrário da expectativa de que, onde todos podem editar, somente poderia resultar em confusão e besteiro. O que evita isso é a massa crítica de pessoas que se engajam no projeto, cuidando de sua qualidade. No entanto, a Wikipédia não tem dado conta de tantos problemas, em especial dos transtornos causados não por vândalos convictos, mas por contribuintes que se inserem na faixa entre ser ousadamente produtivos e apenas disruptivos. Dá-se a tais desordeiros o nome de *troll*. *Trolling* consiste em empurrar assuntos controversos à comunidade, de tal sorte a incitar reação ou ruptura. Busca-se disseminar a discórdia por meio de retóricas agressivas e inflamadas. *Trolls* fronteiriços são os mais complicados, porque, em geral tratando-se de gente inteligente, estudiosa e concordante com quase todas as regras de jogo,

²¹ *Ranquing* das 10 primeiras línguas em março de 2008: 1º – inglês, com 2.259.431 artigos e crescimento de 596.012 artigos por ano; 2º – alemão, com 715.830 artigos e crescimento de 166.177 artigos por ano; 3º – francês, com 629.004 artigos e crescimento de 175.803 artigos por ano; 4º – polonês, com 475.566 artigos e crescimento de 121.172 artigos por ano; 5º – japonês, com 472.691 artigos e crescimento de 138.454 artigos por ano; 6º – italiano, com 418.969 artigos e crescimento de 153.238 artigos por ano; 7º – holandês, com 413.325 artigos e crescimento de 134.425 artigos por ano; 8º – português, com 363.323 artigos e crescimento de 121.027 artigos por ano; 9º – espanhol, com 337.860 artigos e crescimento de 130.694 artigos por ano; 10º – sueco, com 276.212 artigos e crescimento de 63.682 artigos por ano (LIH, 2009, p. 160).

²² Um *troll*, na gíria da internet, designa uma pessoa cujo comportamento tende sistematicamente a desestabilizar uma discussão, provocar e enfequecer as pessoas envolvidas nelas. O termo surgiu na Usenet, derivado da expressão *trolling for suckers* (lançando a isca para os trouxas), identificado e atribuído ao(s) causador(es) das sistemáticas *flamewars*.

²³ Usenet: from the act of placing a sock over your hand and talking to it and pretending it's talking back. In Usenet parlance, a pseudonym through which the puppeteer posts follow-ups to their own original message to give the appearance that a number of people support the views held in the original message.

interagem de modo tão sórdido que afastam parceiros e inflamam contendas entre os contribuintes²⁴.

Alegava-se como causa de tais distúrbios editar temas muito controversos e ofensivos, mantendo-se dentro das regras de jogo do sistema, para usar o sistema contra si mesmo. Por exemplo, propor texto formalmente correto sobre racismo. Ainda que esta alusão caiba, o problema é bem mais profundo, denunciando a estratégia positivista: todos os temas são, de algum modo, controversos, a menos que sejam estritamente formais (digamos, teorema de Pitágoras). Estabelecer padrões de verdade é sempre postulação não isenta. Enciclopédia livre só pode ser tumultuada, não sendo isto, porém, apenas defeito. As enciclopédias tradicionais são bem comportadas porque seguem posturas rígidas acadêmicas dentro de espaços metodológicos demarcados, tendo no método referência em geral mais importante que a realidade. O equívoco é pretender expelir a politicidade do conhecimento como espúria, quando, na prática, é intestina, como mostra a Wikipédia em tom maior (DEMO, 2000).

Sanger frequentemente lamentava a guerra de edições, e, de decepção em decepção, foi tornando-se mais rígido, também porque lhe interessava não afastar-se em demasia da correção acadêmica, mesmo que positivista. A rigidez, porém, enquanto agradava a alguns que apreciavam ordem para trabalhar melhor, desgostava a outros, saudosistas dos ambientes mais livres iniciais. Um caso notório foi *The Cuntator*²⁵, um contribuinte apaixonado pela Wikipédia, mas irresponsável, no sentido de que se divertia abatendo textos alheios. Nisto colidia frontalmente com a regra: não bagunce a Wikipédia só para aparecer.

²⁴ Isto sempre foi motivo de desilusão para Sanger: “Wikipédia’s original policies of 2001 were geared to be inclusive, and the community ethics provided a lot of latitude to people with troll-like tendencies. The encyclopedia was a small project that solicited newcomers with the radical openness of a wiki. As a result, the indulgent policies, such as ‘assume good faith’ meant members bent over backward to see the good side of someone, even if faced with mounting evidence to the contrary. In Wikipédia legend, perhaps there were no more famous trolls than Wik and Lir, two users who were prolific editors but always pushed the envelope on acceptable behavior, created multiple accounts, and went on rampages to disrupt Wikipédia...” (Citado em Lih, 2009:170).

²⁵ Em tradução literal do latim: o contemporizador.

Continuamente *The Cunctator* se confrontava com Sanger, explorando seu pedantismo e exigências, a ponto de este chegar a propor um pleito à comunidade, em novembro de 2001:

Necessito que se me garanta claramente ampla autoridade pela comunidade – por você, caro leitor – se é para fazer meu trabalho efetivamente. Até pouco tempo, esta autoridade era-me garantida pelos wikipediano. Muitas vezes fui solicitado a justificar decisões minhas, mas não sempre, e quase sempre de modo respeitoso e prestativo. Este cargo na comunidade não me torna um editor todo poderoso que deve ser obedecido sob pena de banimento; mas me fez um líder. É isto que quero, de novo. Este é meu trabalho (LIH, 2009, p.172).

A turma em geral não gostou da ideia, em especial *The Cunctator*, que postou um ensaio na wiki, satirizando Sanger, sob o título “Como destruir a Wikipédia”... Em resumo, dizia: i) “ocupe o cargo e se faça um detetive; ii) delete entradas; iii) por conta própria, redesenhe totalmente o *software* da Wikipédia, e implemente-o sem teste; ou, aja como a Microsoft; iv) faça grandes planos na lista de *emails*; v) monte uma cabala...” (Ib.). De tudo, a sátira mais dura era a alusão de que, por trás de discursos libertários, escondia-se uma cabala fora do controle comunitário. Esta desconfiança se tornou tema recorrente, a ponto de a defesa cunhar a expressão TINC (*there is no cabal*). *The Cunctator*, mais tarde, descreveu seu ensaio como um ato semiparódico excitado e acabou se retratando. Mas seu texto se tornou legendário, mostrando a divisão de águas: ou se retornava ao ambiente da Nupedia marcado pela autoridade gerencial e acadêmica, ou se mantinha o espírito anárquico, que Raymond formulava no seu texto *The Cathedral and the Bazaar* (1999), de feitura pós-moderna e inspirado na participação indiscriminada de todos (*crowdsourcing*).

Autoritários sempre sabem o que é melhor para os outros.

Este movimento era contrário ao anseio de Sanger por uma autoridade mais forte que lhe permitisse conduzir o processo mais ordeiramente e de maneira mais acadêmica. Raymond valorizava especialmente a experiência de Torvalds com o Linux, um *software* aprimorado por interessados desinteressadamente.

Torvalds sempre manejou isso bem, por conta de sua personalidade aberta e conciliadora. Gestores comuns, entretanto, sentem a maior dificuldade para conviver com processos produtivos anárquicos, em parte por causa da proliferação de contendas de toda sorte, não como subprodutos eventuais, mas como parte do negócio. De um lado, os *idealistas* sempre esperam poder aproveitar as energias furiosas dos perturbadores, enquanto, de outro, os *pessimistas* tendem a extirpá-las, no máximo a tolerá-las, e mesmo a abandonar o projeto.

Usando o site *Slashdot*, Sanger expôs sua decepção e mágoa. Participantes destrutivos proliferaram já por volta do fim de 2002, tornando a participação na comunidade “uma luta em torno de princípios, ao invés de um esforço compartilhado rumo a objetivos coletivos” (LIH, 2009, p.174). O ambiente tornava-se mais competitivo, em vez de cooperativo, rechaçando-se os acordos mais comuns, como o de não deletar sem explicações. A disjuntiva aparecia com clareza: ou continuar como projeto radicalmente anárquico e sem controle, ou direcionar para a construção de uma enciclopédia.

Em fevereiro de 2002 Sanger deixou a Wikipédia, assumindo Wales seu lugar e mostrando logo um modo bem mais suave de lidar com a comunidade. Por exemplo, apesar dos confrontos com *The Cunctator*, Wales continuava considerando-o referência importante para o desafio de como liderar a Wikipédia. Em março de 2002, Sanger, que ainda continuava como voluntário, resolver desligar-se de vez, de maneira elegante, desejando ao projeto sucesso. A liderança de Wales, ao estilo de Torvalds ou do ensaio de Raymond, conseguiu com algum êxito combinar frenesi e ordem. Só praticava interferência, quando empurrado e em última instância. Esforçava-se para apresentar-se como “monarca humilde” da comunidade, embora, na prática, detivesse poder extremamente forte (chamado de *God-King*)²⁶. Isto foi determinante para o sucesso da Wikipédia e evitou outros cismas.

²⁶ Em reconhecimento de seu estilo suave e porque vive modestamente, diz-se: “The God-King drives a Hyundai” (o Deus-Rei dirige um Hyundai), ou seja, um carro popular.

Entretanto, havia na Wikipédia outras conturbações bem mais complicadas que os *trolls* (estes pelo menos se podiam identificar): os vândalos e os ventríloquos, determinados a destruir o projeto. Por causa dos vândalos, elaborou-se o programa *Recent Changes Patrol* (patrulha das mudanças recentes), com o objetivo de monitorar todas as mudanças introduzidas, em especial aquelas feitas maliciosamente e em detalhes pouco perceptíveis, como mudar data de um ano a mais ou a menos. A forma mais comum de vandalismo é introduzir no texto informação errada ou obscenidades que são, afinal, relativamente fáceis de consertar. Mais difícil é dar conta de vandalismos sutis, como envolver sub-repticiamente pessoas vivas em calúnias. A comunidade, com ajuda de *hackers*, colaborou para encontrar saídas, como o uso de *bots* (peça de *software* que pode executar comandos, responder a mensagens ou realizar tarefas rotineiras como buscas *on-line*, de modo automático ou com intervenção humana mínima), pelo menos a partir de 2006. Vandalismo constante provém de alunos que, aborrecidos com as aulas, divertem-se editando textos da Wikipédia ou redigindo relato sarcástico sobre seu(sua) professor(a). Embora seja viável bloquear tais usuários, há uma armadilha: pode-se bloquear a escola inteira, se o usuário utilizar a internet da escola.

Problema dos mais encardidos é dar conta de contribuintes bloqueados que retornam com outra conta e pseudônimo, chamados de *sock puppets* (ventríloquos)²⁷. Trata-se de gente que se diverte aborrecendo os outros. Para contornar este desafio, criou-se um nível administrativo que faculta checar identidades, reservado a “contribuintes extremamente confiáveis” (LIH, 2009; p.179). Apesar da atitude benevolente de Wales, a pressão da comunidade para combater o vandalismo o empurrou, em novembro de 2004, a sugerir a formação de um grupo para elaborar um “comitê de etiqueta da Wikipédia” (*Wiki etiquette committee*), o que resultou em dois comitês: de mediação (MedCom) e de arbitragem (ArbCom). Mediação seria uma tática de aplanar diferenças

²⁷ Definição na internet: “A sock puppet, also commonly known as an alt, is an on-line identity used for purpose of deception within an Internet community. In its earliest usage, a sock puppet was a false identity through which a member of an Internet community speaks while pretending not to, like a puppeteer manipulating a hand puppet. Sock puppets are extra accounts crated by users as alternative identities” (Citado em Lih, 2009:178).

amigavelmente com auxílio de mediadores, e arbitragem ficaria como último recurso. Um caso interessante, vinculado ao editor *Plautus Satire*: vandalizou o texto de Einstein, com a seguinte justificação:

Einstein não realizou experimentos e afirmou que suas ideias provinham de seus sonhos²⁸. Seu entendimento precário de matemática, comprovado em seu fracasso em passar em exames de admissão para escolas de engenharia, impediu-o de exercer análises matemáticas das hipóteses apresentadas, e seu método de raciocínio dedutivo puro foi redondamente desqualificado como não científico, improdutivo e propenso a desviar-se bem longe da realidade (LIH, 2009, p.181). *Plautus Satire* foi banido por um ano, ao chegar seu caso ao ArbCom (o MedCom mostrou-se insuficiente)²⁹.

A institucionalização da Wikipédia mostrou, em cores vivas, uma das ambiguidades mais ostensivas da produção de conhecimento: somente se pode produzir conhecimento, em especial conhecimento questionador, em liberdade; entretanto, conhecimento que usa a liberdade para questionar nem sempre se autoquestiona, nem aprecia ser questionado; liberdade e censura andam juntas, infelizmente: conhecimento é tão importante para a sociedade, que se torna imperioso controlá-lo. Por mais que em seu formato entrem componentes formais/universais, na sua construção social são produtos datados e localizados, ou multiculturais. A estruturação metodológica é também forma de controle, em especial quando se postula neutralidade e/ou objetividade, na expectativa de que esta norma torne o conhecimento irrecusável, principalmente indiscutível. Confunde-se, porém, a formalidade dos procedimentos com sua construção social.

Usando discursos ordenados, formalizados, matematizados, o conhecimento científico levanta a pretensão de universalidade e validade acima do espaço e do tempo. Ignora que, como dizia Russell, ordem,

²⁸ Consta, de fato, que Einstein apreciava fazer “experimentos mentais”, por exemplo, idealizando como um raio de luz se comportaria diante de um obstáculo físico, curvando-se (de onde teria surgido o *insight* da “relatividade”).

²⁹ Um dos primeiros árbitros, o jovem londrino James Forrestier (User: JamesF) brincou com esta história: “Mediação e arbitragem... ao tempo em que eram duas forças numa só, que iriam trabalhar juntas, a mediação para ser a cenoura e a arbitragem para ser a vara (para bater no animal). Como sempre acontece, varas funcionam bem demais para nós, e cenouras... não são gostosas” (LIH, 2009, p.181).

formalização são imposições sociais, não reais. Para além do controle metodológico, há o social, desde o critério da intersubjetividade que significa o consenso entre os expertos, da relevância que induz a preferir campos de estudo, da institucionalização de paradigmas que passam a dominar o cenário, até ao próprio argumento de autoridade que, não sendo argumento, acaba penetrando no recinto, em geral pela porta da frente. A Wikipédia exemplifica este problema vivamente: ao mesmo tempo em que combate a autoridade, precisa dela inapelavelmente, sob risco de ruir como projeto coletivo. Sendo a maioria dos temas controversa, a insistência em neutralidade dos pontos de vista facilmente redundam em hipocrisia, já que o próprio conceito de “ponto de vista” não poderia ser neutro.

5.5 Virtudes e crises da comunidade

Pela metade de 2003, o site *Alexa* indicava que a Wikipédia tinha atingido tráfego virtual igual ao da *Britannica.com*, o que significava que a enciclopédia livre havia triunfado, mesmo enredada em problemas complexos de financiamento, já que estava impedida de gerar recursos comerciais. Os primeiros contribuintes sempre se sentiram um pouco “pais da criação” e, mesmo aceitando a entrada de novos contribuintes em massa como algo positivo, o sentimento era de que a qualidade anterior estaria caindo. A contaminação de amadorismo era tão marcante, que começaram a aparecer medidores de estresse como forma de expressar o descontentamento com os textos. Avolumava-se, então, o número de contribuintes que acabavam abandonando o projeto. Em agosto de 2003, o usuário *Steventigo* abriu a página *Missing wikipedians* (wikipedianos que se foram), para documentar suas histórias: “wikipedianos que uma vez foram parte integrante de nossa comunidade e que decidiram ou deixar para sempre, aderir a um culto, se cansaram do vandalismo, encontraram um emprego, ou têm alguma outra escusa esfarrapada ou legítima para sair” (LIH, 2009, p.184).

Um dos casos mais notáveis foi o do usuário *RickK* que, mesmo não revelando seu nome real, era muito conhecido na comunidade por sua

eficiência no combate ao vandalismo. Aderiu em junho de 2003 e em poucas semanas já tinha mais de 500 edições dotadas de qualidade surpreendente. Foi logo bem assimilado na comunidade, encontrando outros usuários no *site Village Pump*, limpando erros tipográficos e votando na página de deleção de artigos. Divertia-se muito, também porque estava em sua profissão. Em um mês foi proposto administrador, mesmo sem saber bem do que se tratava. A comunidade ainda era relativamente pequena em 2003, e os *sysops* costumavam ser muito responsáveis. Em julho, os seis membros do alto escalão aceitaram a proposta, sem dissenso, e *RickK* foi efetivado como *sysop*.

Hoje isto seria impossível, tamanha se tornou a burocracia em torno da nomeação de um *sysop*. Na versão inglesa exigem-se mais de mil edições e pelo menos três meses de experiência para o processo se iniciar. Ao final dele, há uma bateria de entrevistas, sem falar que todos na comunidade podem questionar, tornando o caminho muito árduo. Consta ainda na página de política da Wikipédia que não há pré-requisitos para o cargo de administrador, a não ser ter uma conta e deter nível básico de confiança de outros editores. Isto, porém, é flagrantemente irreal. Cada nomeação é precedida de intensa investigação sobre o candidato, o que já indica a formação rápida de uma elite administrativa tendencialmente fechada, sentindo-se ameaçada por novos membros e por mudança.

Dotado de poderes de *sysop* e movido pela obsessão de corrigir edições, *RickK* reverteu edições inúteis e baniu vândalos às dúzias. Muito prolífico, chegou a fazer mais de duas mil edições em um mês, frequentemente usando comentários mordazes. Muitos, naturalmente, não gostavam disso. Depois de dois anos de trabalho magnífico, chegou seu último dia na Wikipédia a 20 de junho de 2005. Em sua lide de combater o vandalismo, topou com o caso de violação suspeita de *copyright* por um usuário chamado *CoolCat* (teria copiado texto sem autorização). *RickK* reverteu as edições de *CoolCat*, mas outros usuários, imaginando que *CoolCat* mereceria o benefício da dúvida, reverteram as reversões de *RickK*. Este insistiu em remover a violação de *copyright*, também porque poderia implicar contestação jurídica da Wikipédia. Ao praticar a quarta reversão, outros administradores consideraram que

RickK violara a regra das três reversões (3RR), ainda que esta pena fosse, em si, apenas aplicada aos renitentes, não a colegas administradores. O usuário *Silvor*, julgando apropriada a censura, aplicou um bloqueio de 24 horas em *RickK*, ainda que fosse desbloqueado 12 minutos depois por outro usuário (Gamaliel), que considerou tudo apenas um mal-entendido. *RickK* tomou isto como insulto intolerável e postou em sua página sua mensagem de despedida:

Existe uma falha fatal no sistema. Enquanto se respeitam vândalos, *trolls* e mal-feitores, os que aqui estão para realmente criar uma enciclopédia e efetivar trabalho significativo, recebem um tapa na cara e não se lhes garante o suporte necessário para realizar seu trabalho. Não há mais razão para continuar aqui (LIH, 2009, p.187).

Inúmeros wikipediano entraram na página de *RickK* pedindo que permanecesse. Não adiantou. Foi demais para ele ser tratado como malandro, logo ele que dedicou seu tempo integral para combater a malandragem na Wikipédia. Deixou muita saudade de seus dois anos de trabalho exemplar: mais de 36 mil edições em quase 20 mil páginas. Em sua homenagem, a comunidade renomeou um dos prêmios (*RickK Anti-Vandalism Barnstar*), em 24 de julho de 2005.

A par dos conflitos e críticas internos, havia, naturalmente, os externos, a começar pela *Enciclopédia Britânica*, em especial a partir do momento em que a Wikipédia se tornou mais popular e mais usada. O editor-chefe anterior, R. McHenry, tentou ridicularizar o projeto na declaração intitulada *The Faith-Based Encyclopedia*, aludindo que ninguém poderia acreditar em um processo de produção de conhecimento feito por um bando de amadores, no maior desrespeito aos especialistas acadêmicos. Comparou a Wikipédia a um banheiro público, onde o usuário pode encontrar um ambiente mais sujo ou mais limpo, mas nunca sabe quem o usou antes.

Deixando de lado o ridículo desta ridicularização, existe certamente um problema, ou, pelo menos, uma preocupação em torno da turba amadora que se agrega para editar textos, por vezes com visível repulsa aos expertos. Esta questão já fora posta inúmeras vezes por Sanger, reaparecendo em texto seu de dezembro de 2004, propondo que a Wikipédia deveria abandonar sua política

antielitista e de condescendência excessiva diante de produções bisonhas de texto. Cuidar da qualidade das edições não poderia ser tomado como censura. Moderar a produção intelectual não implica, fatalmente, subordinação imbecilizante. Ignorar a *expertise* é desconhecer que a profundidade do conhecimento implica especialização. Em memória deixada no *Slashdot*, Sanger lamenta não ter podido, à época quando era a referência central, reservar lugar adequado para o conhecimento especializado. No entanto, difícil seria garantir que isto fosse aceito, a começar pela polêmica sem-fim sobre o que seria um experto... o exemplo da Nupedia fora pouco animador.

Sanger acabou sugerindo o *Citizendium* – um compêndio do cidadão sobre tudo, lançado em março de 2007, com a perspectiva de rivalizar com a Wikipédia, também por incluir um papel relevante para expertos. Só se aceitavam nomes reais, nenhuma edição anônima, com dois tipos de usuários: editores e autores. Editores teriam maior autoridade, porque tidos como expertos e dotados de graduação acadêmica elevada. Em um ano, foram editados 4 mil artigos, o que não deixou de ser bom começo, mas jamais rivalizou com a Wikipédia. Via-se aí que a estratégia aberta da Wikipédia, por maiores problemas que possa causar, atrai multidões voluntárias e uma produtividade estupenda. Mudando-se esta política, pode-se ganhar em qualidade acadêmica, mas a participação, sendo bem mais seletiva, cai visivelmente.

Liberdade própria de expressão precisa compor-se com a liberdade do outro de expressão.

Em novembro de 2005 ocorreu o incidente *Seigenthaler*: na biografia sobre este jornalista de renome, foi infiltrada a informação falsa de que estaria comprometido com o assassinato de Kennedy. Ficou na rede por 132 dias, sem que a patrulha das “mudanças recentes” se desse conta. *Seigenthaler* reclamou veementemente de uma enciclopédia livre cujos autores são desconhecidos e não localizáveis. Por sorte, a legislação americana protege a Wikipédia ante o conteúdo, que corre por conta de quem o edita. Wales apareceu na CNN para discutir o assunto, em meio a muito estardalhaço na mídia. Resultaram daí duas decisões ulteriores: novos textos não podiam mais

ser anônimos; o programa *Biography of Living Persons* (BLP) foi montado para afastar informação caluniosa, malfeita ou insuficiente em torno de pessoas vivas. Surgiram igualmente *sites* de vigilância sobre a Wikipédia para monitorar tudo o que aí se edita (exemplo: *Google Watch*, de C. Brandt, cuja biografia na Wikipédia acabou sendo eliminada, por pressão intensa deste).

Entrementes, *Seigenthaler* descobriu o autor de sua biografia (*Brian Chase*), que, pedindo desculpas, alegou ter-se tratado de uma brincadeira. *Seigenthaler* desistiu de o interpelar na justiça, chegando mesmo a solicitar que fosse recontratado, após ter sido demitido por conta deste episódio. Tais incidentes provocaram mudança drástica de política: acabou o anonimato. Em teoria, isto elevaria a qualidade de conteúdo novo, ainda que se mantivesse a controvérsia. Alguns usuários alegavam que esta medida era “anti-wiki”, acabando com a noção de que todos podem editar à vontade. Ao final, Wales acabou se impondo e a página de usuários anônimos foi extinta. Outra medida decisiva foi a de “semiproteção” de textos, para além da já existente de proteção total para cercear vandalismos. “Semiproteção” é aplicada em páginas que sofrem vandalismo sério e, na prática, não é solução apropriada para disputas editoriais, já que pode bloquear alguns editores e não outros, ou os editores errados.

Entre os maiores escândalos da Wikipédia está o caso *Esjay*. Em fevereiro de 2005 entra em cena um usuário, *Esjay*, alegando doutorado em direito canônico e vida acadêmica de primeira linha. Auxiliando muito principalmente em textos de conotação religiosa, angariou logo grande respeitabilidade, galgando cargos até tornar-se um *bureaucrat* (direito de promover outros administradores) e *checkuser* (direito de checar os usuários). Fazia parte de ínfima elite superior. Descobriu-se, então, ser falsa a informação: não tinha doutorado, nem era professor universitário. Alegou como defesa que isto lhe servia como pseudônimo, o que foi aceito por Wales, que, ademais, o elevou ao ArbCom. Sanger reclamou com veemência, por não se tratar de pseudônimo, mas de fraude! Ao final, acabou afastado e se desculpou, abalando, outra vez, o princípio da presunção de boa fé.

Conhecimento é também uma “arma”! Não fere fisicamente, mas perfura a alma. Quem sabe pensar nem sempre aprecia que outros também saibam

fazê-lo. Quem sabe pensar pode usar esta dinâmica para tudo, menos para o bem. Quando se concentram pessoas que sabem pensar e a comunidade se institucionaliza, os campos de força aparecem por vezes com veemência, de dentro e de fora. De dentro, nas hierarquias que vão se formando e impondo, frequentemente sequestrando a energia para atividades meio, mais que para atividades fim. Como sempre, um pequeno grupo comanda, enquanto uma multidão trabalha dedicadamente e na boa fé de que está servindo à humanidade. Embora conhecimento tenda a ser coisa de gente experta, há aí também os espertos. De fora, despertando o despeito de outras instituições que se sentem ameaçadas, já que sendo parte integrante do conhecimento a habilidade de inovar, todo processo de inovação provoca deslocamentos e mesmo extinções. Em tão pouco tempo, a Wikipédia já era uma instituição fantástica, admirada e temida. Uma de suas marcas mais típicas era arregimentar multidões em prol de uma enciclopédia livre, na confiança do efeito-piranha, ainda que muitos vejam isso como duvidoso, no mínimo. Uma de suas ambiguidades mais típicas era combinar um discurso de autonomia e liberdade e um ambiente anárquico com alinhamentos hierárquicos cada vez mais rígidos.

5.6 O fenômeno Wikipédia

Tornando-se fenômeno estrondoso, a Wikipédia também virou motivo de comédia na mídia, como no caso do programa de Colbert, satirizando o novo termo *wikialidade* (*wikiality*). “Todo usuário pode mudar qualquer entrada e se suficientes outros usuários concordam com ele, torna-se verdadeiro...” (LIH, 2009, p. 202). Colbert sugeriu, na chacota, criar uma entrada no item sobre elefante, dizendo que o número de elefantes teria triplicado nos últimos seis meses. “Juntos podemos criar uma realidade sobre a qual temos acordo – a realidade com a qual precisamente concordamos” (Ib.). O programa de Colbert vai ao ar às 23h 30; às 23h 39 a entrada sugerida já estava inserida. No entanto, às 23h 40 já tinha sido revertida e o texto bloqueado. Colbert diverte-se com isso e periodicamente fomenta este tipo de vandalismo. Mesmo sendo motivo de comédia, Wikipédia atingia, com isso, notoriedade sem precedentes.

Outras instituições, no entanto, buscam aprender da Wikipédia, por vezes de modo surpreendente, desde o experimento *Encarta* da Microsoft, até à malograda tentativa do *Los Angeles Times* de instituir um *wikitorial* (editorial wiki), voltado para o tema *War and consequences* (guerra e consequências – sobre a guerra no Iraque). Talvez este tema fosse excessivamente provocativo. A experiência foi logo extinta, por conta de uma fúria de material inapropriado, chegando-se à conclusão de que “existe fé demasiada no mito mágico” da Wikipédia (LIH, 2009, p. 206). Um dos fatos mais alvissareiros foi um estudo da revista *Nature*, conceituadíssima em ciências naturais, que propôs uma comparação de textos em ciência com a *Britannica*, concluindo que a Wikipédia “*chega perto*” em termos de qualidade. Os avaliadores encontraram em média quatro erros em cada artigo da Wikipédia, contra três da *Britannica*. Este resultado teve gosto de “vingança”, provocando reação dura da *Britannica*, ao contestar o método de avaliação e o procedimento como um todo da *Nature*. Leve-se porém, em conta, que *Nature* avaliou textos de ciências naturais, ou seja, textos tendencialmente produzidos por expertos.

Todavia, a *Britannica* passa a flertar com a Wikipédia, introduzindo um programa colaborativo aberto, *WebShare*, desde abril de 2008: um programa especial para publicadores na Web, incluindo blogueiros, *webmasters*, e todo mundo que escreve na internet. Embora se tenha convidado os usuários a se tornarem “criadores de conteúdos”, a *Britannica* continua apostando na *expertise*. Este gesto relembra Sanger com sua proposta da *Digital Universe Encyclopedia* e a *Encyclopedia of Earth*, ambas definidas como “produto de conhecimento”, indicando com isso sua reverência ante a qualidade acadêmica. Na prática, porém, tais iniciativas andam devagar (*slow motion*) (Lih, 2009, p.211), porque destituídas do charme da *crowdsourcing* da Wikipédia. Começando em 2001, ela chegou rapidamente a lugares no topo do Google. As pessoas visitam-na assiduamente, considerando-a útil, mesmo que sua qualidade não se tenha certificado de modo sistemático. Ultrapassou todas as outras enciclopédias, em temas e colaboradores, também em capacidade incrível de atualização e, em certos casos, em tratamento mais aprofundado. No entanto, Lih reconhece

que um problema não se resolveu até hoje: *coerência* (2009, p. 213). Faltam consistência e congruência no mar de artigos, sendo isso possivelmente sua maior fraqueza. Por exemplo, os textos sobre Britney Spears, Madonna, Star Wars, ficção científica, ciência da computação são detalhados, bem pesquisados e de qualidade elevada, correspondendo ao perfil dominante dos editores. Ao contrário, olhando textos sobre, por exemplo, história africana, asiática, do Oriente Médio, mostram-se incipientes. Estranha que Sócrates seja menos bem trabalhado que celebridades atuais, só porque não faz parte das paixões dos editores.

Tenta-se superar esta precariedade convocando mais editores e dando atenção especial a artigos negligenciados, ou mesmo pagando eventualmente a articulistas, mas sem maior êxito. Não se vê, assim, muita chance de mudar tal situação, até porque, talvez, ela faça parte da estrutura e do charme da Wikipédia. Tornando-se fenômeno de proporções gigantescas, sofre pressões de todos os lados, a par de seu aproveitamento comprovado. A Wikipédia produz conhecimento mesclando expertos e não expertos, com predomínio amplo dos últimos. Sua dinâmica mais intensa é atingida pelo *crowdsourcing*, por mais que possa ser ambígua em termos acadêmicos. Talvez por isso fosse o caso não pretender rivalizar com a academia, mas apresentar uma alternativa.

Continua problema agudo o financiamento e administração do projeto, não podendo mais prosseguir como mero voluntariado. Desde 2008, migrou para San Francisco e tem um diretor executivo. Foi proposto um orçamento de 4,6 milhões de dólares, mas não se vê perspectiva de amealhar tal quantia. Retorna o tema do autofinanciamento através de propaganda ou outras iniciativas. Lih oferece o contraexemplo da *Mozilla Foundation*, que, mantendo acesso gratuito, mas abrindo espaço para o *advertising*, chega a arrecadar 70 milhões de dólares. Atrapalha muito a expectativa o cisma espanhol, mantendo esta chance por enquanto interdita.

A euforia inicial está se esvaindo, naturalmente. O ritmo produtivo vem arrefecendo. Tanto a versão inglesa quanto a alemã entraram em passo mais lento, também porque o acervo detém textos de qualidade já estabilizada.

Cresce a tendência de preservar textos considerados “definitivos”, algo, em si, completamente avesso ao espírito do *hacker* e da wiki (LIH, 2009, p. 227). Esta tendência se avoluma à sombra dos programas de proteção, semiproteção e de revisões “bandeiradas”, abrindo espaço para a *expertise* sofisticada. Trata-se de uma encruzilhada para a Wikipédia: aproximar-se das enciclopédias comuns, e talvez ser engolida por elas, ou manter seu espaço conquistado de modo surpreendente e efetivo em tão pouco tempo, oferecendo outra “epistemologia do conhecimento”.

6 NOVAS EPISTEMOLOGIAS VIRTUAIS

A Wikipédia conclama a sociedade para produzir conhecimento. Nunca se viu isto antes, porque produzir conhecimento sempre foi atividade reservada, preservada, censurada (SHATTUCK, 1996; RESCHER, 1987), tendo como patrulheiros os especialistas e as entidades que os abrigavam. Antigamente, este papel era do “escriba”, figura que facilmente se encontrava ao lado dos reis e autoridades máximas, e lhes garantia o manejo da inteligência e do conhecimento; em especial sabiam ler, escrever e contar. Por esta via, açambarcavam uma fatia do poder real, à medida que sua majestade, não sabendo ler, escrever e contar, tinha que confiar nas leituras e nas contas de seus escribas. Não é diferente do “pajé”, aquela personagem que tem contato direto com as divindades e fala em nome delas para a tribo, inclusive o cacique. Para aumentar a veneração e distância, gosta de criar uma linguagem própria que só ele e os deuses entendem, o que os torna também donos das divindades e, em parte, do líder tribal. Relembrando o relato do Gênesis, sobre o “pecado do conhecimento”, a mensagem era similar: quem sabe pensar está acima dos outros e pode até mesmo rebelar-se contra seu criador. Conhecimento seria, em si, uma centelha divina que perdura na mente humana, mesmo depois do pecado. Os “representantes de Deus” foram, no modernismo, substituídos por representantes do conhecimento, tendo como pastores maiores os doutores, e como igreja central, a universidade (COLLINS, 1998; DEMO, 2004).

Conhecimento é energia tão fundamental e disruptiva que a sociedade se preocupa também em domesticá-la, já que se teme a quem sabe pensar, porque saber pensar não é só questão de inteligência, é também de poder. Não se teme a um pobre com fome, que facilmente se acomoda ao receber comida. Teme-se a um pobre que sabe pensar, porque questiona o sistema que o faz pobre. Este “contrapoder” aparece na história humana em iniciativas de excluídos que conseguem confrontar-se com seus opressores (FREIRE, 2006), passo indispensável para não esperar a libertação do próprio opressor (DEMO, 2007). A emancipação exige a habilidade de se confrontar, no sentido de saber questionar a condição dada, tomar o destino nas próprias mãos e virar a história: a energia vital desta virada é saber pensar (DEMO, 2009).

Faz parte do saber pensar fazê-lo em liberdade: a mente livre é sua casa. Por isso, “liberdade acadêmica” sempre foi fundamento intocável da educação e da universidade e dos “intelectuais” em geral. Nisto igualmente são temidos, porque daí provém o questionamento do *status quo*, ainda que este questionamento possa ser apenas “intelectual” (DEMO, 1982; 1988). A mente humana tem, entre suas capacidades, a de nunca estar satisfeita, porque saber pensar implica igualmente saber ir além do que está dado e especular, imaginar, fantasiar o que poderia ser (utopia) (DEMO, 1973). Daí emergem as tecnologias, signo maior de um ser que não se basta, até pôr-se o próprio desafio de mudar sua condição biológica (engenharia biológica). Como reza a Bíblia, quer ser deus, como aparece frequentemente na ficção científica: a capacidade de manipular o mundo e suas leis para se poder fazer o que bem se entende.

Esta rebeldia, entretanto, tem seu lado sombrio. Primeiro, como se alega em sociologia, o revolucionário de hoje será o reacionário de amanhã, desde que chegue ao poder. Já cansamos de ver isso na história (HOLLOWAY, 2003). Quem sabe pensar, nem sempre aprecia que outros também o saibam. Segundo, questionar dificilmente vem acompanhado de autoquestionar-se. A hipocrisia corrói as entranhas do saber pensar, tornando-o autodefesa e artimanha. Bastaria observar os procedimentos de antigos escribas e pajés, e do abuso do saber especializado hoje. O sistema

educacional, em grande parte, abriga a artimanha do domínio dos intelectos (DEMO, 2004b), por meio de procedimentos disciplinares, acerbamente criticados por Foucault (2007).

Por ser autorreferente e não permitir acesso externo direto, a mente humana facilmente se apresenta como habilidade dúbia: o que está na cabeça do outro se pode, no máximo, induzir, não saber. Ao mesmo tempo em que somos capazes de produzir conhecimento de qualidade e também compartilhá-lo com os outros, podemos, não menos, apropriar-nos desta produção, ou deturpá-la, manipulá-la em proveito próprio. Segundas intenções frequentemente são as primeiras. A mente humana não é equipamento que procede de maneira neutra, objetiva, porque não se porta como expectadora, recipiente, absorvedora, mas como dinamicamente participativa daquilo que recebe. Entender a realidade não é dela fazer cópia, representação direta, mas reconstruir imagem sob risco próprio. Como sugere a autopoiese, torna-se quase impossível distinguir entre realidade e alucinação (MATURANA, 2001), pois o critério de distinção poderia estar alucinado. Do que está na mente a única instância é ela própria, ainda que, vivendo em sociedade, surja sempre a possibilidade natural de coordenação dos pensamentos alheios, resultando disso percepções socializadas do que é realidade. Na prática, não vemos as coisas como são, mas como somos (DEMO, 2009d).

A capacidade intelectual é, então, uma dinâmica manipuladora da realidade, ao trabalhar com percepções construídas de maneira autorreferente. No entanto, esta manipulação possui igualmente seu lado não acessível à própria mente, já que ela, no processo evolucionário e cultural, não se inventa. Não inventamos, por exemplo, a linguagem, a recebemos no contexto de uma cultura dada e da qual somos parte e usuários. O intelecto não inventa o que quer, mas aquilo que é viável evolucionária e culturalmente. Isto não desfaz sua capacidade criativa, mas o circunstancia em dinâmicas relativas, como expressa Barthes com sua tese da “morte do autor” (1968). A visão socrática do conhecimento pode ser corretivo pertinente: quem sabe pensar tem consciência de que não sabe tudo; necessita, previamente, questionar o saber pensar. Isto não resolve a questão, como se a consciência pudesse “saber-se”

por inteiro, mas permite avançar com cautela e coordenar-se melhor com outros modos de saber pensar.

A face mais interessante deste imbróglio é a “arte de interpretar” (FOUCAULT, 2004; GADAMER, 1997), reverberando o lado sempre original da mente: embora nenhuma seja evolucionária e culturalmente original, o é em sua individualidade e subjetividade, não havendo, jamais, duas interpretações iguais, mesmo quando se trata do mesmo sujeito. Por exemplo, se perdemos um texto digitado no computador e temos, depois, de refazê-lo, não há a menor chance de que possamos repor a mesma versão original. Será outro texto, por mais similar que pareça. A mente humana é de tal modo plástica, jeitosa, criativa que produz música, poesia, piada, arte, e também ciência e matemática.

A evolução da Wikipédia ilustra, com cores muito vivas, uma proposta de produção de conhecimento mais visivelmente conturbada e criativa, em parte retomando um desiderato antigo da enciclopédia (reunir todo o conhecimento humano disponível), em parte refundando a epistemologia, tornada a agora de acesso generalizado. Neste capítulo, proponho-me discutir essas “novas epistemologias digitais”, para sopesarmos novidades e inovações, ao lado de recorrências antiquadas.

6.1 Utopias e utopismos

Dispensando teorizações mais complexas, entendo por utopia a criação constante na história humana de mundos alternativos que, embora irrealizáveis (são idealizações), fazem parte da realidade em sentido negativo: representam a fonte permanente do questionamento do que aí está. Por exemplo, aquela cidadania perfeita, na qual todos se organizam e participam, e controlam eximamente os mandantes, não existe na prática, mas dela retiramos a força para continuar lutando por cidadanias mais qualitativas. Entendo por utopismo a pretensão descabida, quase sempre ditatorial, de implantar utopias na prática, como, pretender tratar a todos de modo perfeitamente igual. O resultado ditatorial é que, desconhecendo as diferenças, trata-se de

forma semelhante gente diferente, redundando em injustiças ainda maiores. Faz parte do utopismo também considerar situações históricas como ideais, obscurecendo sua relatividade e incompletude, servindo como exemplo recorrente a expectativa vastamente proclamada nos Estados Unidos de melhor democracia do mundo (FRIEDMAN, 2005).

A Wikipédia guarda uma utopia notável, maravilhosa, sensacional e que galvaniza milhões de contribuintes, mas vira utopismo, quando se apresenta como modelo cabal de enciclopédia ou ignora suas ambiguidades na construção e institucionalização do projeto. Longe de uma comunidade apenas orientada pela cooperação de boa fé, ela oferece o espetáculo dantesco de vandalismo insistente e de disputas dramáticas por poder, mostrando que rivalidades a constituem também. O abate da autoridade é *slogan* retórico e serve apenas para encobrir entendimento conveniente (farsante) do exercício do poder. Se Foucault estivesse vivo, iria divertir-se às gargalhadas com tais ambiguidades, por mais que se possa criticá-lo de obsessão demasiada pelo tema e principalmente pela pretensão de monopólio do espírito crítico (O'NEIL, 2009; p.72-73; SPARIOSU, 2005; 2006). De certo modo, o fez Bourdieu (1999), com sua percepção aguçada da dominação em sociedade e suas artimanhas.

De fato, ainda que não seja o caso transformar poder em obsessão analítica, como ocorreria em sociologia (DEMO, 1973; 1988), não se escapa de reconhecer que é tema sufocante. Se não gostamos do tom de certa “defesa” da autoridade legítima em Weber (1978), porque nos atrai o canto da sereia da uma comunidade sem autoridade, uma percepção (mais) realista do processo de socialização (DEMO, 2002a) sugere que poder faz parte da “estrutura” social, pelo menos no sentido de que não conhecemos sociedade sem esta dinâmica. No que tenho chamado de “dialética histórico-estrutural” (DEMO, 1995), tento, pisando em ovos, compor esta ambiguidade angustiante para a análise sociológica: de um lado, sociedade é dinâmica histórica, tanto por ser parte da natureza sempre em vir-a-ser, como por ser parte de fenômenos históricos, todos marcados pela passagem, provisoriedade, incompletude. Isto permite asseverar que poder é sempre uma dinâmica natural e histórica:

periclitante, temerosa e temerária, sujeita a mudanças constantes, nunca completa e definitiva. Todos os poderosos passam, mesmo que durem muito, também expressões multimilenares como o patriarcalismo. De outro lado, poder é parte da estrutura da sociedade, um dos componentes recorrentes de suas dinâmicas, um dos pilares em torno dos quais as dinâmicas se fazem e desfazem.

Teorias do caos estruturado (DEMO, 2002) sugerem que mesmo uma dinâmica caótica revela alguma estrutura: toda dinâmica apresenta recorrências que são mais bem estudadas pela ciência que, por conta do método, aprecia o que é invariante nas dinâmicas; acaba estudando o que não é dinâmico nas dinâmicas (MASSUMI, 2002). Na natureza e na história há modos de ser e modos de vir-a-ser, o que permite teorizar sobre regularidades ou recorrências, ainda que este ordenamento, como diz sarcasticamente Foucault (2000), seja produto mental. Tal percepção permite engolir que poder é uma das estruturas sociais com as quais sempre nos deparamos, sendo mais ajuizado partir dele do que prometer sua extinção, até porque analistas ou revolucionários que assim procedem (querem acabar com o poder) sempre morrem antes. Este reconhecimento é arriscado, porque facilmente pode desandar em promoção do poder, tomando-o como imutável, intocável. É preciso, então, segurar nas mãos das duas rédeas dialéticas – histórica e estrutural – para podermos cavalgar uma dinâmica complexa não linear de maneira mais aproximadamente realista. É o que tento fazer aqui, analisando a Wikipédia.

Embora compreensivelmente, os wikipedianoos facilmente se enrolam em discursos utopistas e salvacionistas, conduzidos por pretensões utópicas em si interessantes. É fenômeno de rara beleza a interatividade na internet, na qual todas as relações e clivagens parecem “aplanar-se” (FRIEDMAN, 2004), o que proporcionou chance incrível de construção de conhecimento a infinitas mãos. A participação de todos (desde que tenham computador e internet!) representa a “riqueza das redes” (BENKLER, 2006) e um estilo de sociedade “informativa” (CASTELLS, 1997) que pode abrir grandes avenidas para processos participativos legítimos e produtivos. A isto acresce a devoção da

geração net, marcadamente embasbacada com o mundo virtual que faz parte de sua vida, cada vez mais, sem volta (TAPSCOTT, 2009; WINOGRAD & HAIS, 2008), introduzindo em seu viver estilos alternativos de cooperação em grande dimensão.

A questão é não perder de vista a montanha de problemas que também arranjamos, seja porque a internet é também um “lixão”, seja porque é bem possível estar só na multidão virtual, seja porque, entre interações positivas, há outras destrutivas, balançando entre “tecnofílias” e “tecnofobias” (DEMO, 2009e). Como o mundo virtual é tramado por dinâmicas ambíguas e dialéticas, não cabe apenas apreciar ou apenas detestar, mas tomar como unidade de contrários. A Wikipédia declama, naturalmente, suas virtudes em nome de suas utopias, mas tende a ignorar seus impasses, contradições, tumultos, para fazer boa figura, por vezes em flagrante hipocrisia. Poder abriga tendências hipócritas incontidas, porque precisa aparentar – para os incautos – que só quer seu bem. Seus líderes carismáticos, ironicamente chamados de “ditadores benevolentes”, facilmente extrapolam todas as expectativas democráticas e comunitárias ao permanecerem no poder de maneira mais ou menos vitalícia e incontestada, provocando em seus liderados relações históricas. Este fenômeno facilmente recorrente já seria suficiente para indicar o quanto a prática está distante da teoria, já que se trata de comunidades por vezes muito produtivas, empenhadas e comprometidas numa obra comum, mas manietadas a alinhamentos inacreditavelmente rígidos³⁰.

Assim parece ser: quando se ignora o poder, faz-se apenas o que os poderosos querem. A natureza, no entanto, insinuaria que seria viável imaginar um estilo de autoridade libertadora, *à la* Paulo Freire (1997) e que faria parte da “pedagogia”: todo professor é autoridade, mesmo que não queira assim ser visto; todavia, a pode exercer de modo que fomente a formação da autonomia de seus alunos. A sociologia da educação é propensa

³⁰ Dois exemplos de “abuso do poder” de líderes carismáticos: No DailyKos, Kos, ao ser questionado em suas decisões, desferiu sem mais: “*First of all, no one speaks for Daily Kos other than me. Period*” (O’Neil, 2009, p. 116). Na Wikipédia, Wales, após bloquear um usuário problemático, foi bloqueado por ZScout370, que, prontamente recebeu de Wales um banimento de uma semana! Em 2008, destituiu um *sysop* (acusado de misoginia), sem reações da comunidade, por se tratar do líder carismático (Id.,158).

a ridicularizar tal expectativa (DEMO, 2004; BOURDIEU & PASSERON, 1975), em unísono com Foucault (2007), porque tende a ressaltar seu lado socializador, domesticador. No entanto, o que a sociologia empurra para um canto (reprodução), a natureza parece realocar em certo meio termo: todo ser vivo nasce em ambiente de dependência aguda, fatal, de seus procriadores, mas, convivendo com eles e com a realidade circundante, constrói oportunidades de autonomia e que eclodem, com o tempo, na urgência de vida própria. Assim, estaria inscrita na mente do ser vivo esta ambiguidade dialética: precisamos de autoridade que fomente a autonomia e precisamos de autonomia que se compatibilize com autoridade. Toda situação de dependência clama por autonomia; toda situação de autonomia implica dependência.

Ocorre que, por laivo sociológico, tendemos a estigmatizar o lado perverso da autoridade, também para reagir à visão weberiana entendida por muitos como um preito à autoridade (DEMO, 1973). Dialeticamente falando, poder é dinâmica dialética, ambígua, contraditória, na qual há dois lados sempre, mesmo que um deles experimente condição de submissão profunda. O lado de baixo não é descartável, secundário, mas integrante da unidade de contrários. Tanto é assim que é possível, dependendo das circunstâncias e do saber pensar dos dominados, mudar a situação: é sempre cabível o poderoso perder o poder. Esta abertura intrínseca de dinâmicas dialéticas, no entanto, precisa ser balanceada com a possibilidade não menos comum de o novo poderoso ser ainda mais virulento que o anterior. Toda crítica do poder postula poder!

Obra comum, mesmo voluntária, implica organização e hierarquia.

Esta condição parece clamorosamente típica da Wikipédia. Seus discursos libertários do *software* livre, da produção cooperativa, da interação desimpedida, do abate da autoridade acabam produzindo uma cortina de fumaça para encobrir o quanto contribui para justificar o mercado liberal, a reconstrução de alinhamentos autoritários internos, a solidificação de burocracias renitentes, a ideologia da liberdade cerceada. É impressionante como a Wikipédia em apenas oito anos de existência passou de uma comunidade onde todos podem editar sem peias, a outra repleta de regras e hierarquias, caminhando – assim

parece – rumo a textos cada vez mais protegidos, talvez já finais, ou seja, não mais abertos à edição por todos. A metáfora do “ditador benevolente”, ainda que honrada por exemplos edificantes, como o próprio Wales ou Torvalds, torna-se sarcasmo gritante perante as confusões crescentes e tumultuadas no interior dessas comunidades que, ademais da obra comum, lutam por ocupação de espaços, por vezes muito desonestamente. Para minha análise aqui, interessa comentar a **utopia do texto sempre aberto**, uma das mais atraentes e brilhantes da Wikipédia.

Considero esta visão uma das mais fascinantes da Wikipédia, porque apanha em cheio a dinâmica disruptiva do conhecimento, que não é pacote, mera informação, coisa armazenada, mas gesto incessante de desconstrução e reconstrução. Apanha igualmente a energia infindável e profunda, suave e forte, da autoridade do argumento que, ao apresentar-se, constitui uma “força sem força”. É o tipo da autoridade não autoritária, porque sua autoridade é de mérito do argumento mais bem fundamentado, tão bem fundamentado que pode sempre ser reconstruído. Inicialmente pelo menos, a Wikipédia tinha esta visão de seus textos: em progresso infindável, sem formato final, aberto à reconstrução de todos, sem peias. Este estilo de “fundamento sem fundo” (Demo, 2008) elabora uma expectativa dialética da produção de conhecimento que contrasta ostensivamente com outras inseridas na Wikipédia de teor modernista e positivista, tal qual a noção de enciclopédia como guarda do conhecimento disponível, ou de neutralidade de sua produção pelos contribuintes, ou de verificabilidade dos conteúdos disponíveis, e assim por diante.

A noção de conhecimento como dinâmica desconstrutiva/reconstrutiva é traída aí em nome de um estilo estabilizado, congelado e definitivo que já se poderia “preservar”. Enquanto na promessa dialética “todos podem editar livremente” se promovem textos sempre abertos e que encontram nesta flexibilidade uma de suas qualidades mais marcantes, nos procedimentos metodológicos tal dinâmica acaba aprisionada por estruturas reativas. Uma coisa é entender enciclopédia como repositório do que já se fez – por isso, não cabe pesquisa original, mas *compilar* o que está disponível –, outra coisa é entendê-la como referência de incessante reconstrução do conhecimento,

na qual o repositório disponível é infinitamente recriado. Esta talvez tenha sido a maior novidade e invenção. Mesmo que não caiba pesquisa original, por alguma razão que não alcanço perceber, todos os escritos são expressão viva de processos interpretativos, reinterpretativos, contrainterpretativos, tal qual o *remix* da internet (WEINBERGER, 2007; LATTERELL, 2006). A Wikipédia seria uma fábrica em funcionamento 24 horas por dia, 365 dias por ano, não um mausoléu. Quando menos, isto desvela outra marca brilhante: os textos seriam atualizados naturalmente na própria dinâmica de sua reconstrução sem fim.

Mas há ainda outra maravilha aí: se todos as matérias estão sempre abertas à reconstrução coletiva, o texto que mais chance teria de merecer a atenção seria aquele mais bem argumentado, sem que daí decorresse qualquer formatação definitiva. Seria apenas menos provisório, porque deteria melhor fundamentação. Considero esta face uma propriedade pedagógica inestimável, porque, como diria Habermas, na esfera pública democrática e eticamente estruturada, vale a “força sem força do melhor argumento”. Como não cabe o argumento de autoridade, nem qualquer imposição autoritária, ser ouvido só poderia ser questão de mérito de quem se faz ouvir, não gritando, vociferando, agredindo, ofendendo, mas *argumentando*. A obra que desfila pela passarela com maior consistência e permanência seria, naturalmente, aquela que merecesse este respeito da comunidade. Este tipo de texto particularmente qualitativo não reivindica nenhuma permanência estável, muito menos definitiva, mas a comunidade o muda dentro do mesmo contexto de profundidade e acuidade, porque a uma obra-prima cabe reconstrução como obra-prima também. Assim ocorre com teorias importantes: todas são incompletas, datadas e localizadas, mas algumas sobrevivem aos tempos, merecendo a atenção por conta de sua qualidade. São reconstruídas também, porque isto é do negócio, mas suas reconstruções precisam deter qualidade similar. Matérias irrelevantes atraem mudanças irrelevantes, ou permanecem estáveis porque não merecem atenção.

Com o tempo, porém, a Wikipédia foi cansando de tanta reconstrução de conteúdos, levada igualmente pelos azares do vandalismo, ao lado do concurso de amadores com pouca qualificação. A tentação do definitivo

retorna com força, em parte porque alguns textos podem ser tão bem feitos que poderiam permanecer assim por algum tempo, mas em parte por subordinação positivista a um estilo de produção que foge de ser discutida. À medida que a Wikipédia se aproxima do formato tradicional, inclina-se a repetir o mesmo modelo de conhecimento, perdendo sua dinâmica disruptiva. Chocam-se aí dois mundos acadêmicos: um mais moderno, movido pela expectativa do conhecimento formalista e estável, capaz de dar conta da realidade assim como ela é; outro pós-moderno, impulsionado pela dinâmica complexa não linear de elaborações sempre abertas, cuja validade é relativa, datada e localizada, mas em permanente reconstrução. A energia disruptiva da Wikipédia parece estar se cansando...

Não estou aqui procurando uma “solução” (unidade de contrários não é solúvel), mas uma acomodação dialética, possivelmente mais realista. De um lado, há que se respeitar a proposta utópica de crítica cerrada ao poder, mesmo do poder legítimo. Como sugere Boehm (1999) em sua análise de povos “primitivos” (da época nômade), “falar mal dos poderosos” é uma obrigação cívica, para evitar que o poder lhes suba à cabeça. O próprio poder legítimo, sem crítica cerrada debaixo para cima, tende a amealhar privilégios, porque a tentação é quase irresistível. De outro, estão dinâmicas de poder que, além de componentes naturais e legítimos, poderiam ser vistas como “pedagógicas”, porque envolvidas no processo de formação da autonomia. Poderíamos ver isso, com devida cautela, na liderança de Wales na Wikipédia: embora a noção de “ditador benevolente” já seja suficientemente sarcástica, sua presença possui faces muito positivas, responsáveis em parte pelo êxito da empreitada. Ainda assim, não posso deixar de reconhecer que “defender poder” é quase sempre um suicídio.

6.2 Neutralidade mais que engajada

A Wikipédia é uma enciclopédia e, como é da tradição enciclopédica, significa esforço de “compilação” do que existe. Tomado isto ao pé da letra, segue que seu conteúdo é típico “remix”, ou, reinterpretação das interpretações, discurso de discursos. Não caberia pesquisa original, a não

ser se fosse já algo compilado. Sendo livre a edição, pelo menos em certo sentido, as compilações admitem, naturalmente, níveis muito diferenciados de qualidade, predominando facilmente as mais banais ou em torno de temas banais. Dificilmente Sócrates receberia maior atenção do que Sílvio Santos. É um problema na Wikipédia, certamente. No entanto, pode-se discutir o que seria propriamente “compilar”, aparecendo aí dois extremos: textos banais e sofisticados. Mesmo fazendo uma compilação da biografia de Sílvio Santos, ela pode ser conduzida com grande acuidade, senso crítico, elaboração meticulosa, demonstrando autoria visível. Em contra partida, pode-se fazer uma compilação medíocre de Sócrates.

Em países avançados, esta questão é posta para os jornalistas com particular ênfase. Entre nós, um jornalista facilmente aborda qualquer assunto, porque tem uma formação qualquer. O resultado disso são entrevistas inomináveis, nas quais as perguntas, em vez de propor análises pertinentes do entrevistado, apenas revelam a futilidade do entrevistador. Quanto mais o assunto é complexo, no entanto, tanto mais surge o desafio de “especialização” do profissional, como é o caso notável dos jornalistas “científicos” (que trabalham ciências naturais, por exemplo), exigindo-se deles altas credenciais acadêmicas, como doutorado nessas áreas. Supõe-se que, para falar de ciência, é imprescindível conhecimento especializado, mesmo tratando-se de uma compilação para uma enciclopédia. É o que fazem as enciclopédias tradicionais, nas quais trabalham, como regra, apenas especialistas.

Por trás desta questão encontra-se uma discussão infernal em torno da “especialização” (*expertise*), em geral não apreciada pelos wikipedianos que fazem edições sem preocupar-se com o assunto. Há autores que não vêem problema nisso, porque apostam na *crowdsourcing* (amealhar conhecimento a partir da multidão), confiantes no fenômeno da emergência ou no efeito-piranha. No caso da emergência, alude-se ao processo natural de evolução, através do qual se elaboram níveis ulteriores e superiores, como o surgimento da vida (proveniente de níveis anteriores materiais, ou do pensamento, que “emerge” da massa cinzenta). Nesta dinâmica surgem chances de criatividade, não do nada, mas da reconstrução dos componentes dados. Um aspecto desta

emergência é a produção de ordem a partir do caos, como seria o exemplo do formigueiro: 50 formigas não dão um formigueiro, mas mil são capazes de compor um sistema complexo sem um centro de comando, no qual cada uma tem sua função complementar (JOHNSON, 2001; HOLLAND, 1998). A inteligência seria resultado deste processo emergente, por alguns visto também no universo como computador (GARDNER, 2007; WOLFRAM, 2002), do que seguiria, igualmente, que o computador, um dia, também viria a tornar-se inteligente (KURZWEIL, 2005). Alguns analisam a evolução natural como marcada intrinsecamente pela produção emergente da vida e da inteligência (WRIGHT, 2000; JENSEN, 1998; MOROWITZ, 2002).

Esta é discussão complexa demais para a tratarmos aqui. Interessa-me apenas delinear este tipo de expectativa que se tornou notório com o texto de Rheingold (2002) sobre *smart mobs* (multidões espertas), sugerindo que pessoas simples podem produzir textos inteligentes, desde que isto ocorra no contexto emergente da colaboração de todos. A academia mantém suas suspeitas, porque a tradição modernista da produção científica a prende ao especialista credenciado (doutorado ou coisa que o valha), de estilo disciplinar. O questionamento da disciplinaridade da ciência (DEMO, 2000) indica tratar-se de procedimento excessivamente reducionista, se tomarmos em conta que a realidade nunca é disciplinar. Seu tratamento dito científico o é, por apegar-se ao método analítico, que imagina entender a realidade recortando-a em partes subsequentes, até a um nível último, onde se abraçam a ontologia e a epistemologia (a realidade no fundo seria simples e sua explicação também). Não se trata de rejeitar o reducionismo por completo, já que se aceita ser toda teoria naturalmente reducionista, porque idealiza a realidade em um modelo simplificado (HAACK, 2003; GIÈRE, 1999; DEMO, 2000b). Rechaça-se o reducionismo sem autocrítica, aquele que pretende fazer coincidir o discurso científico com a realidade analisada sem mais.

Levando-se ainda em conta a querela em torno da interdisciplinaridade, em geral pouco produtiva, além de banal (DEMO, 2000), restou a impressão de que dispensar a especialização implica a banalização do conhecimento: conhecimento aprofundado é sempre especializado. Enquanto se repele a

disciplinarização do conhecimento, parece difícil escapar da especialização, por mais que esta tenda a constituir o “idiota especializado” (sabe tudo de nada). No outro lado, está o “especialista em generalidades” (sabe nada de tudo) e que, bem observado, não passa também de um “especialista”, como se vê claramente do “médico generalista” – não é aquele que, não sabendo medicina, faz qualquer coisa; muito ao contrário. Ademais, aceita-se, modestamente, que a interdisciplinaridade não pode ser obra de uma pessoa, mas de um grupo de especialistas (trabalho em equipe). Ao formar-se uma equipe interdisciplinar, nota-se imediatamente que a expectativa de cada membro é de que o outro tenha conhecimento especializado, não fazendo sentido cada um penetrar – como generalista – na seara do outro.

Esta discussão poderia sugerir que, não se podendo evitar a especialização (os problemas a serem analisados possuem marcas especiais, não apenas gerais), seria de bom alvitre compor as coisas, ou seja, sem prejudicar a verticalização do conhecimento, ampliar a horizontalização (mais leitura, discussão conjunta, diversificação de interesses, etc.). Como mostra, porém, Santos, com suas teses da multiculturalidade do conhecimento, da ciência como senso comum e das epistemologias alternativas (1995; 2004; 2009; SANTOS & MENESES, 2009), o conhecimento científico é um exemplar no mundo vasto dos conhecimentos possíveis, ainda que seja aquele amplamente dominante na cultura eurocêntrica. À luz desta visão, seria viável desenvolver a noção de conhecimentos rivais, não fincados apenas em *expertise*, mas produzidos colaborativamente, como pretende a Wikipédia. Este tipo de conhecimento não substitui o especializado; não faria sentido tentar, pois tem outro significado, mais próximo do que seria, por exemplo, uma “compilação”. Numa enciclopédia não “está” o conhecimento da humanidade, pois conhecimento “não está”, sendo dinâmica interminável de desconstrução/reconstrução. Encontra-se aí apenas a compilação dos processos estabilizados de produção de conhecimento, no fundo, já congelados como informação.

Poder-se-ia, no entanto, alimentar outra concepção de enciclopédia como dinâmica aberta de produção de conhecimento que subsiste em discussão

permanente, através de processos de edição interminável, sem estabilização à vista. O que mais se aproxima disso é a Wikipédia, ainda que sua configuração metodológica se oriente por outra visão (modernista). Restaria discutir ainda se “todos podem editar”, já que, se pesquisa original fosse aceita (deveria ser aceita, creio), a presença do pesquisador devidamente formado seria imprescindível, também para não surgir logo confrontos pouco edificantes entre pesquisadores “duros”, mais rigorosos, formalistas, matemáticos, e outros “moles”, das ciências humanas (SPARIOSU, 2006). O que “todos podem editar” seriam textos experimentais, iniciais, de pesquisadores menos preocupados com metodologia científica, do que com seu processo caótico de criatividade. De repente, isto ficaria muito bem numa Wikipédia.

De fato, um dos traços mais atraentes da Wikipédia é a desconstrução da academia como dona da verdade e do método científico. No surgimento da era moderna (por volta do século XVI) (BURKE, 2003; COLLINS, 1998), a descoberta mais incisiva foi a da *autoridade do argumento* – o discurso científico se mantém, não pendurado em autoridades (por exemplo, religiosas, tradicionais, políticas), mas por força de sua argumentação. Um dos confrontos marcantes foi entre os cientistas da época que defendiam o heliocentrismo, e as “autoridades” que, por razões teológicas sobretudo, defendiam o geocentrismo. O embate resolveu-se em favor do heliocentrismo, mesmo a contragosto do Papa. O argumento de autoridade estaria descartado, definitivamente (DEMO, 2005; 2008).

Todavia, como ciência é produzida em sociedade, não escapa das marcas sociais, como mostrou magistralmente Kuhn (1975), ao reconhecer que toda revolução científica acaba se acomodando em paradigmas que a tornam cada vez mais medíocre, por tornar-se reprodutiva. Retorna o argumento de autoridade, porque o mundo da ciência é composto de cientistas que manifestam os mesmos traços de volúpia pelo poder, sem falar que conhecimento é, intrinsecamente, poder (PORTOCARRERO, 1994). Os processos de produção de conhecimento, mesmo marcados pela liberdade de expressão naturalmente, estão eivados de interferências suspeitas de donos da verdade, até porque aí se acredita, à revelia da autoridade do

argumento, em verdades finais e estáveis, uma fantasia criada pelo método científico, pretensamente neutro/objetivo. Verdades “teológicas” foram substituídas por outras não menos teológicas (FEYERABEND, 1977).

Ignora-se, porém, não apenas o contexto social da produção científica, mas principalmente o contexto hermenêutico das epistemologias plurais (DEMO, 2009): a par dos procedimentos formais (em si neutros/objetivos, porque não há uma matemática ou lógica brasileira e outra chinesa), a mente humana, sendo autopoietica e autorreferente, não reproduz textos, mas os reconstrói do ponto de vista do observador participante (DEMO, 2002). Assim, se a matemática usada por Einstein é a mesma de todos, ele próprio não é. Sem ele, talvez não tivéssemos até hoje o teorema da relatividade, porque este teorema, a par de sua forma, é igualmente uma reconstrução genial. Gödel, de certa forma, abrangeu isso com seu teorema da incompletude (ALESSO & SMITH, 2009), mas na academia modernista, positivista, persiste o discurso como produto neutro/objetivo, também à revelia de Popper (DEMO, 1995).

A Wikipédia não pretende desconstruir os rigores formais ou a formalização como método. Satiriza a pretensão inatacável dos cientistas, em especial a venda fácil do argumento de autoridade como autoridade do argumento. Esta venda se consubstancia no apego à verdade dos fatos, esquecendo-se, como diria Popper, entre outros, que mesmo fatos só são fatos a partir de um processo de reconstrução mental e à luz de hipóteses rivais/complementares. É por isso que Hobsbawm (1995) fala de “breve século XX”, enquanto Arrighi (1996), de “longo século XX”! Certamente, o ambiente dos historiadores é bem diferente daquele das ciências naturais, mas também nestas as abordagens são conduzidas por aproximações hipotéticas eivadas de interpretação autorreferente. É por isso que a “teoria da evolução” (de Darwin) é tida por alguns como “comprovada” (escola de Dawkins) (1998), por outras como hipótese importante e a ser reconstruída (escola de Gould) (2002), e por outros ainda como improvável ou inaceitável (criacionistas).

Satirizar a academia não significa desprezar o que se tem feito, em especial as contribuições da tecnologia, entre elas do computador, engenharia

genética, física quântica, etc. Pretende-se apenas desfazer a empáfia dos donos da verdade que, vendendo-se como arautos da autoridade do argumento, maquinam o argumento de autoridade. Em termos epistemológicos, a autoridade do argumento só pode deter validade relativa, precisamente para não virar autoridade. Qualquer produto científico que não seja apenas formal detém esta marca natural e social. No mundo da ciência há infinitas gradações, desde as mais rebuscadas, até as mais triviais, assim como numa enciclopédia podem-se achar compilações primorosas e fúteis.

Deixando-se de lado os extremos, seria sempre cabível admitir formatos diferenciados de enciclopédias, desde as mais requintadas, feitas por especialistas consumados, até outras mais populares, feitas por “todos que querem editar”. Neste caso, as edições serão menos “especializadas”, mas não precisam, por isso, serem fúteis, como a Wikipédia, como um todo, está longe de ser fútil. Bastaria lembrar do estudo da *Nature*. A sátira cabe ainda mais a pretensos cientistas que se apresentam como tais, mas na prática não são autores importantes e competentes, como são os casos incontáveis de acadêmicos que, sem produção própria, dão aula a torto e a direito. A nova geração está cansada deste disparate, embora possa responder a um extremo com outro (TAPSCOTT, 2009, *A Vision...* 2009), desprezando apressadamente a *expertise*.

A hipótese de que uma multidão de amadores poderia produzir alta qualidade ainda é obscura (KEEN, 2007; BAUERLEIN, 2008), também porque a hipótese da emergência se aplicaria a processos evolucionários de bilhões de anos. Neste sentido, a crítica pode ser procedente: na Wikipédia há bem mais animação comunitária do que qualidade acadêmica. É lindo galvanizar tanta gente, mas isto não garante qualidade, muito menos substitui a *expertise*. O que a Wikipédia sugere é que, “todos podendo editar” (hoje isto tem validade bastante mais relativa, como vimos), é possível oferecer produtos respeitáveis, também porque no meio de “todos” há os especialistas que tendem a assumir os textos mais complexos. “Todos” podem compilar uma biografia de Silvio Santos, mas não sobre física quântica. Tomando-se uma dimensão mais popular da enciclopédia e que admitiria estilos mais

flexíveis de compilação, a Wikipédia tem-se demonstrado útil, produtiva e convincente, além de atualizada. Proibir seu uso para fins de estudo e pesquisa parece fundamentalismo tolo. O que cabe dizer sempre é que a Wikipédia não substitui outros formatos de enciclopédia.

Agir livremente implica respeitar regras de jogo!

As três regras metodológicas podem, a esta altura, ser questionados mais detidamente. *NPOV* (ponto de vista neutro) representa um preito ostensivo ao positivismo, em si compreensível nos Estados Unidos, a pátria maior da Wikipédia. Ainda que se conceda que não poderia existir neutralidade, usa-se este jargão para empurrar as discussões para algum consenso, em nome de alguma verdade, nunca definida mais de perto. Na prática, a proposta se deve ao temor da discórdia, esperando-se que, tendo boa vontade, todos irião se encontrar em algum lugar tranquilo. A contradição é flagrante e claramente sarcástica: em contrapartida, se todos podem editar, isto representaria naturalmente a diversidade de pontos de vista; de outro, espera-se que tudo isso se acalme num produto final de um só ponto de vista; no entanto, se todos podem editar sempre, não haveria obra final, mas em progresso incessante; nem se poderia imaginar que os conteúdos, oriundos de incontáveis pontos de vista, acabassem como peças sem ponto de vista.

Colidem aí dois desideratos irreconciliáveis: saber discutir e saber alinhar-se. Ora, quem sabe discutir, não se alinha; quem se alinha, não sabe discutir. A Wikipédia é a cara disso, quer queira ou não. Diria, de meu ponto de vista, que é das marcas mais saudáveis dela, partindo de outra visão. Se a ciência produz textos sempre discutíveis, formal e politicamente, eles podem deter grande qualidade de elaboração, precisamente porque permanecem abertos a elaborações ulteriores, não porque se chegaria a algum patamar “neutro”. O critério maior de cientificidade é a “discutibilidade” das produções em nome da autoridade do argumento. O exercício do aprimoramento das edições, desde que feito sob a égide da autoridade do argumento, é dinâmica de rara beleza pedagógica, porque não só fomenta a habilidade de produzir conhecimento, como

promove, ainda mais, um estilo de cidadania capaz de negociar consensos aprimorados, ainda que nunca finais (DEMO, 2008). NPOV aparece na cena como excrescência, um alinhamento a metodologias positivistas e que em nada funciona neste tipo de ambiente. É farsa cômoda.

Quanto à verificabilidade – *V* – a crítica é similar: os textos científicos não são propriamente verificáveis ao pé da letra, porque esta presunção supõe correspondência direta entre teoria e realidade, algo impraticável em nossa mente autorreferente e autopoietica. Podem, sim, ser retestados, controlados, cotejados, mormente reinterpretados, contrainterpretados. Tal percepção da verificabilidade esconde, ademais, a mediocridade gritante da compilação alinhada a fontes muitas vezes impróprias. O alinhamento a fontes facilmente atropela a pesquisa mais detida que questiona as fontes. Esta tática tem seu lado tranquilizador: impedir que as edições se façam à-toa. No entanto, pode-se imaginar coisa bem melhor, quando se mantêm os textos discutíveis por força da autoridade do argumento: até mesmo contribuição sem cotejo de fontes poderia ser aceita, desde que bem argumentada; alguém poderia elaborar uma bibliografia de Silvio Santos de próprio punho que, sendo melhor que todas as existentes, não ganharia nada em referenciá-las. Poderia parecer estranha esta obra sem citação – pode-se, claro, sempre citar, desde que não vire fetiche – mas sua qualidade depende, antes de tudo, da pesquisa acurada e espelhada em dados testáveis, além do esmero do texto elaborado. A referência fundamental aí seria a fontes adequadas, compulsadas para levantar a vida da personagem em questão.

NOR (sem pesquisa original), por sua vez, ainda que sirva para evitar “invencionices” de toda sorte, tende a ser restritiva desnecessariamente. Há certa desconfiança de que, podendo todos editar, as contribuições podem não ser brilhantes, em especial quando se alega pesquisa própria. Espera-se disso, porém, justa e contraditoriamente, o brilhantismo da Wikipédia. Ainda, ao castigar a “originalidade”, machuca-se a autoria, exasperando o lado medíocre da compilação. Daí segue uma enciclopédia eivada de textos dúbios, ao lado de outros muito bons, como é a Wikipédia (LIH, 2009). Ficaria melhor abrir a possibilidade de textos “originais”, desde que dinamizados pela autoridade

do argumento. Ademais, persistindo a repulsa aos expertos, corre-se o risco flagrante de fazer dos textos exercícios amadores, ou “discursos de discursos” indefinidamente. Este problema volta à questão da notabilidade, preferida à relevância: a comunidade que não se orienta pela autoridade do argumento facilmente adota temas fúteis, perdendo-se em diatribes pouco aproveitáveis. Compilação que se preza indica autoria, não plágio. Para dar um exemplo corriqueiro: em ambientes positivistas, “revisão de bibliografia” tende a ser gesto descritivo, cumulativo, reprodutivo, agregando pedaços de autores disparatados; em outros ambientes, pode ser iniciativa compromissadamente reconstrutiva, dentro do desafio de ler autores para se tornar autor, ou “contraler” (DEMO, 1994; 2008a).

A Wikipédia descobriu logo, como afirma Sanger (LIH, 2009), que o concurso dos contribuintes será bem mais importante que regras metodológicas. De certa forma, instigou a produção incipiente, apostando em que os outros editores, entrando em cena, acabariam transformando esta elaboração primária em texto respeitável. Confia-se aí, em excesso, na participação como tal, supondo igualmente a boa fé de todos. A experiência malograda do *Los Angeles Times* (*wikitorial* sobre a guerra no Iraque) foi marcante no sentido de mostrar que não se pode crer tanto assim na “mágica” da Wikipédia. Não se critica este gesto de boa vontade, porque pior seria imaginar, previamente, que todos são malandros, mal-intencionados, até prova em contrário. É muito interessante a expectativa de um ambiente caótico, marcado pela liberdade de expressão, repleto de vozes diferenciadas, representando nisto também a biodiversidade. O problema é que se escondem as contradições deste tipo de dinâmica: de um lado, instiga-se que todos participem; de outro, desconfia-se que, onde todos participam, o resultado pode ser frívolo; para evitar isso usam-se dois discursos incompatíveis: participar à vontade, mas respeitando regras cada vez mais rígidas. Parece salutar a preocupação em manter os procedimentos como instrumentais, valorizando-se o conteúdo criativo. Mas a história da Wikipédia indica que os procedimentos estão se tornando a própria finalidade maior, a ponto de sabotar um dos pontos de partida mais iluminados: os textos são sempre abertos. Buscam-se mentes indomáveis, desde que aceitem ser domadas no processo.

Entendo que as três linhas metodológicas, ainda que detenham noções práticas, são um cardápio indigesto, formulado em ambientes pouco iluminados metodologicamente e muito alinhados ao positivismo dominante. O que incomoda é que tudo isso se arma para manter o princípio de que “todos podem editar”, uma contradição vagabunda. Tanto se busca um estilo candente de produção de conhecimento, sempre aberto e atualizado, quanto, impõem-se regras que extirpam este fogo. O que a Wikipédia significa, em tom maior, é um campo de forças marcado por interpretações rivais e nisto criativas. A cooperação é dinamizada também pela rivalidade, porque, na natureza e na sociedade, são processos dialéticos na unidade de contrários. Incomoda na Wikipédia que este ambiente facilmente desanda em vandalismo, agressão, destruição, esquecendo-se do compromisso com a obra básica: uma enciclopédia feita a mil mãos. Neste sentido, em vez de pregar alinhamentos metodológicos que apenas reforçam as rivalidades, seria mais recomendável estudar modos de convivência rival e, ainda assim, éticas. Isto aponta naturalmente para a força sem força da autoridade do argumento (DEMO, 2005a).

6.3 Futuros da autoria

A Wikipédia mostra, apesar de sua história tão curta e também estrondosa, que a autoria já não é propriedade restrita a algumas cabeças privilegiadas. Na prática, é acessível a todos, mesmo na maior simplicidade, porque qualquer pessoa comum também é “autora” de sua vida. Quanto mais a autoria se fecha em certos intelectos, mais se torna argumento de autoridade, maculando seu berço embalado pela liberdade de expressão. Nesta rota, um dos serviços mais importantes da Wikipédia é a popularização do “espírito científico”, considerado uma das habilidades do século XXI. Saber lidar com método científico torna-se desafio geral, como parte da formação geral das pessoas. O argumento mais à vista é sempre o do mercado: para poder competir melhor. Mas, do ponto de vista da educação, o argumento crucial é formativo, divisando aí não só a questão do conhecimento, mas principalmente da cidadania. A esfera pública não pode ser ocupada apenas pelo especialista que sabe técnicas sofisticadas da argumentação, mas pela coletividade (“todos

podem editar”). Com razão, Fraser (1992) questionou a concepção de esfera pública da Habermas, excessivamente eurocêntrica e patriarcal, refletindo, em parte, a democracia elitista e restrita grega (CALHOUN, 1993).

O’Neil (2009) apontou para a predominância ainda masculina nos ambientes virtuais, em especial nos mais requintados, ainda que tal prevalência esteja mudando rapidamente. Neste sentido, “forças arcaicas” continuam jogando pesado, sem falar nos intermináveis vícios das democracias atuais e por isso colocadas em xeque pela geração net (TAPSCOTT, 2009. WINOGRAD & HAYS, 2008). Há um caminho extenso a ser andado até podermos equilibrar a “igualdade de oportunidades”. No entanto, parece claro que a Wikipédia tem sido um farol nesta escuridão. Continua sendo um fato que muitas mulheres têm sua autoria atrelada ao homem, à sombra dele, ou gravitando em torno dele. O machismo na internet é público e notório, a começar pela pornografia. No mundo dos *hackers* a presença feminina ainda é peregrina, bem como na alta ciência. Mas isto pode mudar e deverá altera-se (PLANT, 1999). A ideia, então, de que “todos podem editar” serve de alento à participação indiscriminada, por mais que regras crescentes restrinjam as liberdades. Em última instância, as mulheres poderiam construir sua própria proposta, uma enciclopédia voltada para seu projeto sociedade e desenvolvimento e dotada de ambientes mais libertários, ainda que não dicotômica.

Ao fundo, porém, o mais importante é a percepção cada vez mais generalizada de que a energia rebelde, disruptiva, indomável do conhecimento questionador precisa tornar-se patrimônio público, o que demandaria, por sua vez, outro formato de enciclopédia: não um repositório compilado do que existe, mas uma fornalha incandescente — e talvez ensandecida, — de produção de conhecimento de utilidade geral. Não se poderia perder esta tradição virtual, embora presa a *expertises* raras/carismáticas: conhecimento é tão importante para a sociedade, que não poderia ser apropriado, também porque, não sendo nenhuma mente original, o que ela cria provém do que outros produziram e vão reconstruir. Ideias são tipicamente bem comum: não devem ser vendidas,

nem compradas. Nem em termos pessoais a mente é propriedade, porque somos, em algum sentido, apenas usuários dela. Esta utopia vale a pena. Não deveria jamais ser sufocada em nome do mercado.

É claro que, tornando-se o conhecimento científico de alcance popular, as epistemologias mudam, por vezes, dramaticamente. A tendência será a construção de textos mais “populares”, de compreensão mais acessível, mais curtos (também para caberem na tela), multimodais (modulando argumentos visuais, acústicos, plásticos, movimentados), sugerindo que conhecimento que só alguns entendem não tem maior significado para a sociedade. É preciso sempre ver o que se otém e o que se perde. Ganha-se em acesso popular, uma dimensão inestimável. Perde-se verticalização, também fundamental. Daí segue que não deveríamos ver aí rivalidades apenas, mas igualmente modos alternativos de cooperação. O conhecimento tradicional, também o positivista, guarda seu lugar, porque demonstrou efetividade imponente. Mas deveria permitir ou promover alternativas de conhecimento, tanto como complemento, quanto como questionamento. É de capital relevância o surgimento de conhecimentos rivais, não só porque, na verdade, sempre existiram, mas principalmente porque o espaço do conhecimento não pode ser ocupado por grupos seletos e que, ao final, representam SANTOS, 2004).

Pode-se, então, apreciar na Wikipédia também seus efeitos pedagógicos em termos de autoria. Quando editores simplórios se metem a editar, pode ocorrer um desastre, naturalmente, mas também um exercício de elaboração com marca formativa, à medida que tomam contato com o espírito científico e, ao lado do método, praticam um tipo de cidadania que sabe argumentar. Este efeito é impagável: aprender a preferir a autoridade do argumento; perceber sua força sem força; apreciar consensos tão bem feitos que podem sempre ser refeitos; fundamentar de tal modo que o texto permaneça discutível, formal e politicamente. Acresce a isto certo tom lúdico: a turma se diverte, enquanto trabalha, e, ao final, aprecia o resultado – uma enciclopédia sem maiores credenciais, mas interessante, útil, criativa e sempre atualizada. Um resultado primoroso é aprender a “pesquisar” e a “elaborar” (DEMO, 1996), num ambiente que empurra as pessoas a preferirem a autoridade do

argumento. Neste sentido, pode-se ver aí uma chance imperdível de aprender bem (DEMO, 2009b; 2008a), num espaço interativo, crítico e criativo.

Uma ideia só é “crítica”, se for plural. Se não, será ideia fixa, dogma.

Em seu tom pós-moderno, a Wikipédia consagra a noção preciosa de que uma ideia só pode ser “crítica”, se for plural. Ideia única, sendo “ideia fixa”, não passa de argumento de autoridade. É recado crucial para “críticos” sem autocrítica, quando a crítica se torna senha de um povo eleito que se imagina ter o direito de massacrar teorias e práticas rivais. Olhando, por exemplo, a Escola de Frankfurt, o que mais chama a atenção não é uma proposta alinhada e unitária de “teoria crítica”, mas sua imponente diversidade (DARDER *et alii*, 2009; GIROUX, 2009; FREITAG, 1986). A escola era preenchida de mentes brilhantes e indomáveis que promoviam um “projeto comum” tecido de maneira plural. O lado mais fecundo da teoria crítica é sua verve maiêutica da autocrítica, uma virtude em geral ausente em nossas propostas críticas, porque, ao pretenderem superar donos da verdade, instauram-se ainda mais como donos dela.

Teoria única, absolutamente válida, é um petardo religioso, um dogma sujo, uma tramoia violenta, por mais que tenha como objetivo abrir as cabeças. Ignora, porém, como a Wikipédia atual o faz, que visões não se alagam impondo alinhamentos, censurando a rebeldia alheia, monopolizando a palavra. O tecido infinito de vozes díspares, rivais e complementares, é o texto pós-moderno, no bom sentido, certamente muito mais difícil de “gerir”. É sempre mais fácil gerenciar mente dócil, mesmo que se diga “crítica”. A Wikipédia possui esta graça: retorna à biodiversidade da natureza, plural, esparramada, dinâmica, ambígua. Nenhum produto final sai daí, porque toda obra é interrupção e continuação, original e surrada. “Todos podem editar” poderia ser traduzido como “todos podem sempre aprender”, sem nunca chegar a um ponto final (GROSSI, 2004; DEMO, 2009b). Esta utopia aponta para um estilo de “qualidade humana” em processo infindável de formação aberta, crítica e autocrítica, rival e solidária (DEMO, 2009f).

Tudo isso, entretanto, não encobre o tumulto desta esfera pública, porque nela não se brandem só argumentos, mas sacanagens de toda sorte. A Wikipédia tem equacionado este desafio razoavelmente, mas encontra questões complicadas e cansativas, azedadas também por seus critérios metodológicos positivistas. O problema é que a Wikipédia ainda não consegue apreciar uma “boa discussão”, preferindo textos “neutros”. De um lado, faz parte da tradição enciclopédica: não se dedica a discutir, mas a compilar. De outro, perde-se oportunidade ímpar de iluminar este tipo de esfera pública dedicada à boa argumentação e que sempre é um discurso “discutível”. Os mentores da Wikipédia, por ranço positivista, não conseguem valorizar esta dimensão. Como é reprimida, a resposta é a contrarrepressão, travestida de vandalismo e atitudes similares agressivas, destrutivas. Possivelmente seria o caso conceber outros formatos de enciclopédia, para abranger o que a Wikipédia é: um fórum de discussão aberta sobre produções vigentes de conhecimento, não um sarcófago de textos em decomposição. Em geral, os temas mais caros, sensíveis, tocantes são “controversos”, porque somos, em pessoa, uma controvérsia ambulante. O desafio seria armar ambientes onde a controvérsia pudesse ser relativamente bem comportada e construtiva, podendo-se regular a si mesma em seus riscos de agressão e dissolução. Não há solução para tais riscos, mas poderiam ser “geridos” num sentido democrático aproximado. No fundo, a Wikipédia caminha para um texto “estabilizado”, porque considera texto adequado aquele que já não é discutido. Na prática, o ideal seria o contrário: texto pertinente é o que suscita discussão. A beleza maior de um texto está em sua abertura promovida pela autoridade do argumento.

A Wikipédia teme que este tipo de discussão aberta leve a lugar nenhum – discussão interminável. Pode ocorrer – discutir por discutir; criticar tudo sem colocar nada no lugar. Seria de se indagar, entretanto, se textos estáveis conduzem a um ponto melhor. Levariam ao mesmo lugar da enciclopédia tradicional, um mausoléu rebuscado de textos. Não é este o destino da Wikipédia, porque é uma sarsa ardente. Neste sentido, vejo com preocupação o avanço da rigidez de regras que contradizem, cada dia mais, às premissas iniciais da liberdade irrestrita de expressão. Houve um tempo em que se sugeria

ignorar as regras, em nome da criatividade. Hoje é o contrário: só há criatividade tolerável se as regras forem obedecidas. Uma contradição sarcástica. Aceitar que a ciência é um texto discutível implica mudança radical de epistemologia, porque despe os cientistas de sua autoridade de *experto* ou de *esperto*. Entretanto, não é o caso agredir o especialista. Ele é figura central da produção científica. Cabe, porém, reconhecer que não preenche o espaço científico sozinho. Há outros conhecimentos rivais, também significativos, ainda que não concorram em importância com o científico na cultura eurocêntrica.

Tudo isso desvela, quase como um tapa na cara, a *politicidade do conhecimento*. Primeiro, pode-se aludir ao sarcasmo contido na própria Wikipédia: prega procedimentos neutros em meio ao maior tumulto das guerras de edições. Neste sentido, abriga um faz-de-conta medieval, presente em todas as esferas positivistas: usa a ideologia da neutralidade para impor o silêncio a quem discorda. Segundo, a disputa por verdades, sempre repletas de inverdades, deveria ser substituída pela disputa por argumento, inspirada na autoridade do argumento. Isto não pacifica a comunidade, porque beligerância lhe está na alma também. Mas tempera com alguma ética, para que não se matem todos, não restando ninguém para o enterro. Terceiro, apesar de todas as promessas libertárias, a Wikipédia também está pendurada em carismas fortes, cuja interferência é, em geral, engolida sem pestanejar, num gesto terrivelmente pouco democrático. Submissão a carismas é comum entre libertários...

Talvez não seja para se surpreender. A busca de coerência dos textos, em sentido formal, não pode obscurecer que somos criaturas contraditórias. Nossa própria mente, como artefato fisiológico, é uma composição de camadas em parte adaptadas, em parte dissonantes, cujas energias nem sempre são sinérgicas (LEWIS *et alii*, 2000). Pregar a democracia mantendo um sentido forte de liderança é coisa comum em nossa história. Alardear liberdade de expressão e alinhar-se a líderes carismáticos, igualmente. A Wikipédia tem este defeito e esta virtude. É defeito, porque promete o que não faz. É virtude, porque reflete a algazarra humana, na qual ter voz quase sempre implica suprimir a voz do outro.

7 CONCLUSÃO

Na sociedade intensiva de conhecimento e aprendizagem, a Wikipédia ocupa, hoje, um lugar próprio, construído com rapidez, desenvoltura e muitas contradições. Talvez pudesse ser vista como exemplo mais convincente de que conhecimento, como sugere Santos (1995), vai se tornando senso comum. No entanto, a noção de sociedade de conhecimento toma outros rumos. Um deles é a desconstrução da academia, considerada hoje uma expressão de séculos passados, ainda que seu espírito – o espírito científico – sobreviva galhardamente. Sua casa maior – a universidade – também é vista hoje como entidade do século passado (DUDERSTADT, 2003; DEMO, 2004), enferrujada, resistente a mudanças, sobretudo podre de empáfia, dona da verdade. Principalmente se imagina dona das mudanças, porque não se deu conta ainda, como sugere ironicamente Plant (1999), que “mudaram a mudança”. Não é mais aquela controlada, vinda de cima, comandada, gerenciada, mas aquela da própria natureza: profunda, radical, rebelde, porque sem comando central.

A mudança que a universidade quer tem seu protótipo numa das obras recentes mais grotescas, escrita por um ex-reitor e ex-ministro da Educação, Paulo Renato Souza (2004): chama-se *Revolução Gerenciada*. Somente alguém da academia ou que passou por ela teria a pretensão fútil de “gerenciar revolução”, sem se dar conta de que revolução gerenciada é falida na própria proposta, como foi a gestão no Ministério da Educação: a proficiência escolar não cessou de cair durante oito anos, como mostram os dados do Saeb (Demo, 2004c; 2009b). O titular da pasta, durante oito anos de trabalho, produziu iniciativas importantes também, mas estão a léguas do que seria “revolução”, sociologicamente falando (DEMO, 1973).

Embora a Wikipédia instile repulsa aos especialistas desnecessariamente, apresenta outro espaço – mais próximo da esfera pública habermasiana (SPANGLER & MORGAN, 2009) – de produção de conhecimento, certamente de teor complementar, rival, diverso, cujo charme é ser feito com a participação livre de todos (relativamente!). A Wikipédia não tem qualquer

condição de ocupar o espaço enciclopédico sozinha, como se fosse a única viável. Esta pretensão é infantil. O mundo do conhecimento está repleto de dinâmicas diversas e rivais, complementares e contraditórias, em cujo espaço cabem inúmeras versões, iniciativas, propostas. O lado mais interessante, para minha visão, é a consagração do critério da “discutibilidade” formal e política do discurso científico, à revelia do positivismo. Embora a Wikipédia tenha receio da discussão, porque facilmente eclode em vandalismo e agressões, ainda é sua maior marca: conhecimento, sendo dinâmica rebelde, disruptiva, não encontra formato final; ao contrário, ele é desconstruído e reconstruído interminavelmente, porque sua energia mais profunda é da inovação sem limites. Assim parece ser, onde “todos podem editar”, nenhuma edição se conclui, por mais que isto também possa significar, em grande medida, apenas “retórica da democratização” (BEER & GEESIN, 2009 p. 121. KROTOSKI *et alii*, 2009).

Pedagogicamente falando, o recado da Wikipédia é do apreço à autoridade do argumento, aquela que pode perambular nesta esfera pública mais naturalmente, porque admite cooperação e rivalidade, não é propriedade de ninguém, permitindo autoria relativa de todos. O professor que apenas ensina, faleceu. Todos comparecem para aprender juntos, mesmo que isto signifique confrontos, por vezes, extremos. Trata-se de engenharia pedagógica particularmente difícil, mas sempre presente na história natural e humana: como compor autonomias que querem sobressair (em geral dominar), mas precisam conviver (BOYNS *et alii*, 2009). Na Wikipédia, mal ou bem, convivem gregos e troianos, produzindo “conhecimento”, e por vezes “com pensamento crítico” (HOLLINS & ROBBINS, 2009). Estranha ou tipicamente, enquanto se dispensam “deuses” (RYAN, 2009, p. 29), outros se adotam, comezinhos e vagabundos, como se o brilho só pudesse aparecer onde há escuridão! Apesar do discurso de liberdade para todos, a igualdade de oportunidades ainda está muito distante. Como mostra O’Neil, analisando *blogs* de renome, no topo a figura típica é gente branca, homens e de classe média, além de altamente educada (2009, p. 61). A Wikipédia continua uma esfera pública ainda dominada por algumas vozes que sempre têm mais voz (LOKE, 2009), embora represente também um patrimônio comum sem igual.

REFERÊNCIAS

- ADORNO, T. W. *Der positivismusstreit in der deutschen soziologie*. Berlin: Luchterhand, 1975.
- ALESSO, H. P.; SMITH, C. F. *Thinking on the web: Berners-Lee, Gödel and Turing*. New York: Wiley, 2009.
- APEL, K.-O.; OLIVEIRA, M. A.; MOREIRA, L. (Org.). *Com Habermas, contra Habermas: direito, discurso e democracia*. São Paulo: Landy, 2004.
- ARRIGHI, G. *O longo século XX*. São Paulo: Ed. UNESP, 1996.
- AYERS, P.; MATTHEWS, C.; YATES, B. *How wikipedia works: and how you can be a part of it*. San Francisco: No Starch Press, 2008.
- BARLOW, J. P. *A declaration of independence of cyberspace*. 1996. Disponível em: <<http://homes.eff.org/~barlow/Declaration-Final.html>> Acesso em: 2009.
- BARRETT, D. J. *Medianiki*. Cambridge: O'Reilly, 2008.
- BARTHES, R. *A morte do autor*. 1968. Disponível em: <http://www.facom.ufba.br/sala_de_aula/sala2/barthes1.html>. Acesso em: 2009.
- BAUERLEIN, M. *The dumbest generation: how the digital age stupefies young americans and jeopardizes our future (Or, Don't Trust Anyone Under 30)*. New York: Tarcher, 2008.
- BEER, D.; GEESIN, B. Rockin' with the Avatars: "live" music and the virtual spaces of second life. In: Heider, D. (Ed.). *Living virtually: researching new worlds*. New York: Peter Lang, 2009.
- BENKLER, Y. *Coase's Penguin, or, linux and the nature of the firm*. 2002. Disponível em: <<http://www.yale.edu/yalelj/112/BenklerWEB.pdf>>. Acesso em: 2009.
- _____. *The wealth of networks: how social production transforms markets and freedom*. New York: Yale University Press, 2006.
- BENKLER, Y.; NISSENBAUM, H. *Commons-based peer production and virtue*. 2006. Disponível em : http://www.nyu.edu/projects/nissenbaum/papers/jopp_235.pdf. Acesso em: 2009.
- BESSON, J.-L. (Org.). *A ilusão das estatísticas*. São Paulo: UNESP, 1995.
- BOEHM, C. *Hierarchy in the Forest: the evolution of egalitarian behavior*. Massachusetts: Harvard University Press, 1999.

- BOGOST, I. *Unit operations: an approach to videogame criticism*. Massachusetts: The MIT Press, 2006.
- _____. *Persuasive games: the expressive power of videogames*. Massachusetts: The MIT Press, 2007.
- BOLTANSKI, L.; CHIAPPELLO, E. *The new spirit of capitalism*. London: Verso, 2004.
- BOURDIEU, P. *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 1987.
- _____. *O poder simbólico*. São Paulo: DIFEL, 1989.
- _____. *Razões práticas: sobre a teoria da ação*. Campinas: Papyrus, 1996.
- _____. *On television*. New York: New Press, 1999.
- BOURDIEU, P.; PASSERON, J. C. *A reprodução: elementos para uma teoria do sistema educativo*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1975.
- BOYNS, D.; FORGHANI, S.; SOSNOVSKAYA, E. MMORPG worlds: on the construction of social reality in world of warcraft. In: HEIDER, D. (Ed.). *Living virtually: researching new worlds*. New York: Peter Lang, 2009.
- BROUGHTON, J. *Wikipedia: the missing manual*. New York: Pogue Press, 2009.
- BRUIJN, J. et al. *Modeling semantic web services: the web service modeling language*. New York: Springer, 2008.
- BURKE, P. *Uma história social do conhecimento: de Gutenberg a Diderot*. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.
- CALHOUN, G. (Ed.). *Habermas and the public sphere*. Massachusetts: The MIT Press, 1993.
- CARVALHO, E. A.; MENDONÇA, T. (Org.). *Ensaio de complexidade 2*. Porto Alegre: Sulina, 2003.
- CASTELLS, M. *The rise of the network society: the information age: economy, society and culture*. Oxford: Blackwell, 1997.
- _____. *The power of identity*. London: Blackwell, 2004.
- CHOATE, M. S. *Professional wikis*. New York: Wrox, 2007.
- CLARK, N.; SCOTT, P. S. *Game addiction: the experience and the effects*. London: McFarland, 2009.

- COLLINS, R. *The sociology of philosophies: a global theory of intellectual change*. Massachusetts: The Belknap Press of Harvard University Press, 1998.
- COVENEY, P.; HIGHFIELD, R. *Frontiers of complexity: the search for order in a chaotic world*. New York: Fawcett Columbine, 1995.
- DARDER, A.; BALODANO, M. P.; TORRES, R. D. (Ed.). *The critical pedagogy reader*. London: Routledge, 2009.
- DAVIES, J.; STUDER, R.; WARREN, P. (Ed.). *Semantic web technologies*. New York: Wiley, 2006.
- DAWKINS, R. *The selfish gene*. Oxford: Oxford University Press, 1998.
- _____. *A devil's chaplain: reflections on hope, lies, science, and love*. New York: Houghton Mifflin, 2003.
- DEMO, Pedro. *Aprender bem*. Belo Horizonte: CEDIC, 2009. (Coleção Educação Pela Pesquisa). 1 Dvd.
- _____. *Aprender bem/mal*. Campinas: Autores Associados, 2009.
- _____. *Aprendizagem no Brasil: ainda muito por fazer*. Porto Alegre: Mediação, 2004.
- _____. *Aprendizagem virtual*. Belo Horizonte: CEDIC, 2009. (Coleção Educação Pela Pesquisa). 1 Dvd.
- _____. *Argumento de autoridade x autoridade do argumento*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2005.
- _____. *Auto-ajuda: uma sociologia da ingenuidade como condição humana*. Petrópolis: Vozes, 2005.
- _____. *Avaliação: para cuidar que o aluno aprenda*. São Paulo: CRIARP, 2006.
- _____. *Certeza da incerteza: ambivalências do conhecimento e da vida*. Brasília: Plano, 2000.
- _____. *Ciência, ideologia e poder: uma sátira às ciências sociais*. São Paulo: Atlas, 1988.
- _____. *Complexidade e aprendizagem: a dinâmica não linear do conhecimento*. São Paulo: Atlas, 2002.
- _____. *Conhecimento moderno: sobre ética e intervenção do conhecimento*. Petrópolis: Vozes, 1999.

- _____. *Educação hoje: “novas” tecnologias, pressões e oportunidades*. São Paulo: Atlas, 2009.
- _____. *Educar pela pesquisa*. Campinas: Autores Associados, 1996.
- _____. *Educar pela pesquisa*. Belo Horizonte: CEDIC, 2009. (Coleção Educação Pela Pesquisa). 1 Dvd.
- _____. *Éticas multiculturais: sobre convivência humana possível*. Petrópolis: Vozes, 2005.
- _____. *Fundamento sem fundo*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2008.
- _____. *Herrschaft und Geschichte: zur politischen gesellschaftstheorie Freyers und Marcuses*. Meisenheim: Anton Hain, 1973.
- _____. *Intelectuais e rivaldinos: a crítica acrítica*. São Paulo: ALMED, 1982
- _____. *Introdução à sociologia: complexidade, interdisciplinaridade e desigualdade social*. São Paulo: Atlas, 2002.
- _____. *Metodologia científica*. Belo Horizonte: CEDIC, 2009. (Coleção Educação Pela Pesquisa). 1 Dvd.
- _____. *Metodologia científica em ciências sociais*. São Paulo: Atlas, 1995.
- _____. *Metodologia do conhecimento científico*. São Paulo: Atlas, 2000.
- _____. *Metodologia para quem quer aprender*. São Paulo: Atlas, 2008.
- _____. *Não vemos as coisas como são, mas como somos*. 2009. Disponível em: <<http://pedrodemo.sites.uol.com.br/textos/comosomos.html>> Acesso em: 2009.
- _____. *Pesquisa e construção do conhecimento: metodologia científica no caminho de Habermas*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1994.
- _____. *Pesquisa e informação qualitativa*. Campinas: Papyrus, 2001.
- _____. *Pesquisa participante: saber pensar e intervir juntos*. Brasília: LiberLivro, 2004.
- _____. *Pobreza política*. Campinas: Autores Associados, 1986.
- _____. *Pobreza política: a pobreza mais intensa da pobreza brasileira*. Campinas: Autores Associados, 2007.
- _____. *Politicidade: razão humana*. Campinas: Papyrus, 2002.
- _____. *Qualidade humana*. Campinas: Autores Associados, 2009.

- _____. *Saber pensar é questionar*. Brasília: LiberLivro, 2009.
- _____. *Sociologia da educação: sociedade e suas oportunidades*. Brasília: LiberLivro, 2004.
- _____. *Solidariedade como efeito de poder*. São Paulo: Cortez, 2002.
- _____. Tecnofilia & tecnofobia. *Boletim Técnico do Senac*, v. 35, n. 1, p. 5-17, jan./abr. 2009.
- _____. *Universidade, aprendizagem e avaliação*. Porto Alegre: Mediação, 2004.
- DUDERSTADT, James J. *A university for the 21st century*. Ann Arbor: The University of Michigan Press, 2003.
- DURHAN, M.G. *The Lolita effect*. New York: The Overlook, 2008.
- EDELMAN, G. M.; TONONI, G. *A universe of consciousness: how matter becomes imagination*. New York: Basic Books, 2000.
- FABOS, B. The price of information. In: COIRO, J. et al (Ed.). *Handbook of research on new literacies*. New York: Lawrence Erlbaum Ass, 2008.
- FEYERABEND, P. *Contra o método*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1977.
- _____. *Erkenntnis für freie Menschen*. Frankfurt: Suhrkamp, 1979.
- FOGG, B.J.; ECKLES, D. (Ed.). *Mobile persuasion: 20 perspectives on the future of behavior change*. Stanford: Stanford Captology Media, 2007.
- FOGG, B. J. *Persuasive technology: using computers to change what we think and do*. London: Morgan Kaufmann, 2003.
- FOUCAULT, M. *A arqueologia do saber*. Petrópolis: Vozes, 1971.
- _____. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.
- _____. *A ordem do discurso*. São Paulo: Loyola, 2000.
- _____. *A hermenêutica do sujeito*. São Paulo: Martins Fontes, 2004.
- _____. *Vigiar e punir*. Petrópolis: Vozes, 2007
- FRASER, N. *Rethinking the public sphere: a contribution to the critique of actually existing democracy*. In: Calhoun, G. (Ed.). *Habermas and the public sphere*. Massachusetts: The MIT Press, 1992.
- FREIRE, P. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.
- _____. *Pedagogia do oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2006.

- FREITAG, B. *A teoria crítica: ontem e hoje*. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- _____. *Dialogando com Jürgen Habermas*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2005.
- FRIEDMAN, T. L. *O mundo é plano: uma breve história do século XXI*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2005.
- FUNK, T. *Web 2.0 and beyond*. London: Praeger, 2009.
- GADAMER, H.-G. *Verdade e método: traços fundamentais de uma hermenêutica filosófica*. Petrópolis: Vozes, 1997.
- GALLOWAY, A. R. *Protocol: how control exists after decentralization*. Cambridge: The MIT Press, 2004.
- GARDNER, J. *The intelligent universe: AI, ET, and the emerging mind of the cosmos*. Franklin Lakes: New Page Books, 2007.
- GEE, J. P. *What video games have to teach us about learning and literacy*. New York: Palgrave, 2003.
- _____. *Good video games + good learning*. New York: Peter Lang, 2007.
- GEE, J. P.; HULL, G.; LANKSHEAR, C. *The new work order: behind the language of the new capitalism*. New York: Westview, 1996.
- GIERE, R. N. *Science without laws*. Chicago: The University of Chicago Press, 1999.
- GIROUX, H. A. Critical theory and educational practice. In: DARDER, A.; BALTODANO, M. P.; TORRES, R. D. (Ed.). *The critical pedagogy reader*. London: Routledge, 2009.
- GODBOUT, J. T. *O espírito da dádiva*. Rio de Janeiro: FGV, 1999.
- GODELIER, M. *O enigma do dom*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- GOULD, S. J. *The structure of evolutionary theory*. Cambridge: The Belknap Press of Harvard Univ., 2002.
- GRIBBIN, J. *The search for superstrings, symmetry, and the theory of everything*. New York: Little, Brown, 1998.
- GROSSI, E. P. *Por aqui ainda há quem não aprende?* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004.
- HAACK, Susan. *Defending science within reason: between scientism and cynicism*. New York: Prometheus Books, 2003.

- HABERMAS, J. *Democracy and the public sphere*. Massachusetts: The MIT Press, 2005.
- HABERMAS, J.; LUHMANN, N. *Theorie der gesellschaft oder sozialtechnologie*. Frankfurt: Suhrkamp, 1971.
- HABERMAS, J. *Zur logik der sozialwissenschaften: materialen*. Frankfurt: Suhrkamp, 1970.
- _____. *Conhecimento e interesse*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.
- _____. *Theorie des kommunikativen handelns*. Frankfurt: Suhrkamp, 1982.
- _____. *Consciência moral e agir comunicativo*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989.
- HABERMAS, J. et al. *Hermeneutik und ideologiekritik*. Frankfurt: Suhrkamp, 1973.
- HALLOWELL, E. M. *CrazyBusy: overstretched, overbooked, and about to snap! strategies for handling your fast-paced life*. New York: Ballantine Books, 2006.
- HARDING, S. (Ed.). *Feminist stand point: theory reader*. New York: Routledge, 2004.
- HARDING, S. *Is science multicultural?: postcolonialisms, feminisms, and epistemologies*. Indianapolis: Indiana University Press, 1998.
- _____. *Science and social inequality: feminist and postcolonial issues*. Illinois: Univ. of Illinois Press, 2006.
- HARDT, M.; NEGRI, T. *War and democracy in the age of empire*. New York: The Penguin, 2004.
- HARRIS, D. *Web 2.0 evolution into the intelligent web 3.0: 100 most asked questions on transformation, ubiquitous connectivity, network computing, open technologies...* [S.l.]: Emereo Pty, 2008.
- HAYLES, N. K. *My mother was a computer: digital subjects and literacy texts*. Chicago: The University of Chicago Press, 2005.
- _____. *Electronic literature: new horizons for the literary*. Indiana: University of Notre Dame Press, 2008.
- HEIDER, D. (Ed.). *Living virtually: researching new worlds*. New York: Peter Lang, 2009.

- HILLIS, W.D. *The pattern on the stone: the simple ideas that make computers work*. New York: Basic Books, 1998.
- HOBSBAWM, E. *Era dos extremos: o breve século XX – 1914-1991*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- HOFSTADTER, D. R. *Gödel, Escher, Bach: um entrelaçamento de gênios brilhantes*. Brasília: Ed. UnB, 2001.
- HOGAN, J. P. *Mind matter: exploring the world of artificial intelligence*. New York: Del Rey-Ballantine Publishing Group, 1997.
- HOLLAND, J. H. *Emergence: from chaos to order*. Massachusetts: Helix Books, 1998.
- HOLLINS, P.; ROBBINS, S. The educational affordances of multi user virtual environments. In: Heider, D. (Ed.). *Living virtually: researching new worlds*. New York: Peter Lang, 2009.
- HOLLOWAY, John. *Mudar o mundo sem tomar o poder*. São Paulo: Viramundo, 2003.
- IRIZAGA, K. F. *Alfabetizando de março a dezembro: relato de uma prática docente*. Porto Alegre: Mediação, 2002.
- JENSEN, H. J. *Self-Organized criticality: emergent complex behavior in physical and biological systems*. Cambridge: Cambridge University Press, 1998.
- JOHNSON, Steve. *Emergence: the connected lives of ants, brains, cities, and software*. New York: Simon & Shuster, 2001.
- JONES, B. L. *Web 2.0 heroes*. New York: Wiley, 2008.
- KEEN, A. *The cult of the amateur*. London: Nicholas Brealey, 2007.
- KELLNER, D. *Media & culture: cultural studies, identity and politics between the modern and the postmodern*. New York: Routledge, 1995.
- KILIAN, C. *Writing of the Web 3.0*. North Vancouver: Self-Counsel Press, 2007.
- KOSKO, B. *The fuzzy future: from society and science to heaven in a chip*. New York: Harmony Books, 1999.
- KROTOSKI, A. K.; LYONS, E.; BARNETT, J. The social life of second life: an analysis of the social networks of a virtual world. In: Heider, D. (Ed.). *Living virtually: researching new worlds*. New York: Peter Lang, 2009.

- KUHN, T. S. *A estrutura das revoluções científicas*. São Paulo: Perspectiva, 1975.
- KURZWEIL, R. *The singularity is near: when humans transcend biology*. New York: Viking, 2005.
- LATTERELL, C. G. *Remix: reading + composing culture*. New York: Bedford/St. Martin's, 2006.
- LESH, R.; DOERR, H. M. (Ed.). *Beyond constructivism*. London: Lawrence Erlbaum Ass., 2003.
- LESH, R. A.; HAMILTON, E.; KAPUT, J. J. (Ed.). *Foundations for the future in mathematics education*. London: Lawrence Erlbaum, 2007.
- LESSIG, L. *Free culture: the nature and future of creativity*. London: Penguin Books, 2004.
- LEWIS, T.; AMINI, F.; LANNON, R. *A general theory of love*. New York: Random House, 2000.
- LIH, A. *The wikipedia revolution*. New York: Hyperion, 2009.
- LINUS Torvalds. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Linus_Torvalds> Acesso em: 2009.
- LOKE, J. Identity and gender in Second Life. In: Heider, D. (Ed.). *Living virtually: researching new worlds*. New York: Peter Lang, 2009.
- MADER, S. *Wikipatterns*. London: Willey, 2007.
- MANGUEL, A. *Uma história da leitura*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- MARCUSE, H.; POPPER, K. *Revolution oder reform?: eine konfrontation*. München: Kösel Verlag, 1971.
- MASON, R.; RENNIE, F. E. *Learning and social networking handbook: resources for higher education*. London: Routledge, 2008.
- MASSUMI, B. *Parables for the virtual: movement, affect, sensation*. London: Duke University Press, 2002.
- MATURANA, H. *Cognição, ciência e vida cotidiana*. Organização de C. Magro e V. Paredes. Belo Horizonte: Ed. Humanitas/UFMG, 2001.
- MAUSS, M. *Ensaio sobre a dádiva*. Lisboa: Ed. 70, 1989.
- MÉSZÁROS, I. *O poder da ideologia*. São Paulo: Boitempo, 2004.
- MIKA, P. *Social networks and the semantic web*. New York: Springer, 2007.

- MOE, T. M.; CHUBB, J. E. *Liberating learning: technology, politics, and the future of american education*. New York: Jossey-Bass, 2009.
- MOODY, G. *Rebel code: linux and the open source revolution*. London: Allen Lane, 2001.
- MORIN, E. *Introdução ao pensamento complexo*. Lisboa: Instituto Piaget, 1995.
- _____. *Ciência com consciência*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996.
- _____. *La méthode: 5. l'humanité de l'humanité. L'identité humaine*. Paris: Seuil, 2000.
- MOROWITZ, H. J. *The emergence of everything*. Oxford: Oxford University Press, 2002.
- NICOTEXT. *Stupedia: the most useless facts on wikipedia*. Sweden: Nicotext, 2009.
- O'CONNOR, A. *Poverty knowledge: social science, social policy, and the poor in twentieth-century U.S. history*. Princeton: Princeton University Press, 2001.
- O'NEIL, M. *Cyber chiefs: autonomy and authority in on-line tribes*. New York: Pluto, 2009.
- OINAS-KUKKONE, H. et al. (Ed.). *PERSUASIVE TECHNOLOGY INTERNATIONAL CONFERENCE, 3*. Berlin: Springer, 2008.
- PERELMAN, C. *Retóricas*. São Paulo: Martins Fontes, 1997.
- PERELMAN, C.; OLBRECHTS-TYTECA, L. *Tratado da argumentação: a nova retórica*. São Paulo: Martins Fontes, 1996.
- PLANT, S. *Mulher digital: o feminino e as novas tecnologias*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1999.
- POPKEWITZ, T. S. *Lutando em defesa da alma: a política do ensino e a construção do professor*. Porto Alegre: ARTMED, 2001.
- PORTOCARRERO, V. (Org.). *Filosofia, história e sociologia das ciências: abordagens contemporâneas*. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 1994.
- PRENSKY, M. *Digital game-based learning*. New York: McGraw-Hill, 2001.
- _____. *Don't bother me mom. I'm learning!*. Minnesota: Paragon House, 2006.
- PRIGOGINE, I. *O fim das certezas: tempo, caos e as leis da natureza*. São Paulo: UNESP, 1996.
- PRIGOGINE, I.; STENGERS, I. *A nova aliança*. Brasília: UnB, 1997.

- RAYMOND, E. *The cathedral and the bazaar*: musings on open source and Linux by an accidental revolutionary. Sebastopol: O'Reilly, 1999.
- RESCHER, N. *Forbidden knowledge*: and other essays of the philosophy of cognition. Dordrecht: D. Reidel, 1987. (Episteme, v. 13).
- RHEINGOLD, H. *Smart mobs*: the next social revolution. New York: Basic Books, 2002.
- RICHARDSON, W. *Blogs, wikis, podcasts, and other powerful web tools for classrooms*. California: Corwin, 2006.
- RIVERA, F. J. U. *Agir comunicativo e planejamento social*: uma crítica ao enfoque estratégico. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 1995.
- ROCHLITZ, R. *Habermas*: o uso público da razão. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2005.
- ROSSO, S. D.; FORTES, J. A. A. S. *Condições de trabalho no limiar do século XXI*. Brasília: FINATEC, 2007.
- ROSSO, S. D. *Mais trabalho*: a intensificação do labor na sociedade contemporânea. São Paulo: Boitempo, 2008.
- RYAN, M. The sociotechnical infrastructures of virtual worlds. In: Heider, D. (Ed.). *Living virtually*: researching new worlds. New York: Peter Lang, 2009.
- SALOMON, D. V. *A maravilhosa incerteza*: pensar, pesquisar e criar. São Paulo: Martins Fontes, 2000.
- SANTOS, B. S.; MENESES, M. P. (Org.). *Epistemologia do Sul*. Lisboa: Almeida, 2009.
- SANTOS, B. S. *Toward a new common sense*: law, science and politics in the paradigmatic transition. New York: Routledge, 1995.
- _____. *Conhecimento prudente para uma vida decente*: um discurso sobre as ciências revisitado. São Paulo: Cortez, 2004.
- SANTOS, B. S. (Org.). *As vozes do mundo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.
- SETZER, V. W. IA: *inteligência artificial ou imbecilidade automática?*: as máquinas podem pensar e sentir?. Florianópolis: UFSC. Disponível em : <<http://www.ime.usp.br/~vwsetzer/IATrad.html>> Acesso em: 2009.
- SETZER, V. W. *A TV antieducativa*. São Paulo: USP. Disponível em: <<http://www.ime.usp.br/~vwsetzer/tv-antieducativa.html>> Acesso em: 2009.

- SFEZ, L. *Crítica da comunicação*. São Paulo: Loyola, 1994.
- SHATTUCK, R. *Forbidden knowledge: from prometheus to pornography*. New York: St. Martin's, 1996.
- SHERMER, M. *Why people believe weird things: pseudoscience, superstition, and other confusions of our time*. New York: W.H. Freeman, 1997.
- SOUZA, P. R. *A revolução gerenciada: educação no Brasil: 1995-2002*. São Paulo: Pearson/Prentice Hall, 2004.
- SPANGLER, P.; MORGAN, J. Towards a democratic theory of synthetic worlds. In: Heider, D. (Ed.). *Living virtually: researching new worlds*. New York: Peter Lang, 2009.
- SPARIOSU, M. I. *Global intelligence and human development: toward an ecology of global learning*. Massachusetts: The MIT Press, 2005.
- _____. *Remapping knowledge: intercultural studies for a global age*. New York: Bergham Books, 2006.
- STAUFFER, T. *Web 2.0 blog*. New York: McGraw-Hill, 2008.
- STERNHEIMER, Karen. *It's not the media: the truth about pop culture's influence on children*. Oxford: Westview, 2003.
- SUNSTEIN, C. S. *Infotopia: how many minds produce knowledge*. New York: Oxford University Press, 2006.
- TANIAR, D.; RAHAYU, J. W. *Web semantics and ontology*. London: IDEA GROUP, 2006.
- TAPSCOTT, D.; WILLIAMS, A. D. *Wikinomics: how mass collaboration changes everything*. London: Penguin, 2007.
- TAPSCOTT, D. *Growing up digital: the rise of the net generation*. New York: McGraw-Hill, 1998.
- _____. *Growing up digital: how the net generation is changing your world*. New York: McGraw Hill, 2009.
- THE WORLD BANK. *Equity and development: world development report 2006*. Washington, 2005
- THOMPSON, J. B. *Ideologia e cultura moderna: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa*. Petrópolis: Vozes, 1995.
- TIBA, Içami. *Disciplina: limite na medida certa*. São Paulo: Integrare, 2007.

- _____. *Quem ama, educa!*. São Paulo: Integrare, 2007.
- TOURAINÉ, A. *Pensar outramente: o discurso interpretativo dominante*. Petrópolis: Vozes, 2009.
- TRINDADE, H. (Org.). *Universidade em ruínas: na república dos professores*. Petrópolis: Vozes, 2001.
- TWENGE, J. M. *Generation me*. London: Free Press, 2006.
- UNITED NATIONS. *The inequality predicament: report on the world social situation 2005*. New York, 2005.
- VEEN, W.; VRAKKING, B. *Homo Zappiens: growing up in a digital age*. London: Net Work Continuum Education, 2006.
- A VISION of students today. 2009. (vídeo). Disponível em: <<http://br.youtube.com/watch?v=dGCJ46vyR9o>>. Acesso em: 2009
- WAAL, Frans de. *Chimpanzee politics: power and sex among apes*. Baltimore: The John Hopkins University Press, 2000.
- WARK, M. *Gamer theory*. Cambridge: Harvard University Press, 2007.
- WEBER, M. *Economy and society*. California: University of California Press, 1978.
- WEINBERGER, D. *Everything is miscellaneous: the power of the new digital disorder*. New York: Times Book, 2007.
- WIGGERSHAUS, R. *A escola de Frankfurt: história, desenvolvimento teórico, significação política*. São Paulo: DIFEL, 2002.
- WINOGRAD, M.; HAIS, M. D. *Millennial makeover: myspace, youtube & the future of american politics*. London: Rutgers University Press, 2008.
- WOLFRAM, W. *A new kind of science*. Champaign: Wolfram Media, 2002.
- WOODS, P.; THOENY, P. *Wikis for dummies*. New York: For Dummies, 2007.
- WRIGHT, R. *Non zero: the logic of human destiny*. New York: Pantheon Books, 2000.

